U N I V E R S I D A D E D E S Ã O P A U L O

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

MARIA LEIDIANA MENDES DE OLIVEIRA

GEOGRAFIA DA FOME:
A expressão dramática da desigualdade sócio-espacial brasileira.

Versão Revisada

São Paulo
2013

GEOGRAFIA DA FOME: A expressão dramática da desigualdade sócio-espacial brasileira.

Versão Revisada

Maria Leidiana Mendes de Oliveira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profª Drª Maria Adélia Aparecida de Souza como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

São Paulo
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

O48g

OLIVEIRA, Maria Leidiana Mendes de
GEOGRAFIA DA FOME: A expressão dramática da deisigualdade sócio-espacial brasileira / Maria Leidiana Mendes de OLIVEIRA ; orientadora Maria Adélia parecida de SOUZA. - São Paulo, 2013.
171 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Fome. 2. Formação sócio-espacial. 3. Território usado. 4. Desigualdades sócio-espaciais. 5. Políticas Compensatórias. I. SOUZA, Maria Adélia parecida de , orient. II. Título.

Autora: OLIVEIRA, Maria Leidiana Mendes de.

Título: GEOGRAFIA DA FOME: A expressão dramática da desigualdade sócio-espacial brasileira.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Aprovado em: __/__/_____

Banca Examinadora

_____
Profª. Drª Maria Adélia Aparecida de Souza (Orientadora)

_____
Prof. Dr. Marlon Clóvis Medeiros

_____
Prof. Dr. Fábio Tozi

A minha família – mamãe, papai, Leandro e Júnior *(irmãos).*

AGRADECIMENTOS

São muitos os agradecimentos que precisam ser feitos ao final de um trabalho, um pesquisador está sozinho quando escreve, mas se não fossem pessoas especiais que encontramos durante a caminhada, tudo seria mais difícil. Se por ato falho esquecer alguém, peço desculpas.

Quero agradecer a todos que me dedicaram gestos de carinho e incentivo e em especial a Deus, por iluminar os meus momentos.

Aos meus pais, Magno e Conceição, pela paciência e apoio total à realização deste trabalho. Estes que de forma incondicional me apoiaram, mesmo sem entender muito bem o que faço e sem muito me questionar, mas com compreensão e carinho.

A minha *"Jolie"* que sempre sonhou os meus sonhos como se fossem dela, com seu amor incondicional e sua infinita paciência sempre me ajudou a seguir em frente, sempre comigo, mesmo quando a distância geográfica nos separa fisicamente, fato constante em nossas vidas.

Aos meus irmãos, Leandro e Júnior, geograficamente distantes, mas que não posso deixar de registrar o meu amor por eles.

À Professora Maria Adélia, um agradecimento especial, por sua paciência, rigor e, principalmente, sua generosidade, sem estes

pilares, eu certamente não teria conseguido. Foi um caminho árdu difícil que a professora soube conduzir e me estimular, com ela aprendi e aprendo muito, não somente acerca da nossa disciplina que com seu amor, dedicação e ética me mostra o quanto é linda, mas também por seus ensinamentos para a vida. Por mais que eu fale não é possível descrever o quanto é grande o meu carinho e admiração por esta grande mulher. Todo o meu respeito e agradecimentos.

Aos meus colegas de grupo de pesquisa, com quem dividi algumas angústias e dúvidas e que suas contribuições generosas me ajudaram a avançar na pesquisa, são eles: Markelly Fonseca, James Zomighani Júnior, Dênis Carloto, Dhiego Medeiros, Bruno Mastrocolla, Jane Roberta, Fábio Tozi, Jacqueline Rodrigues, Leandro Henrrique, Carmem Alves, Willian Alcântara e Carin Carrer.

À Marianny Castro, a irmã que a vida me deixou escolher. Obrigada por sempre estar ao meu lado, me apoiando e incentivando.

Edineide Silva, amiga e comadre, obrigada pelo presente *(Juju)* e todo carinho, mesmo distante me ouve e me tira de apuros.

Aos colegas de LABOPLAN. Para não ser injusta e esquecer alguém agradeço através da Ana Elisa pereira (Aninha), sempre prestativa e que me tirou de alguns sufocos (DASTRE que nos diga).

À Markelly Fonseca, não a colega de labuta, mas a minha querida amiga, um bonito encontro que a vida me proporcionou, sempre firme nas suas convicções. Aprendo muito com você, amiga!

À querida Léia Silva, companheira de apartamento que esteve comigo durante esta caminhada, a veterinária mais geógrafa que conheço uma amiga muito especial a quem admiro muito.

À doce amiga e companheira Flavia Cristine, um agradecimento muito especial que estendo a sua família, que me acolheu com carinho e afeto no momento mais difícil da minha vida na metrópole, obrigada por me ouvir e estar sempre comigo.

Débora Santos, vizinha e amiga, obrigada pela leitura e cuidadosa, e mais do que isso, obrigada por ouvir as minhas lamúrias e estar comigo quando muito precisei. Mais um encontro primoroso que o mestrado me proporcionou

À Renata Medeiros, uma amiga muito especial.

À Gilcileide Rodrigues (Gil), pelas palavras de conforto e alegria, além da leitura do trabalho.

Jaqueline Moraes, pelo incentivo e ajuda na formatação do trabalho, e todos os momentos compartiçhados, sempre com boas risadas.

À querida Maria Rita, boas conversas e debates geográficos regados a café, amizade e carinho.

À Carolina busch, pelo carinho e boas energias.

À Lúcia Lirborio, que chegou faz pouco tempo e já é especial

À Carmem Alves, presente em momentos importantes da minha vida, inclusive na ocasião da aprovação para o mestrado. Estendo este agradecimento a sua família que me acolheu carinhosamente enquanto estive em Sobral.

Um agradecimento especial aos professores Amélia Damiani e Eduardo Yázigi pelas observações e contribuições feitas na ocasião do meu exame de qualificação.

À secretaria de pós-graduação, principalmente à Rosângela, sempre solícita e que muito me ajudou com a burocracia.

Ao CNPQ, pelo apoio financeiro com a bolsa de pesquisa concedida.

Ao nordeste, de onde vim e que muito me inspira.

A todos, muito obrigada!

"Será a calamidade da fome um fenômeno natural, inerente à própria vida, uma contingência irremovível como a morte? Ou será a fome uma praga social criada pelo próprio homem? Eis o delicado e perigoso assunto [...]".

(Josué de Castro, Geopolítica da Fome, 1953).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a fome numa perspectiva geográfica. A importância do tema se deve ao fato de que a alimentação é fundamental para a manutenção da vida; portanto, essencial à existência. Assim, inferimos a fome como um processo constituído ao longo da nossa história, no caso específico do Brasil, o reflexo vigente de uma formação desigual. Refletir sobre a formação territorial de nosso país, ajuda-nos a apreender a formação sócio-espacial brasileira. Essa discussão nos auxilia também a entender como a fome se revela no território usado brasileiro. A Geografia exibe os usos desiguais do território, com a extensão do meio técnico-científico-informacional que chega para alguns e continua a excluir muitos. Acontecimento este que amplia a perversidade decorrente, nesta contemporaneidade, do alijamento da maioria da população do meio referido anteriormente. Discutir a fome geograficamente é discutir também o uso do território não apenas pela produção, mas pelas possibilidades que todos devem ter de produzir alimentos, inclusive discutir a sua distribuição para aqueles que ainda passam fome. O território usado, portanto, se transforma numa poderosa categoria de análise social, importante argumento para a apreensão da fome como processo político, e não como fenômeno.

Palavras-Chave: Fome; Formação sócio-espacial; Território Usado; Desigualdades sócio-espaciais; Políticas compensatórias.

ABSTRACT

By Leandro Mendes

This paper aims to discuss hunger in a geographical perspective. The topic is important due to the fact that food is essential for the maintenance of life, so, essential to existence. Thus, we infer the hunger as a process consisting throughout our history, in the specific case of Brazil, the reflection effect of unequal formation. Reflecting on the territorial formation of our country, helps us to grasp the Brazilian socio-spatial formation. This discussion also helps us to understand how hunger is revealed in Brazilian territory. Geography displays the unequal uses of the territory, with the extension of the technical-scientific-informational arriving for some and continuing to exclude many. This event extends the resulting perversity, this contemporary, the jettisoning of the majority of the middle mentioned above. To discuss hunger geographically also means to discuss the use of the territory not only for production, but the possibilities that everyone should have to produce food, including discussing their distribution to those who are still hungry. Therefore, the territory which is used becomes a powerful category of social analysis, an important argument for the seizure of hunger as a political process, and not as a phenomenon.

Keywords: Hunger; Socio-spatial formation; Used Territory; Socio-spatial inequalities; compensatory policies.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS
RESUMO
ABSTRACT

APRESENTAÇÃO..... 19
INTRODUÇÃO..... 21

CAPÍTULO 1- Fome, o Mais Antigo e Perverso Tabu do Mundo..... 26
Fome como Tabu, os primeiros escritos de Josué de Castro..... 27
Fome e Tabu: O que diz a Geografia..... 37
A Fome como Fenômeno: O olhar de algumas disciplinas..... 46
CAPÍTULO 2: Da Formação Territorial e Econômica a Formação Sócio-espacial brasileira: A Desigualdade e o problema da Fome..... 57
Formação Territorial brasileira: Pensando as Desigualdades..... 58
Formação Histórica, Econômica e Social: O caminho para compreender a formação sócio-espacial brasileira..... 60
Brasil: Formação Sócio-espacial e Desigualdades..... 65
CAPÍTULO 3: ABUNDÂNCIA E ESCASSEZ: Geografia, Fome e Território..... 76
A Fome numa perspectiva científica: A geografia e a compreensão do problema..... 77
Território, fome e a dialética Abundância e Escassez..... 86
CAPÍTULO 4: TERRITÓRIO USADO BRASILEIRO: Produção de Alimentos e Distribuição de Famélicos..... 97
Produção de Alimentos e Distribuição de Famélicos, o território usado em evidência..... 98
Produção de Frutas e Grãos 101

Produção de Proteína Animal..... 115
CAPÍTULO 5: BRASIL e as Políticas Compensatórias, a Fome Ainda Esquecida..... 130
BRASIL: Origem das Políticas Compensatórias para alimentação e nutrição..... 131
Políticas Compensatórias e a Fome: Entendendo suas configurações..... 136

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 152
APÊNDICE..... 165

LISTA DE MAPAS

MAPA 1- BRASIL: População com Rendimento de até 70,00 por Estado da Federação, 2010..... 85

MAPA 2- BRASIL: Produção de Soja por Estado da Federação, 2010..... 103

MAPA 3- BRASIL: Produção de Arroz por Estado da Federação, 2010..... 104

MAPA 4- BRASIL: Produção de Feijão por Estado da Federação, 2010..... 106

MAPA 5- BRASIL: Produção de Café por Estado da Federação, 2010..... 107

MAPA 6- BRASIL: Produção de Trigo por Estado da Federação, 2010..... 108

MAPA 7- BRASIL: Produção de Mandioca por Estado da Federação, 2010..... 110

MAPA 8- BRASIL: Produção de Tomate por Estado da Federação, 2010..... 111

MAPA 9- BRASIL: Produção de Banana por Estado da Federação, 2010..... 113

MAPA 10- BRASIL: Produção de Laranja por Estado da Federação, 2010..... 114

MAPA 11- BRASIL: Produção de Ovos por Estado da Federação, 2010..... 116

MAPA 12- BRASIL: Produção de Leite por Estado da Federação, 2010..... 117

MAPA 13- BRASIL: População com rendimento de até R$ 70,00 por Estado da Federação, 2010..... 121

MAPA 14- BRASIL: Pessoas sem Rendimento por Estado da Federação em 2010..... 122

MAPA 15- BRASIL: Beneficiários do Bolsa Família por Estado da Federação, em setembro de 2010..... 123

MAPA 16- BRASIL: Aglomerados Subnormais, 2010..... 125

MAPA 17- BRASIL: Domicílios com Saneamento Inadequado por Estado da Federação em 2010..... 126

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1- Produção mundial de Soja, 2011-2012 (%)..... 102

LISTA DE SIGLAS

CONAB– Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA– Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DIEESE– Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

EMBRAPA– Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola

FAO– Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FEA– Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade

FFLCH– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

FINSOCIAL– Fundo de Investimento Social

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

IPEA– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAPA– Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA– Ministério do Desenvolvimento agrário

MDS– Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

ONG Organização Não Governamental

ONU– Organização das Nações Unidas

PAM- Produção Agrícola Municipal

PNAA – Programa Nacional de Acesso à Alimentação

POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares

PRODEA- Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos

PRONAN- Política Nacional de Alimentação e Nutrição

SAN- Segurança Alimentar e Nutricional

SAPS- Serviço de Alimentação da Previdência Social

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar

UNICAMP– Universidade Estadual de Campinas

APRESENTAÇÃO

Este trabalho emergiu da necessidade em compreender as desigualdades sócio-espaciais e, principalmente, como estas se manifestam no território.

Durante o período de graduação, surgiram muitas inquietações, havia uma imensa curiosidade em entender os processos de desigualdades, embora ainda não tivesse a clareza necessária para tal compreensão, no entanto uma dúvida quase pueril , permeava meus pensamentos; queria entender o porquê de "uns terem tanto e outros tão pouco".

O primeiro esforço neste sentido resultou no trabalho de conclusão do curso de Geografia, onde buscamos entender as contradições existentes no espaço geográfico da cidade de Sobral-Ceará, bem como compreender as ações do poder público através de suas ações diante dos interesses de uma grande empresa.

A partir desta investigação percebi o quanto a geografia pode contribuir para o desvelamento das desigualdades. Concluída esta fase, mais dúvidas e inquietações foram surgindo e, à medida que estas iam surgindo uma coisa permanecia, continuavam elas -as desigualdades- a persistirem. Assim, começamos a buscar a partir da nossa disciplina novos caminhos de investigação, mas sem perder de

vista o nosso objetivo inicial: observar como as desigualdades sócio-espaciais se manifestam no território usado.

Deparamo-nos, então com a fome que consideramos a mais perversa manifestação dentro do tema denominado "Geografia das Desigualdades".

A observação de uma realidade próxima suscitou a necessidade em de alguma forma colaborar com o desvelamento desse problema, para esta tarefa preparamos um projeto de mestrado-do qual resultou esta dissertação-, nossa proposta inicial era investigar melhor essa questão, e a partir desse conhecimento iniciar uma abordagem científica sobre o tema.

Esta pesquisa foi um grande desafio, visto que se diferencia do que corriqueiramente é estudado pela geografia, pois, tentamos "(...) vislumbrar as táticas de luta de combate à fome, pois o lugar diz respeito à prática cotidiana e, consequentemente à perversidade e à solidariedade, dimensões existenciais do mundo, especialmente dos pobres. (SOUZA, 1995)".

INTRODUÇÃO

Discutir o problema da fome no inicio do século XX foi a tarefa escolhida por Josué de Castro, um dos mais importantes estudiosos brasileiros sobre o tema. Ele se dedicou a entender este grave problema da humanidade, um tema *"Delicado e Perigoso",* porém de grande relevância por se tratar de comida que é essencial a sobrevivência. Sua coragem nos inspirou, a buscar compreender este problema que, infelizmente, ainda persiste em nossos dias.

Procuramos inicialmente na obra de Josué de Castro fundamentos para as reflexões propostas nesta dissertação. Por isso tão relevante foram os estudos deste homem que teve sensibilidade, dedicação e coragem em pesquisar e discutir o que ele sabiamente chamou de tabu.

A fome, no entanto, não pode ser compreendida isoladamente, tamanha a sua complexidade. Ao discutir o tema uma série de fatores deve ser levada em consideração, por isto a importância em discuti-lo a partir das desigualdades sócio-espaciais, expressas de forma latente no território usado.

O território usado é uma importante categoria de análise social, um forte argumento para a compreensão da fome como processo político e não como fenômeno. Decidir sobre os usos do

território pela produção de alimentos é também discutir a constituição deste problema.

A fome seria, portanto, a expressão biológica de males sociais ou um problema intrinsecamente ligado às desigualdades sócio-espaciais, logo, estruturais? Esta, portanto, será a questão que permeará todo o trabalho.

Para respondê-la a esta questão, nos empenhamos em entender a formação sócio-espacial brasileira, pois pensamos estar nesta categoria a chave para a apreensão das desigualdades ainda encontradas em nosso país, tendo a fome como sua expressão mais cruel.

Por isto também, discutir a fome é bastante complexo, pois tal problema está atrelado a uma série de questões (dentre elas políticas) que precisam ser aventadas. É, certamente, pela sua complexidade que esse tema é tão fascinante e desafiador.

Para a compreensão do que propomos discutir esta dissertação está dividida em cinco capítulos, como segue:

No capítulo 1, intitulado: "**Fome, o Mais Antigo e Perverso Tabu do Mundo",** para a construção deste capítulo, buscamos inspiração na obra de Josué de Castro, que denunciou a fome como um tema proibido, um tabu para a sociedade.

Buscamos a compreensão do problema a partir de um olhar geográfico, no entanto, no decorrer desta pesquisa percebemos que nossa disciplina pouco se debruçou em discutir o tema. No seguimento deste capítulo é possível ainda, observar como esta discussão é feita por nossa disciplina, bem como perceber como outras disciplinas tratam a fome, algumas ainda a discutem como fenômeno, além desta discussão ficar no âmbito de diferentes terminologias, sendo as principais: nutrição, subnutrição, desnutrição, segurança e insegurança alimentar.

Pensamos *o capítulo 2:* **"Da Formação Territorial e Econômica a Formação Sócio-espacial brasileira: A Desigualdade e o problema da Fome"**, como aquele no qual nosso leitor se aproximará de nossa compreensão sobre as desigualdades, para uma posterior reflexão sobre a formação sócio-espacial brasileira, bradada por Milton Santos, e que escolhemos como categoria de análise para esta discussão. Para tal, fizemos um resgate histórico, a partir de autores que estudaram a formação territorial brasileira e que muito nos ajudam na reflexão que propomos neste trabalho.

No capítulo 3, **ABUNDÂNCIA E ESCASSEZ: Geografia, Fome e Território.** Para a discussão proposta neste capítulo, procuramos fundamentos teóricos que nos ajudam a compreender como a fome se revela no território usado brasileiro e,

principalmente, como a geografia pode ajudar a entender este problema.

A geografia enquanto uma ciência do presente pode contribuir de maneira substancial para a apreensão do problema. Cabendo a ela: "[...] estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que formam o espaço". (SANTOS, [1996], 2006, p. 62). Ela nos ajuda também a entender alguns processos, principalmente, aqueles com características do presente como, por exemplo, a globalização que de maneira direta acaba por intensificar antigos problemas, dentre eles a fome. Pois em um mundo globalizado, estudar a fome "[...] é, percorrer os caminhos da ciência e da técnica no território, mediadas pelo mercado". (SOUZA, 1995).

O capítulo 4: "**TERRITÓRIO USADO BRASILEIRO: Produção de Alimentos e Distribuição de Famélicos."**, mostra como a fome se revela no território usado brasileiro. Para esta análise usamos como variáveis a produção de alimentos no país, contrapondo a distribuição de famélicos. Para isto utilizamos como metodologia a correlação entre as condições de vida da população e a produção de alimentos no Brasil.

Findando a dissertação temos *o capítulo 5*: **"BRASIL e as Políticas Compensatórias, a Fome ainda esquecida"**. Apresentamos as principais políticas compensatórias de combate à fome no Brasil, num período que compreende o final da década de

1930 e início de 1940, quando tem início em nosso país a implementação das primeiras políticas voltadas para a alimentação e nutrição.

Este capítulo emerge da necessidade em compreender como estas discutiam o problema da fome, para nos ajudar nesta compreensão construímos uma matriz analítica, na qual é possível perceber o movimento destas políticas.

Desta maneira acreditamos dar uma contribuição geográfica ao estudo da fome, objetivo tão importante para Josué de Castro, cuja obra nos inspirou.

Convido o leitor a percorrer este caminho que revela uma das perversidades do mundo do presente. Difícil, eu sei, mas ele é constituinte da realidade de hoje, por mais que a produção de alimentos aumente.

CAPÍTULO 1: Fome, o Mais Antigo e Perverso Tabu do Mundo.

"A história da humanidade tem sido, desde o princípio, a história de sua luta pela obtenção do pão-nosso-de-cada-dia."

(Josué de Castro, Geopolítica da Fome, 1953)

Fome como Tabu, os primeiros escritos de Josué de Castro

Falar em fome ainda como um tabu da nossa sociedade, nos remete diretamente a Josué de Castro, importante estudioso brasileiro que no início do século XX levantou a discussão sobre o tema, segundo ele "*Delicado e Perigoso"*. Tamanha importância se deve ao fato de a alimentação ser fundamental para a manutenção da vida, principalmente, se partirmos da ideia de que alimentar-se é algo inato e, portanto, fundamental a existência do homem.

Retomamos a seguir, como primeiros fundamentos das reflexões propostas pelo trabalho realizado para esta dissertação, alguns pontos inspiradores da obra de Josué de Castro, considerados essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

No livro "O Problema da Alimentação no Brasil", publicado em 1934, Josué de Castro já chamava atenção para a importância do alimento como base de sustentação da vida, ele conceituou alimentação como sendo: " O suporte de toda matéria viva de que o ser vivo lança mão para conservar seus atributos vitais e tem que abranger variados aspectos da questão" (CASTRO, s.d, p. 20)

Enquanto o "Alimento definiam os antigos fisiologistas, é tudo aquilo que, penetrando pelo aparelho digestivo, vai servir ao

organismo... etc". (Idem, p.21). Ou seja, tudo o que é necessário para a realização de atividades vitais e manutenção da vida.

> Alimento é tudo aquilo que, encontrado no meio exterior, pode servir à nutrição dos seres vivos seja qual for sua entrada no meio vital [...] O alimento diferencia-se da substância inerte sob o aspecto nutritivo, por ser valor de utilidade latente aos seres vivos. (CASTRO, s.d, p. 22)

O alimento é necessário para o perfeito equilíbrio e funcionamento do corpo humano. Logo, não demorou a se a chegar a conclusão de que a falta de algumas substâncias (vitaminas) alimentares eram a causa direta de determinados tipo de doenças que Josué de Castro nesta mesma obra chamou de estado de "carência alimentar". Por isso a importância do alimento para a manutenção da vida.

Ainda na década de 1930 quando publicou "O Problema da Alimentação no Brasil" Castro levantou questões relacionadas ao valor energético dos alimentos colocando-os como sendo o combustível e energia para a vida. Ele dizia: "O regime alimentar racional, sob o ponto de vista energético, deve cobrir com suas receitas as despesas energéticas do organismo. Desta igualdade entre as receitas e despesas resulta o equilíbrio dinâmico da vida". (CASTRO, s.d, p. 33)

Castro, então, já falava no que hoje os profissionais de nutrição apontam como equilíbrio alimentar, ou seja, a quantidade de alimento ingerido deve ser proporcional e estar de acordo com as necessidades e atividades diárias de cada pessoa.

No entanto, algo já lhe chamava atenção: o fato de o Brasil pouco produzir estudos sistemáticos sobre os problemas ligados a alimentação e nutrição do brasileiro, uma vez que, outros países como Inglaterra, França, Itália, Austrália, Alemanha, México e até nossa vizinha Argentina, possuíam, já na década de 1930, institutos que se dedicavam exclusivamente a estudos referentes à alimentação e nutrição. Segundo o autor este foi o legado "positivo" deixado pela grande guerra,

> É que a guerra, com todos os seus terríveis males e suas terríveis consequências, trouxe paradoxalmente este beneficio- chamou atenção sobre certos problemas que eram até então descuidados da atenção dos estadistas- o problema alimentar, por exemplo. (CASTRO, s.d, p. 18)

Segundo Josué de Castro, estudar cientificamente o problema da alimentação era bastante complexo, uma vez que, este era um tema vasto e de múltiplas perspectivas.

Este mesmo autor coloca que o problema da alimentação é vastíssimo e citando Albert Dastre[1], médico e fisiologista francês que dedicou tempo a estudar algumas doenças relacionadas à alimentação. "O problema da alimentação é sem dúvida culinário e gastronômico, mas é também econômico, social, agrícola, fiscal, higiênico, médico e até moral." (CASTRO, s.d, p. 20)

Por isso foram tão relevantes os estudos de Josué de Castro que teve sensibilidade, coragem e, principalmente, dedicação em pesquisar e discutir o que ele sabiamente chamou de tabu.

Em um dos seus livros mais conhecidos: "Geografia da Fome", publicado em 1946 e traduzido para vários idiomas, ele afirma que "a *fome é um tema tão delicado e perigoso a ponto de ser um tabu da nossa civilização".*[2] Porém, o que mais lhe chamava atenção era o fato de que pouco se falava e, principalmente, de existir tão pouca coisa escrita sobre o que ele chamou fenômeno.Disse ele que, para cada mil publicações tratando sobre os problemas da guerra apenas uma publicação tratava do problema da fome (CASTRO, [1946] 2008).

Como tabu Josué de Castro comparou a fome ao sexo, dois grandes temas proibidos da sociedade. Para ele a fome de alimentos

[1] Albert Dastre, importante fisiologista francês, professor de fisiologia geral na Sorbone – Universidade de Paris. Entre seus assistentes mais conhecidos está Nicolae Paulescu o descobridor da insulina.

[2] Grifo nosso, pois consideramos de grande importância para introdução desta discussão.

e a fome sexual são instintos primários do homem. O sexo foi mantido em silêncio por muito tempo, até que Freud (a quem ele chamou de gênio) teve a coragem inconveniente e providencial de levantar o tema. Já para que a fome fosse notada,

> [...] foram necessárias duas terríveis guerras mundiais e uma tremenda revolução social – a revolução russa- nas quais pereceram dezessete milhões de criaturas, dos quais doze milhões de fome, para que a civilização ocidental acordasse do seu cômodo sonho e se apercebesse de que a fome é uma realidade demasiado gritante e extensa, para ser tapada com uma peneira aos olhos do mundo. (CASTRO, p. 13[1946] 2008).

No entanto, os estragos produzidos pela fome são infinitamente maiores do que os causados pela guerra, talvez pelo fato de a primeira agir de forma silenciosa aos olhos de quem vê, mas de forma cruel e devastadora para quem sente. ”[...] foram os interesses e os preconceitos de ordem moral, política e econômica de nossa civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido de ser abordado publicamente.” (CASTRO, [1946] 2008, p.12).

Em “Geopolítica da Fome” publicado em 1952, Josué de Castro ratifica o que ele anteriormente denominou de tabu e, novamente, compara o problema da fome ao sexo apontando uma diferença: enquanto o sexo foi levado à baila por um homem que teve a coragem inconveniente de levantar a discussão sobre o grande tabu

de nossa civilização, a fome ainda era mantida em um silêncio quase sepulcral. Ele atribuía este silêncio ao,

> [...] fundamento moral que deu origem a esta espécie de interdição baseia-se no fato de que o fenômeno da fome, tanto a fome de alimentos, como a fome sexual, é um instinto primário e por isso um tanto chocante para uma cultura racionalista como a nossa, que procura por todos os meios impor o predomínio da razão sobre o dos instintos na conduta humana. (CASTRO, 2008 [1946], p. 12).

E dizia mais: "A História da humanidade tem sido, desde o principio, a história de sua luta pela obtenção do pão-nosso-de-cada-dia." (CASTRO, 1953, p. 37).

Geopolítica da Fome está dividido em três partes, a primeira "O Fenômeno Universal da Fome" apresenta duas teorias que, segundo o autor representam uma ameaça ao futuro da humanidade. É neste momento que ele começa a indagar a responsabilidade atribuída a natureza em relação ao que ele chamou de fenômeno da fome. O autor coloca que o problema não era de produção e sim de distribuição de alimentos. E afirmou: "O problema da fome mundial não é, por conseguinte, um problema de limitação da produção por coerção das forças naturais; é antes um problema de distribuição." (CASTRO, 1953, p.51)

A segunda parte do livro trata do que ele denominou “Fome no Novo Mundo”. Assim como na primeira parte, ele propõe uma análise do mundo da fome em sua expressão universal e em suas peculiaridades regionais. Já na terceira parte “Um Mundo sem Fome”, ele procura mostrar os meios de combate à fome como calamidade.

> [...] a fome coletiva é um fenômeno de categoria social, provocado via de regra, pelo aproveitamento inadequado das possibilidades e recursos naturais ou pela má distribuição dos bens de consumo obtidos. [...] não é possível admitir-se ser a fome um fenômeno natural, uma vez que ela é condicionada muito mais por fatores de natureza econômica do que pelos de natureza geográfica. (CASTRO, 1953, p. 371)

Neste livro o autor coloca a fome como um fenômeno de alta variabilidade, onde são perceptíveis a divisão de surpreendentes matizes; desde as mais negras e impressionantes, da fome total, da completa inanição, até os tipos mais discretos das fomes ocultas ou específicas, atuando sorrateiramente, quase sem sinais aparentes. (CASTRO, 1953, p. 69). Eis os objetivos desta obra: mostrar o terrível fenômeno da erosão que a fome provocava no homem e na sociedade, além de levantar o mapa da fome do mundo, apontando e conceituando os diferentes tipos de fome.

Ele chamou de “Fome parcial” aquela responsável por deficiências específicas, e de “Fome global” a responsável por deficiências de todos os princípios alimentares, além de falar da

"Fome coletiva e oculta". A primeira atingia multidões de famintos, física e mentalmente destroçados pela quase absoluta inanição, enquanto a segunda constituía uma forma típica de fome fabricada pelo homem. (CASTRO, 1953, p.73).

Discutindo a fome como fenômeno, Josué de Castro disse que ela não deveria se encarada como natural, pois seria injusto falar isso uma vez, que a natureza não é mesquinha. E disse mais: a fome era uma violência do homem contra o próprio homem, pois ela e a guerra não obedecem a qualquer lei natural, são antes de tudo criações humanas e ambas só surgiram,

> [...] depois que o homem alcançou um grau de cultura em que começou a acumulara reservas e a estabelecer fronteiras defensivas de suas riquezas acumuladas, isto é, quando começaram as dificuldades criadas pelo homem quanto a distribuição das riquezas naturais. (CASTRO, 1953, p. 52).

Ele discorre, ainda, sobre os mais variados tipos de doenças nos mais diferentes povos ao redor do mundo que tem como causa primeira a falta parcial ou total de alimentos.

> O organismo humano é uma máquina muito semelhante aos maquinismos fabricados. Qualquer trabalho que realiza é sempre resultado de uma transformação de energia que se processa na intimidade de seu complicado mecanismo. O combustível que a máquina humana utiliza é o alimento [...]. (CASTRO, 1953, p. 71-72)

Sendo assim, a alimentação é fundamental para suprir as necessidades da vida, pois somente através dela é possível transformar o alimento em combustível para o perfeito funcionamento da engrenagem humana.

Por isso algumas doenças estão diretamente relacionadas a falta de comida ou deficiência de determinados nutrientes. Castro cita algumas, dentre as quais: a tuberculose, pneumonia, disenteria e tifo. "Sendo que no caso específico da tuberculose ela é tanto uma doença infecciosa quanto uma doença de deficiência alimentar- uma doença de fome". (CASTRO, 1953, p. 82)

Josué de Castro denunciou a fome como um tema proibido e, consequentemente, um fenômeno não discutido, a não ser em virtude dos interesses de alguns.

No entanto, nesta dissertação não a entendemos como um fenômeno e sim como um processo[3], uma das faces da pobreza e a mais perversa manifestação dentro do tema denominado "Geografia das Desigualdades". Neste sentido,

[3] Ato de proceder, ir por diante. 2. Sucessão de estados ou mudanças. (dicionário Aurélio, 2007). No entanto, nesta dissertação é entendido como: "Contínuo e novas conceitualizações e modernizações se sucedem umas as outras. Assim deve ser porque a teoria e a práxis não deve estar separadas, nem mesmo no caso de aceleração da evolução social. (SANTOS, Milton. ***Da Totalidade ao Lugar***. São Paulo: Editora da Universidades de São Paulo, 2002, p. 51).

> As Geografias da Desigualdade são produto do processo de apropriação desigual do valor (valor de uso versus valor de troca). A comida é valor de uso para todos os seres humanos, é condição da existência humana. A falta de alimentação implica na morte. No entanto, o alimento é valor de troca para poucos, que nos mercados mundiais lidam com as leis da abundância e da escassez, objetivando o processo de acumulação capitalista. (SOUZA, 1995, p. 2).

Outras questões estão diretamente relacionadas, a produção e o acesso ao alimento, embora entendamos não ser a produção alimentar, de fato, o maior problema, mas a distribuição e o acesso aos alimentos.

Por isso entendemos que a fome precisa ser tratada como um problema político. Josué de Castro em seu "Livro Negro da Fome" já falava que,

> [...] a fome se apresenta como o problema de mais agressiva gravidade para os dirigentes do mundo de hoje. Com uma tão explosiva carga de perigos e de ameaças para a civilização quanto os problemas das armas nucleares de destruição maciça. [...] E isto por que a fome é ao mesmo tempo causa e efeito da pobreza e da miséria (CASTRO, 1960, p. 13).

Então, para tratar da questão da naturalização da fome, neste mesmo livro ele diz mais uma vez que, o "meio natural" não poderia ser apontado como o único responsável pela fome, pois o problema deveria ser tratado como um fenômeno social, só sendo possível superá-lo através da ação do próprio homem:

> [...] a fome não é um fenômeno natural e sim um produto artificial de conjunturas econômicas defeituosas: um produto de criação humana e, portanto capaz de ser eliminado pela vontade criadora do homem. (CASTRO, 1960, p. 24).

Este pensamento é ratificado quando ele diz que a maioria dos desequilíbrios e alterações na saúde do homem, que antes eram atribuídos natureza, foi, na verdade, consequência direta da deficiência alimentar provocada pela fome. (CASTRO, 1960, p. 13).

No entanto, como dito anteriormente, não entendemos a fome como fenômeno e sim como um processo, que é produto direto das relações sociais desiguais. Mas, concordamos com a ideia de que a "natureza" não pode ser apontada como única responsável pelo problema, pois, "[...]. apesar de constituir um fenômeno universal, não traduz uma imposição da natureza." (CASTRO, 1953, p. 64).

Fome e Tabu: O que diz a Geografia

Esta dissertação tem como objetivo discutir a fome a partir de uma visão geográfica. Esta necessidade surge, principalmente, pelo fato de o tema ser pouco estudado na nossa disciplina. Os levantamentos bibliográficos que fizemos comprovam esta afirmação.

De fato, a geografia pouco tem elaborado sobre este tema que é tão caro à sociedade. Encontramos poucos trabalhos relacionados à nossa disciplina, isto fica mais evidente quando observamos a produção científica, qual sejam dissertações, teses e artigos científicos como resultados de pesquisas geográficas sobre a fome.

Constatamos ainda que, essa discussão se dá nas mais diferentes disciplinas, dentre as quais destacamos: Sociologia, Antropologia, História e, sobretudo, na Nutrição e Saúde Pública, ambas seguindo diferentes caminhos e alguns desses trabalhos, inclusive, discutindo a fome como fenômeno.

Na geografia, embora haja uma escassez de trabalhos sobre a fome na perspectiva que procuramos entender, buscamos autores que discutem o problema em outra perspectiva, a partir da ideia de processo, que inferimos ser a chave para a real compreensão de tão grave problema.

Neste sentido, Milton Santos importante geógrafo brasileiro nos ajuda a refletir sobre a problemática aqui aventada, dentre suas publicações acerca do tema estão: "Croissance démographique et consommation alimentaire dans le pays sous-dévéloppés", (1967). Onde ele discute o meio geográfico e a alimentação; "De la géographie de la faim à la planification régionale" (1969); e "Fome só acaba com um pacto duradouro" este último publicado originalmente no jornal o estado de São Paulo em 1994.

Em seu artigo "Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento" apresentado na Conferência magna no I Seminário Nacional Saúde e Ambiente no Processo de Desenvolvimento, em 12 de julho de 2000, ele chama atenção para algumas metáforas, dentre as quais o "meio ambiente", que ele considera reducionista e, portanto, impossível de se teorizar.

Para ele havia um escamoteamento da centralidade do problema social e político, antes a "ajuda" internacional vinha de diversos lados, hoje é comandada por interesses das grandes potencias, para exemplificar esta questão ele lembra o problema da fome,

> Basta ver o tratamento dado à questão da fome, na África subsaariana comanda da pela política dos novos grandes impérios. Também é o mesmo caso do tratamento de diversas questões no subcontinente asiático, consideradas como ajuda internacional, mas tratadas de forma egoística, de tal maneira que as pessoas bem pensantes passaram, desde então, a desconfiar da palavra "ajuda" . (SANTOS, 312, 2000)

Pois para Milton Santos, Josué de Castro, sugeria uma mudança fundamental, na visão do mundo e, inclusive no que diz respeito a saúde, deixando de lado a questão do ambiente e trazendo a baila o problema para ser discutido pela sociedade internacional. (SANTOS, 1967). Neste sentido, Milton Santos continua,

> [...] A questão alimentar, que já então preocupava as pessoas de boa vontade, também era apontada como um problema e uma questão da regionalização. Ou seja, haveria regiões fadadas a ter fome e outras fadadas a ter abundância. Critiquei a dicotomia racista e preconceituosa que considerava normal e evidente que os europeus se organizas sem inteligentemente, e nós, naturalmente, em parte em culpa de nossa tropical idade e em parte devido a nossa precariedade intelectual, não poderíamos ultrapassar nossos limites. (SANTOS, p.310, 2000)

Ainda neste sentido e tendo como base o levantamento bibliográfico, encontramos outros poucos trabalhos na geografia dentre estes trabalhos destacamos o do geógrafo Fábio Tozi, intitulado "Geografias da Desigualdade Território e Fome" [4].

O autor divide seu trabalho em quatro partes, na primeira ele propõe discutir a fome como problema e a fome como subjetividade, pois para ele esta não se fundamenta como um conceito científico, sendo assim de difícil mensuração, daí surge a necessidade em recorrer a outras ciências, como nutrição e medicina *(esta última de forma mais específica nos estudos de saúde pública e saúde coletiva)* [5].

Na segunda parte ele busca a compreensão das desigualdades, em um mundo onde elementos como abundância e escassez existem paradoxalmente. (TOZI, 2001)

[4] Monografia de graduação defendida no ano de 2001, junto ao curso de Ciências da Terra, na Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP.

[5] Grifo nosso, uma vez que a partir de levantamento, foi possível perceber que boa parte das discussões relacionadas a nutrição, subnutrição, segurança e insegurança alimentar estão presentes neste ramo específico da medicina.

Na terceira parte, o autor busca entender a face geográfica das desigualdades sócio-espaciais que se revela a partir da organização do uso do território brasileiro, bem como a normatização política e preparação do território para usos (interesses) distintos.

> A produção agrícola brasileira é resultado disto: é controlada por grandes multinacionais proprietárias de terras; por grandes empresas que controlam a produção de sementes, de insumos, de agrotóxicos e de maquinários, sempre incentivadas pelas políticas do estado brasileiro em suas diferentes escalas multinacionais. Como Não esperar que deste controle externo do território brasileiro, de sua organização, de seu uso não resultem desigualdades abruptas e que não cessam de aumentar? (TOZI, p. 25, 2001).

Na quarta e última parte do trabalho ele propõe refletir sobre os elementos que são capazes de revelar as desigualdades no território brasileiro, onde, segundo o autor a fome é a forma mais perversa de manifestação.

Concordamos com o autor quando diz que a fome não pode ser compreendida isoladamente, pois, uma série de fatores precisa ser levada em consideração tamanha a sua complexidade, por isso se faz necessário discutir o tema a partir das desigualdades sócio-espaciais, expressas de forma latente pelo uso do território brasileiro.

Partindo de outro prisma, mas não menos importante, está o trabalho do geógrafo Antônio Alfredo Teles de Carvalho, que tem

como título "O Pão nosso de cada dia nos dai Hoje... Josué de Castro e a Inclusão da Fome nos Estudos Geográficos no Brasil" [6].

Essa tese insere-se, segundo o próprio autor, na área de história do pensamento geográfico. Seu trabalho se norteia a partir de Josué de Castro – introdutor da ' geografia da fome'[7]. Segundo o autor, sua pesquisa,

> [...] consiste em um estudo na área de história do Pensamento Geográfico e contempla um recorte temporal de 21 anos. Tratando-se, portanto, de um trabalho datado, versando sobre um determinado tema, numa determinada época. E está centrado na tese que o médico e geógrafo Josué de Castro foi o introdutor da *geografia da fome* na história do pensamento geográfico no Brasil [...]. (CARVALHO, p. 41, 2007)

Para fundamentar esta tese Carvalho parte da análise e reflexões de alguns elementos, dentre os quais: correspondências, documentos, livros, artigos e manuscritos do próprio Josué de Castro. (CARVALHO, 2007).

De fato, como relata este autor, Josué de Castro tornou-se conhecido em todo o mundo por ter sido o primeiro a desenvolver o tema – A Geografia da Fome – como social e político e, principalmente, como tabu.

Outro dos poucos trabalhos que temos conhecimento e que tratam o tema na geografia, mais especificamente na Geografia

[6] Tese de Doutorado defendida em 2007, no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da USP.

[7] Destaque do autor.

Urbana, como fala o próprio autor está o trabalho de José Raimundo Sousa Ribeiro Júnior intitulado: "A Fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da geografia urbana" [8].

Este trabalho segue uma perspectiva diferente do que propomos nesta dissertação, pois além de estar inserido na Geografia Urbana, ele discute o tema a partir da importância da alimentação para a formulação de uma crítica à vida cotidiana.

Para o autor a fome está inserida dentro de um quadro de miséria na alimentação, que por sua vez ainda se revela na vida cotidiana de muitos. Por isso,

> A fome pode ser compreendida de maneira mais rica em sua relação com a miséria na alimentação, pois assim fica claro que a crítica não pode permanecer ao nível da sobrevivência, que ela deve reivindicar a vida, a apropriação, a satisfação dos desejos. (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 29).

Ainda segundo este autor a fome é um conceito que se define na sua relação com a alimentação, sendo assim o entendimento da alimentação indica a compreensão de que se tem da fome.

Esta dissertação tem como objetivo buscar entender com maior profundidade a vida cotidiana a partir da alimentação e da fome. Sendo a primeira entendida por ele como um fenômeno que

[8] Dissertação de mestrado defendida em 2008, no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da USP.

tem uma relação direta como os outros momentos da vida cotidiana. Neste sentido:

> [...] partimos [o autor][9] da alimentação, da fome e da geografia não para exaltá-las nem para nos estabelecermos dentro de seus limites, mas para realizar uma crítica da realidade, uma crítica da vida cotidiana. (RIBEIRO JÚNIOR, p. 16, 2008).

Ele considera a alimentação uma das necessidades mais elementares dos seres humanos. Para ele fome e alimentação são mais do que o uma necessidade biológica, fazendo uma relação direta entre a alimentação e o cotidiano. Entendendo a alimentação a partir de sua relação direta com o restante da vida cotidiana: o habitar, a mobilidade, o trabalho. O tempo livre, o lazer, os lugares que ocupamos". Para ele estes momentos tem relação de múltipla determinação, não sendo possível, portanto, entendê-los de forma isolada.

Sendo assim, Ribeiro Jr busca entender a alimentação como um momento central e privilegiado da vida cotidiana, para ele a vida cotidiana é o lugar da realização da vida em todas as suas contradições e conflitos. Ele continua: "É nela que se realizam simultaneamente, processos de exploração, expropriação, alienação, assim como de apropriação do tempo e do espaço, do uso, de superação da dominação". (RIBEIRO JÚNIOR, p. 21, 2008).

[9] Destaque nosso

No entanto, entendemos a alimentação como uma necessidade biológica, como disse Josué de Castro, pois precisamos de alimentos, as substâncias neles contido tais como nutrientes, proteínas, sais minerais etc. são fundamentais para o funcionamento da "máquina humana". (S.d)

Sendo assim, este autor se propõe a discutir a fome a partir da alimentação e como esta última se dá no cotidiano da metrópole, para tal ele faz uso de alguns recortes espaciais e temáticos na cidade de São Paulo, base empírica da sua dissertação.

Dentre estes recortes estão à rede de restaurantes Bom Prato, que ele considerou como um importante objeto para análise da alimentação das camadas mais pobres do centro da cidade. Outro recorte escolhido por ele foi um bairro na periferia, onde acompanhou e observou como a alimentação é vista por uma parte da população que muitas vezes não tem o que comer.

No entanto, é importante ressaltar o cuidado que incluímos nesta pesquisa, para não fugir do que de fato nos interessa que é investigar como os estudos geográficos podem ajudar a minimizar a fome no mundo, pois aqui ela é entendida também como um processo político, logo social e não natural, como nos ensina Josué de Castro.

Para tanto se faz necessário entender como se deu a formação sócio-espacial brasileira e, consequentemente, as desigualdades expressas no território, conforme veremos adiante no Capítulo 2.

Todavia, esta pesquisa procura entender a fome a partir da produção e acesso ao alimento. Pois, alimento é sinônimo de comida e, consequentemente, condição de existência humana (SOUZA, 1995).

A Fome como Fenômeno: o olhar de algumas disciplinas

Quando nos deparamos com trabalhos de outras disciplinas nos vem um questionamento: Como estas estudam a fome?

Muitas disciplinas estudam e discutem a fome usando outras nomenclaturas, dentre as quais: nutrição, subnutrição, desnutrição, segurança e insegurança alimentar, para citar algumas.

Em "A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil" de 1995, o Professor Carlos Augusto Monteiro médico e professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, já buscava conceituar e medir a extensão da pobreza, da fome

e da desnutrição no país. Neste trabalho ele inicia a discussão sobre os conceitos de Pobreza, Fome e Desnutrição. Para ele,

> São pobres as pessoas que não suprem permanentemente necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, cuidados de saúde etc. Têm fome aqueles cuja alimentação diária não aporta a energia requerida para a manutenção do organismo e para o exercício das atividades ordinárias do ser humano. Sofrem de desnutrição os indivíduos cujos organismos manifestam sinais clínicos provenientes da inadequação quantitativa (energia) ou qualitativa (nutrientes) da dieta ou decorrentes de doenças que determinem o mau aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos. (MONTEIRO, p. 195, 1995.)

Ao falar de desnutrição, o professor Carlos Augusto Monteiro diz que é necessário cuidado com seu conceito, em "Fome, Desnutrição e Pobreza: Além da Semântica". Para ele,

> [...] A desnutrição ou, mais corretamente as deficiências nutricionais - porque segundo ele são várias as modalidades de desnutrição- são doenças que decorrem do aporte alimentar insuficiente em energia e nutrientes ou ainda do inadequado aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos – geralmente motivado pela presença de doenças, em particular doenças infecciosas. (MONTEIRO, 2003, p.8)

Ele ainda nos alerta que essas doenças podem ser diagnosticadas por meio de exames clínicos e laboratoriais, e que o grupo escolhido para indicar a presença de desnutrição na população

são as crianças, justamente por serem mais vulneráveis a essas carências nutricionais. (MONTEIRO, 2003).

Para o professor Carlos Augusto Monteiro é possível diferenciar, fome, desnutrição e pobreza através de exemplos. Como segue,

> Um indivíduo poderá ser pobre sem ser afetado pelo problema da fome bastando que sua condição de pobreza se expresse por carências básicas outras que não a alimentação (o instinto de sobrevivência do homem e de todas as outras espécies animais faz com que suas necessidades alimentares tenham precedência sobre as demais). A situação inversa, a ocorrência de fome na ausência da condição de pobreza, ocorre apenas excepcionalmente por ocasião de guerras e catástrofes naturais. Fome e desnutrição tampouco são equivalentes, uma vez que, se toda fome leva necessariamente a desnutrição- de fato, a uma modalidade de desnutrição: a deficiência energética crônica- nem toda deficiência nutricional se origina do aporte alimentar insuficiente em energia, ou, sendo mais direto, da falta de comida. (MONTEIRO, 2003, p.9)

Na visão deste autor ações que combatam eficientemente a pobreza serão obviamente de grande valia para a luta contra a desnutrição, desde que estas ações ataquem o problema em sua origem. (Idem, 2003)

Outra discussão feita na Nutrição diz respeito a "Segurança Alimentar e Nutricional", ou no caso mais específico sob o nome de "insegurança alimentar", que é para esta disciplina a falta de alimento ou o acesso incorreto a comida.

> A segurança alimentar é o fornecimento adequado de alimentos e da disponibilidade alimentar. Isto significa estabilidade de mantimentos e acesso à comida e ao consumo por todos. "A segurança alimentar […] é conseguida quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e econômico a comida nutritiva e segura em quantidade suficiente e adequada às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável" [...] O direito à comida é um direito humano básico, mandatado na lei internacional e reconhecido por todos os países. (FAO[10], 1996)

O conceito de segurança alimentar surge na Europa no inicio do século XX, no pós-guerra, e parte da ideia de Segurança nacional: capacidade de produzir a alimentação de seu povo, para não ficar vulneráveis a cercos, embargos por motivação política ou militar.

No início dos anos de 1970 com a quebra mundial da safra de alimentos os órgãos internacionais retomaram os olhares para a questão da Segurança Alimentar, mas somente em 1974, na Conferência Mundial de Alimentação é que o conceito ganha força novamente. (CIRILLO, 2009) [11].

No levantamento feito sobre os estudos produzidos para a compreensão da fome, encontramos "Uma Abordagem Fenomenológica da Fome", de Maria do Carmo Soares de Freitas

[10] Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

[11] Notas de aula e material de pesquisa da disciplina "Economia da Alimentação e Nutrição ministrada pela Professora Denise CIRILLO, na Faculdade de Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo" no segundo semestre de 2009.

(2002) nutricionista, que em seu artigo discute o tema a partir da antropologia e aspectos socioculturais da alimentação.

Neste artigo a autora busca o que ela chama de atores sociais que vivem em condições de extrema pobreza. (FREITAS, 2002). Aqui encontramos o problema da fome sendo discutido como fenômeno.

Esta mesma autora busca ainda, entender "os sentidos e os significados da fome que são produtos expressos da dimensão histórica, mas também são representados por valores simbólicos tomados em sua globalidade". Durante alguns meses Freitas observou e descreveu o cotidiano de moradores de um bairro popular da cidade de Salvador, para assim conseguir uma descrição minuciosa da condição de fome vivida por estas pessoas. Para ela "a abordagem fenomenológica vem contribuir para mostrar esta dimensão da fome ainda não descrita na literatura sobre o tema".

> Ela [fome] [12] é um fenômeno impregnado no ser humano que viveu ou ainda vive precárias condições de vida, pois a temporalidade, no corpo e na memória, transcende ao evento econômico e social de sua ocorrência. (FREITAS, p.54, 2002).

Esta autora entende a fome como um fenômeno ainda sofrido pelo homem, principalmente aquele que vive em condições que não propiciam a mínima estrutura de bem estar. Assim,

[12] Destaque nosso.

> A etnografia da fome, tema como pressuposto que ela é um fenômeno produzido pelo contexto político, social, histórico e econômico de nossa sociedade. Entretanto, estes elementos do tecido macrossocial estão inseridos no mundo íntimo e cotidiano, conforme a interpretação dos famintos. Melhor dito, a fome é caracterizada como um fenômeno a ocupar um lugar na dimensão sociocultural do mesmo corpo biológico que a sente, pois, pelo testemunho dos atores, os seus sentidos recorrem a uma complexa associação entre os efeitos do espírito sobre o corpo e vice- -versa. (Idem, p.56,).

Ela entende ainda, ser importante discutir a fome a partir da fenomenologia, pois, para ela uma abordagem fenomenológica do tema contribui para mostrar a dimensão da fome ainda não descrita na literatura.

Outro autor que buscou aventar a fome foi Jacque Chonchol, no entanto, ele buscou compreender o tema a partir da problemática alimentar, engenheiro agrônomo que exerceu o cargo de perito da FAO e ex-Ministro da Agricultura do Governo de Salvador Allende no Chile. Em seu artigo "A Soberania Alimentar" ele faz a discussão do que chama de a problemática alimentar no século XX. Para ele,

> É nos anos de 1930 que se desenvolvem, do ponto de vista alimentar, vários fenômenos contraditórios. Por um lado, apresenta-se uma crise para os agricultores dos países industrializados que se encontram com excedentes impossíveis de ser pôr no mercado. Por outro lado, os progressos nos conhecimentos científicos sobre a biologia humana conduzem a conceber e analisar o problema da desnutrição. Finalmente, um melhor conhecimento da situação alimentar nos países em desenvolvimento permite um a tomada de

> consciência do fenômeno da subalimentação e da fome. (CHONCHOL, p. 33, 2005)

É no período pós-guerra (1945) que Franklin Roosevelt, então presidente dos Estados Unidos convoca uma reunião das nações unidas sobre a agricultura e alimentação, onde estavam presentes representantes de 44 países, deste encontro surge a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura).

Este autor faz um retrospecto sobre a situação alimentar no mundo em um período que compreende os anos de 1930 e 2000, buscando analisar "duas grandes problemáticas", a primeira é do desenvolvimento agrícola e rural que se instalam ao nível de órgãos internacionais, bem como das Organizações Não Governamentais-ONGS. A segunda diz respeito a pesquisa em determinadas áreas, exatamente nas regiões semi-áridas, portanto, menos favoráveis à produção agrícola, onde a luta contra a desertificação se impunha como uma necessidade essencial.(Idem, 2005)

Alguns autores discutem o problema da fome como fenômeno, outros buscam entendê-la a partir das interações entre homem e meio ambiente, é o caso de Ricardo Abramovay professor da Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade– FEA da Universidade de São Paulo, em seu artigo "Integrar Sociedade e Natureza na Luta Contra a Fome no Século XXI" (2008). Este autor argumenta que o problema só poderá ser resolvido quando houver

harmonia entre sociedade e meio ambiente, e que para isso seria necessário: ”ligar sistemas sociais e sistemas ecológicos. É nessa ligação, segundo ele, que está à chave para compreender e enfrentar os desafios alimentares do século XXI”. (ABRAMOVAY. 2008, p. 2706).

Pois segundo este autor a exploração sustentável dos recursos como estimulo a satisfação das necessidades alimentares por parte das sociedades onde a fome se faz mais presente, é uma das poucas alternativas para sua integração e consequente emancipação social. (Idem, 2008).

Abramovay não discute a fome como fenômeno, ele a discute levando em consideração alguns aspectos, dentre os quais as leis de mercado. Chamando atenção para a exploração sustentável da biodiversidade, que segundo ele aumentariam as necessidades alimentares da população.

> A fome perdeu nos dias de hoje a natureza avassaladora que marcou sua presença na vida social ao do século XX. No entanto, ela continua preocupante tanto na atualidade quanto, sobretudo, no que se refere a suas perspectivas futuras. (ABRAMOVAY. 2008, p. 2706).

O argumento apresentado pelo autor quando afirma que atualmente a fome, perdeu o caráter avassalador que sempre teve ao longo da história da humanidade, nos intriga, pois o que percebemos é que "o desenvolvimento alcançado pela ciência e pela tecnologia, à rigor, deveria exterminar o problema da fome no mundo. No entanto isso não ocorre (SOUZA, 1995, p.1)".

Para Abramovay só é possível compreender o mundo contemporâneo se partirmos de um olhar naturalista, pensando de maneira articulada a vida social, bem como a reprodução do ambiente natural. Só a partir deste entendimento, segundo este autor é que será possível ter a chave de leitura dos problemas alimentares para o século XXI. Então, para ele, é necessária uma compreensão refinada entre os sistemas sociais e sistemas ecológicos. (ABRAMOVAY. 2008, p. 2706).

Outra visão a cerca do problema é a de Leda Maria de Vargas Rebello, nutricionista e especialista em saúde pública. Em seu artigo "Loucuras da Fome" (1998), ela propõe discutir a fome a partir da tríade seca/fome/doença mental. Esta autora trabalha a ideia de que alguns distúrbios comportamentais ocorridos na população nordestina em ocasião de grandes secas têm sua causa em uma miséria recorrente e como efeito direto a fome que assola a vida de muitos sertanejos.

Esta autora não concorda com a tradição secular de atribuir toda a desgraça da fome as catástrofes naturais. Para ela o importante seria entender os fenômenos - seca e fome - para assim compreender os estragos causados para a população que de forma direta sofre com estes estragos causados pela fome e, principalmente, como essas pessoas respondem socialmente. Para a autora "uma dieta deficiente em nutrientes pode ser causa para um estado de demência parecido com a loucura" (REBELLO, 1998, p. 645).

Diante do exposto neste primeiro capítulo, percebemos que assim como nos tempos de Josué de Castro, a fome ainda hoje é encarada como fenômeno, seja natural ou social, dependendo da disciplina que a discute.

Mas, a fome não pode ser vista como natural, pois não é admissível a situação de escassez alimentar ainda vivida por muitos seres humanos na face do planeta, já que, como dito no início deste capítulo, o alimento é o elemento primeiro para a sobrevivência humana.

Neste período histórico denominado de técnico-científico e informacional a questão política é ressaltada. A Geografia exibe que o uso desigual do território, com a extensão do meio técnico-científico-informacional sendo feita apenas para alguns, continua a excluir muitos, ampliando, no entanto, a perversidade que decorre, nesta

contemporaneidade, do alijamento da maioria da população do meio a que nos referimos acima. Discutir a fome geograficamente é discutir também o uso do território não apenas pela produção, mas pelas possibilidades que todos devem ter de produzir alimentos especialmente, como também discutir a sua distribuição para aqueles que ainda passam fome.

O território usado se transforma assim numa poderosa categoria de análise social, argumento precioso para a compreensão da fome como processo político e não como fenômeno. Decidir sobre os usos do território pela produção de alimentos é também discutir a gênese da deste problema.

CAPÍTULO 2: Da Formação Territorial e Econômica a Formação Sócio-espacial brasileira: A Desigualdade e o problema da Fome

"... os heróis e os grandes feitos não são heróis e grandes senão na medida em que acordam com os intêresses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial..."

(Caio Prado Júnior, Evolução Política do Brasil e outros Estudos, 1966)

Formação Territorial brasileira: Pensando as Desigualdades

Pensamos este capítulo como aquele no qual nosso leitor poderá entender qual é a nossa compreensão a respeito das desigualdades. Buscamos também, introduzir a discussão sobre a formação histórica, territorial e econômica do Brasil, para uma posterior reflexão sobre a formação sócio-espacial.

Sendo assim, iniciamos esta discussão a partir autores, que julgamos fundamentais para a compreensão das desigualdades na formação sócio-espacial brasileira, bradada por Milton Santos, e que escolhemos como categoria para esta discussão.

Dentre os estudiosos que elegemos e que melhor explicam a história da formação territorial, econômica e social brasileira, estão grandes pensadores, dentre os quais: Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Sérgio Buarque de Holanda, Otávio Ianni e Milton Santos.

Otávio Ianni nos ajuda a pensar sobre a história do Brasil e o processo de implantação de algumas políticas compensatórias de combate à fome, discussão que será feita mais adiante no capitulo 5.

Para inferir os processos de manutenção da fome, bem como de outras desigualdades ainda existentes é necessário assimilar como se deu a formação brasileira, para posteriormente compreender a

formação sócio-espacial enquanto categoria de análise. Entendemos que a fome e outras desigualdades só se mantem por conta desse processo desigual.

Assim sendo, fizemos um pequeno resgate histórico, a partir dos autores anteriormente citados, que com maestria trataram deste assunto e que nos dizem muito sobre a discussão que decidimos fazer. Tema este que consideramos de grande importância para a apreensão do que nos propomos fazer nesta dissertação.

Acreditamos que só a partir desta compreensão é que será possível discutir as questões referentes às desigualdades enfrentadas por um número considerável de brasileiros desde a formação da nossa sociedade.

A partir destas leituras foi possível perceber que as injustiças, que nesta dissertação chamamos de desigualdades, e exemplificada da forma mais perversa (a fome), vêm de longa data.

Buscamos ainda, mostrar que o que vivemos hoje é, na verdade consequência de uma estrutura deficiente que tem sua origem na desigual formação territorial brasileira, que será tratada mais adiante com os estudos do professor Milton Santos, trazendo a luz o problema que nos propomos discutir, a fome.

Formação Histórica, Territorial, Econômica e Social: O caminho para compreender a formação sócio-espacial brasileira.

Em "Raízes do Brasil", publicado em 1936, o historiador Sérgio Buarque de Holanda faz uma importante interpretação sobre a formação social do nosso país. Entre outras coisas ele fala sobre a estrutura da sociedade brasileira e suas "raízes" na Europa, e destaca o legado deixado pela colonização portuguesa em nossas terras. Para ele,

> O princípio que, desde os tempos mais remotos da colonização, norteara a criação da riqueza no país, não cessou de valer um só momento para a produção agrária. Todos queriam extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios. (HOLANDA, p. 27, 1963)

Se de um lado os nossos colonizadores, como disse Holanda, nortearam desde sempre os rumos de nossa colonização, por outro a estrutura da formação da sociedade colonial brasileira também foi por eles comandadas, portanto, isto justifica o fato de nossa sociedade colonial ter tido suas bases fora dos meios urbanos. (Idem, p. 57).

Fatos como os acima mencionados nos dão pistas do que se segue durante e posteriormente à "colonização" imposta pelos

europeus. No seguimento deste capítulo, conversaremos com outros estudiosos que a partir de suas searas de conhecimento nos ajudarão a entender este processo.

É o caso, do economista Celso Furtado que em a "Economia Brasileira: Contribuição à Análise do seu Desenvolvimento", publicado em 1954, pondera sobre a cultura da expropriação na formação territorial e econômica do nosso país, chamando atenção para o fato de que desde o princípio o Brasil convive com uma história de apropriação, expropriação e exploração, disse ele,

> O crescimento de uma economia que se baseia na apropriação dos excedentes de produção, de uma comunidade por outra, encontra limites em sua expansão geográfica. Como o sistema de produção não se modifica- alternando-se tão somente o sistema de distribuição- uma vez atingindo o máximo de expansão geográfica, a economia metropolitana cessará de crescer. (FURTADO, p. 23, 1954)

Ainda segundo este autor, o enriquecimento da metrópole apresentava-se, assim, com a contrapartida do empobrecimento das províncias (Idem, p.23). É este, justamente o cerne da questão que pretendemos discutir, desde sempre fomos nós "os colonizados", que tivemos o labor explorado para o total enriquecimento das metrópoles.

Primeiro, a exploração dos metais por parte dos nossos colonizadores. Logo depois a escravidão que, por séculos nos seguiu como uma praga difícil de lidar, onde pessoas eram exploradas ao seu extremo para a acumulação de muito por poucos.

Por isto, a economia brasileira, foi antes de qualquer coisa uma exploração descomunal, como disse Caio Prado Júnior em 1933 quando da publicação de "A Evolução Politica do Brasil e Outros Estudos". Pois,

> A economia agraria colonial sempre teve por tipo a exploração rural. Estão aí as lavouras de cana e os engenhos de açúcar- nossa principal riqueza de então- os extremos latifúndios dedicados à pecuária; enfim as demais indústrias agrícolas quem embora em menor escale, sempre se baseou no braço escravo, negro ou índio. (PRADO JR, 1966, p. 16)

Falando ainda sobre a evolução politica do Brasil, Caio Prado Júnior, afirma que a sociedade colonial brasileira foi, na verdade, o espelho de uma base econômica agrária. Ou seja, fruto de uma grande exploração. (Idem, 1966).

Este mesmo autor em "História e desenvolvimento", publicado em 1972, destaca a importância da história como uma importante fonte de informação para o entendimento do chamado desenvolvimento brasileiro, este trabalho tinha como objetivo central,

> [...] reivindicar para ela (a história) [13], o que de direito lhe cabe como fonte informativa e explicativa do processo de desenvolvimento do nosso país, chamando a atenção para a necessidade, em consequência, de levá-la em conta na análise do desenvolvimento brasileiro e fixação da politica econômica adequada. (PRADO JR, 1972, p. 7-8).

Para este autor, as premissas do desenvolvimento brasileiro assentam em bases muito precárias, e ele continua: "[...] é sobretudo em nosso passado que se há de buscar a informação necessária para a proposição adequada e a solução acertada do problemas atuais" (Idem, p. 19).

Embora publicada na década de 1970 do século passado, esta afirmação é bem atual e diz muito sobre o que propomos discutir neste trabalho, pois acreditamos que só a partir do conhecimento do nosso passado é que de fato podemos compreender e interpretar a evolução da nossa sociedade e, portanto, avançar na construção de um país mais justo, onde todos possam ter acesso ao mínimo para a sobrevivência.

Esta ideia defendida pelo autor corrobora a nossa, pois percebemos ser fundamental fazer este resgate através da história do Brasil. Pois, cremos ser este o único caminho para entender os processos de desigualdades, ainda vividos por muitos em nosso país.

---

[13] Destaque nosso

Falar em acumulação de alguns em detrimento de outros, nos remete ao processo cruel e contraditório chamado fome, e nos faz lembrar Karl Marx em "A origem do capital" quando ele diz que as injustiças para alguns são necessárias para o lucro exacerbados de outros. Por isso,

> [...] a pobreza os componentes da grande massa que, a despeito de um trabalho ininterrupto, devem sempre pagar com o sacrifício de sua própria pessoa, e, por outro lado um pequeno número, que sem mover um dedo recolhe todos os frutos e benefícios do trabalho alheio. (MARX, p. 12, 2009)

Entendemos que esta reflexão nos dá sustentação para que possamos compreender a expressão da fome no território usado[14] brasileiro, pois: "O espaço construído e a distribuição da população, por exemplo, não têm um papel neutro na vida e na evolução das formações econômicas e sociais- *Brasil, sua formação e desigualdades-*[15] (SANTOS, p. 43, [1979] 2002). Pois pensamos o espaço como aquele que,

[14] Milton Santos conceitua território usado como sendo "[...] objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado" (SANTOS, Milton. ***O retorno do território.*** In TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação. 3ª edição, São Paulo: Hucitec, 1996, p. 16). Ainda neste sentido, Maria Adélia de Souza corrobora este pensamento quando diz que: "Território usado seja incorporado como uma categoria social de análise e que o espaço geográfico seja considerado como uma instância social, (novidade trazida pela obra de Milton Santos) como contribuição para entender o mundo do presente". (SOUZA, 2010)

[15] Grifo nosso

> [...] reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. [...] o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior de seus momentos sucessivos. (Idem, p33)

Diante do exposto, ratificamos a importância em conhecer a formação sócio-espacial, pois somente a partir desta discussão será possível compreender as manifestações do problema (a fome).

Brasil: Formação Sócio-espacial e Desigualdades

O problema da fome simboliza um processo constituído ao longo da nossa história, no caso específico do Brasil, o reflexo vigente de uma formação desigual, que ao nosso modo de ver deve ser interpretada e, consequentemente, discutida. Fazendo uma analogia, "não somos um livro em branco", portanto, de alguma forma, o que vivemos hoje é consequência de um passado e o problema da fome não é diferente. Sendo assim,

> [...] Somente a história da sociedade mundial aliada a sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. (SANTOS, 2002 [1979], p. 21-22)

> Modo de produção, formação social, espaço, essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que juntos formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social. (Idem, p. 27-28)

Milton Santos em "Da Totalidade ao Lugar" publicado em 1979, nos ajuda a entender o que aconteceu no Brasil e em outros países, inclusive com nossos vizinhos, para ele é fundamental entender como acontece à formação de um Estado-Nação[16], para posteriormente compreender suas desigualdades.

Mas inferimos somente ser possível essa apreensão sobre o processo de formação brasileira se buscarmos o auxílio de outras disciplinas, assim assimilaremos tais processos, que nesta dissertação chamamos de desigualdades[17] dentre ao quais, está os de manutenção da fome.

Propomos mostrar como a fome se materializa no território, fazendo uma relação entre a formação sócio-espacial brasileira e a constituição do território. Pois entendemos ser fundamental perceber como se deram estas relações, para então, perceber a permanência

[16] Um país, um espaço nacional, pode ser estudado como um sistema. Não se trata, entretanto, de um sistema de elementos como na teoria clássica dos sistemas, mas de um sistema de estruturas [...] Enquanto Um Estado-Nação é uma Formação Sócio-Econômica, um Estado-Nação é uma totalidade. (SANTOS, Milton. ***Da Totalidade ao Lugar***. São Paulo: Editora da Universidades de São Paulo, 2002, p. 43).

[17] Para a Professora Maria Adélia de Souza, a desigualdade não é somente social, [...] para ela o sujeito é duplamente penalizado, socialmente e espacialmente. (SOUZA, 2010)

do problema ainda hoje. Para isso é necessário levar em conta o processo em sua totalidade. Pois para Milton Santos,

> O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. [...] o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos. (SANTOS, 2002 [1979], p. 32)

Aqui, mais uma vez buscaremos auxílio em uma disciplina próxima, bem como autores que com maestria estudaram esta questão (o processo de formação territorial, histórica, econômica e social) e que, de fato poderá nos ajudar a perceber tal processo de manutenção das desigualdades, que entendemos como reflexo da forma como o Brasil foi ocupado desde os primórdios de sua existência.

Caio Prado Júnior em "História econômica do Brasil", nos fornece uma importante contribuição sobre a nossa formação econômica e territorial, quando mostra o caráter de exploração ao qual foi submetido nosso país desde a sua "descoberta" e posterior colonização. Exploração esta que vai desde a extração do pau Brasil até a exploração de nosso ouro e diamante. Neste sentido, ele fala,

> Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão e em seguida café para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira [...] Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, se constituirá a colônia brasileira. (PRADO JÚNIOR, 1956, p. 23)

A partir desta colocação, é possível perceber claramente o processo desigual a que fomos submetidos desde o inicio, processo este que segundo Caio Prado Júnior ainda neste livro, disse se manter dominante através de séculos da formação brasileira, fato que agravou totalmente a vida do país e segundo ele, principalmente, a estrutura econômica.

Este início, cujo caráter se manteve dominante através dos séculos da formação brasileira, se agravou profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Particularmente na estrutura econômica. E se prolongará até os nossos dias, em que apenas começamos a nos livrar deste longo passado colonial. (Idem, p. 23)

Ainda no que diz respeito à dominação vivenciada por nosso país, vejamos o que diz Caio Prado Júnior sobre a forma com a qual o Brasil foi por muito tempo dominado,

> Os setores fundamentais e essenciais da economia colonial brasileira, anteriormente considerados, são aqueles que se voltam para a produção de mercadorias exportáveis, isto é, destinadas ao mercado do exterior. Mais que simples elementos da economia colonial, são eles que propriamente caracterizam a colonização e dão o traço distintivo e específico, pois representam sua própria razão de ser. É para fornecer açúcar, ouro e diamantes e mais alguns poucos produtos primários ao comercio internacional, que se ocupou e povoou o território que constituiria o Brasil e se instalou nele uma sociedade humana. .(PRADO JÚNIOR, 1972, p. 44)

Percebemos a fome como um problema estrutural e, portanto, resultado de uma formação sócio-espacial desigual. Neste trabalho, buscamos responder às seguintes questões: a fome é, portanto, a expressão biológica de males sociais ou um problema intrinsicamente ligado às contradições econômicas, sociais, culturais e políticas e, por conseguinte, estruturais?

Como disse Milton Santos, cada sociedade existe de acordo com seu tempo e cada uma é particular, portanto sua evolução deve ser entendida e discutida como tal de forma específica. Logo a sociedade brasileira deve ser entendida de maneira característica, a partir de sua constituição desigual. Por isso: "É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras [...]" (SANTOS, p. 25 [1979] 2002).

Sendo assim, o conceito de formação econômica deve ser utilizado para uma sociedade específica, ou seja, todas as

particularidades e diferenças devem ser levadas em consideração quando se estudar determinado lugar.

Por isto escolhemos discutir o problema da fome como resultante de um processo inerente a uma formação sócio-espacial desigual, que privilegia alguns em detrimento de outros. Pois entendemos que,

> As combinações se fazem em lugares historicamente determinados, de forma que a combinação de recursos (homens, capital, infra-estruturas, instituições, ecologia) se transforma em sinônimo de localização. (Idem, p. 44)

Dessa forma, as questões acima levantadas só poderão ser respondidas se houver a compreensão das desigualdades a partir do território, e este deve ser entendido não apenas como limite político administrativo, mas também:

> [...] como espaço efetivamente usado pela sociedade e pelas empresas. O território tem, portanto, um papel importante especialmente na formação social brasileira, [...] É bom lembrar que tudo passa, mas os territórios, espaços efetivamente usados permanecem. (SOUZA, 2002, p. 1)

Entendemos que somente a partir da compreensão da categoria formação sócio-espacial é possível identificar os principais problemas

estruturais que mantém a fome no país, uma vez que essa categoria permite observar a constituição do território nacional em sua totalidade e particularidades. (Santos, [1979] 2002).

Milton Santos cita Sereni[18] para falar da categoria formação social, segundo ele essa "categoria expressa a unidade e a totalidade das diversas esferas- econômica, social, política, cultural- da vida de uma sociedade, da continuidade e descontinuidade de seu desenvolvimento histórico." (SANTOS, [1979] 2002, p. 24)

Neste sentido: "A dimensão histórica ou temporal é assim necessária para se ir além do nível de análise ecológica e corográfica. A situação atual depende, por isso, de influências impostas". (SANTOS, p. 26, [1985] 2008).

Para Milton Santos, a realidade de uma sociedade resulta da interação entre todas as estruturas, e ele continua,

> As estruturas do espaço são formadas de elementos homólogos e de elementos não homólogos. Entre as primeiras estão as estruturas demográficas, econômicas, financeiras, isto é, estruturas da mesma classe e que, de um ponto de vista analítico, podem-se considerar como estruturas simples. As estruturas não homólogas, isto é, formada de diferentes classes interagem para formar estruturas complexas. (Idem, p. 29).

[18] Emilio SERENI, Importante historiador, entre seus livros estão: "El Concepto de Formación Económico - Social" e "La categoría de formación económico-social".

Assim sendo, entendemos somente ser possível uma análise mais coerente se partimos deste viés, compreender os processos e as transformações e, consequentemente, os resultados vistos hoje, e no caso específico da nossa pesquisa, os caminhos que levam a perpetuação da fome, e principalmente, por que esse processo é mais perceptível em lugares historicamente determinados. A este respeito:

> Através do tempo, o espaço se comporta como um todo. A transformação do espaço "natural" em espaço produtivo é o resultado de uma série de decisões e escolhas historicamente determinadas. Cada porção de espaço é apropriada, reutilizada ou deixada intacta. (Idem, p. 48).

Por isso apreendemos a fome como o resultante desse processo histórico, já falado anteriormente, onde as "epidemias" estão em toda parte, de forma mais presente nos lugares com características que "favorecem" essa situação.

É importante ressaltar o fato de que a evolução dos sistemas técnicos de produção e de distribuição de alimentos, em tese, já deveria ter acabado com a fome, o que nos leva a entender que a fome já tem solução técnica, porém ainda não encontrou uma solução política e social. Neste sentido,

> A produção de alimentos, com o desenvolvimento técnico, científico informacional, explodiu com os velhos determinismos que circunscreviam a produção a determinadas condições geográficas (naturais). A técnica enterrou essa determinação. Ainda mais, pela engenharia genética e pela biotecnologia, os produtos alimentares podem ser produzidos em distintas condições e em distintos lugares. No entanto, o olhar desse processo de produção é sempre o mundo, o mercado mundial. (SOUZA, 1995, p. 7).

A fome entendida como falta de alimento, que por sua vez é sinônimo de existência humana (Souza, 1995). Abordaremos o tema da fome levando em consideração o território usado como sugere (SANTOS, 1999, p. 7),

> (...) é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. Ele tem de ser visto (...) como um campo de forças, como lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso o econômico e social dos recursos.

Por isso entendemos como inadmissível tão grave problema, uma vez que o desenvolvimento do que Milton Santos denominou meio técnico-Científico-informacional deveria ao menos amenizá-lo, pois,

> A expressão do meio técnico-Científico pode, também, ser tomada em outra acepção talvez mais específica, se levarmos em conta que, nos dias atuais, a técnica e a ciência presentearam o homem com a capacidade de

> acompanhar o movimento da natureza, graças aos progressos da teledeteção e de outras técnicas de apreensão dos fenômenos que ocorrem na superfície da terra. (SANTOS, [1996] 2006, p. 241).

Propomos exibir os usos do território brasileiro as "gritantes" desigualdades existentes a partir da produção de alimentos e da expressão dos famélicos no Brasil. Neste sentido: A situação atual depende, por isso, de influências impostas". (SANTOS, [1985] 2008, p. 26).

Por desigualdades sócio-espaciais entendemos como sendo a combinação entre a pobreza estrutural e perversa com a riqueza altamente concentrada, implicando num paradoxo que,

> "[...] se reverte a cada dia em um cruel, persistente e agravante sistema de pobreza, com todas as suas consequências desumanas: a fome, as epidemias, a violência, que afeta toda população brasileira, mas, sobretudo, os mais pobres (SOUZA, 1994, p. 26)".

Por isto, entendemos contraditório falar em famintos em um momento da história onde há um pujante desenvolvimento das novas tecnologias e uma crescente produção de alimentos. Infelizmente o avanço tecnológico e a modernização, de uma forma geral, chegam aos mais longínquos lugares, mas mesmo com todo o desenvolvimento da ciência e da técnica o drama da fome com toda a sua fatalidade continua presente.

Assim formação sócio-espacial deve ser entendida a partir da feição de antigos processos, e no caso do Brasil, é preciso perceber a configuração de uma sociedade desigual, o acesso de poucos ao desenvolvimento. E, no caso da discussão proposta aqui o não acesso de muitos ao alimento como sinônimo de existência humana (Souza, 1995).

Pois, dado o momento da história, onde cada vez mais está presente à técnica não é concebível tão grave problema (a fome), uma vez que, as ampliações e consequências do meio técnico científico e informacional afetam de forma direta a dinâmica social no Brasil, fato que será fundamental para a compreensão da dimensão dos lugares[19] e a solidariedade orgânica como uma possibilidade que os pobres ainda constroem para sobreviver, ao lado dos aconteceres hierárquicos[20] que se dão nas regiões pobres agudizando o problema da fome.

[19] Lugar é o objeto ou conjunto de objetos. (SANTOS, Milton. ***Espaço e Método***. São Paulo: Editora da Universidades de São Paulo, 2008, p. 13).

[20] O acontecer hierárquico é um dos resultados da tendência a racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados e nos obrigam a pensar na produção de um sentido, impresso à vidas do homens e à vida do espaço. (SANTOS, Milton. ***O Retorno do Território.*** In TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação. 3ª edição, São Paulo: Hucitec, 1996, p. 17).

CAPÍTULO 3: ABUNDÂNCIA E ESCASSEZ: Geografia, Fome e Território.

"No mundo da globalização, cujo paradigma é o mercado, abundância e escassez se constituem em moeda indispensável. Estudar a fome hoje é, sem dúvida, percorrer os caminhos da ciência e da técnica no território (...)".

(Maria Adélia Aparecida de Souza, Globalização e efeitos perversos: Relendo a Geografia da fome, 1995).

A Fome numa perspectiva científica: A geografia e a compreensão do problema

Dado o momento da história onde cada vez mais está presente a técnica, ciência e modernização, onde as coisas e as pessoas se tornam cada vez mais globalizadas, é inconcebível que ainda seja possível conviver com um problema tão cruel e perverso como a fome, que afeta de forma direta a dinâmica social no Brasil.

> Essa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente a ciência e a técnica, torna-se um mercado global. A idéia de ciência, a idéia de tecnologia e a idéia de mercado global devem ser encaradas conjuntamente [...] Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de *meio técnico-científico-informacional.* (SANTOS, [1996], 2006, p. 238)

Portanto, é necessário analisar a globalização, "[...] à luz dos seus efeitos sobre os chamados *países pobres"*. Pois nos países pobres é que são mais perceptíveis as manifestações e consequências geradas pela fome. (SOUZA, 1995).

Para a apreensão deste problema, cremos ser necessário "se refletir sobre a Geografia da Fome [...], como um agravamento das desigualdades sociais e territoriais, como geografias da globalização perversa." (SOUZA, 1995, p. 24).

Para isto buscamos fundamentos teóricos que nos ajudam a compreender como a fome se revela no território usado brasileiro e, principalmente, como a geografia pode ajudar a entender este problema.

Até aqui, percebemos que a discussão[21] sobre a fome é feita, sobretudo, a partir de outras áreas de conhecimento, por isso também, a necessidade de buscar um método geográfico para esta análise.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa sentimos falta de estudos que "qualificassem" e não apenas "quantificassem" a fome, e que pudessem nos dar pistas de como este problema se desdobra.

Conforme ressaltamos anteriormente, outras disciplinas se debruçam nos estudos da fome, entendendo e discutindo o problema a partir de carências nutricionais, no entanto, não podemos nos deter apenas a isso, embora tenhamos no Brasil uma gama de estudos científicos que identificam e quantificam o perfil nutricional dos brasileiros.

[21] Esta discussão foi feita no primeiro capítulo desta dissertação, onde foi possível perceber que a discussão sobre a fome é feita, sobretudo em outras áreas do conhecimento, tais como: Sociologia, Antropologia, História e, sobretudo, Nutrição e Saúde Pública, mas sempre a partir de outro ponto de vista, *principalmente, o da Segurança Alimentar e Nutricional, fato* que nos levou a sentir falta de uma "discussão geográfica" sobre o tema.

Acreditamos, portanto, que a geografia enquanto uma ciência do presente pode oferecer uma importante contribuição para a apreensão do problema, discutido nesta dissertação.

Pois entendemos que a ela, "cabe estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que constituem o espaço". (SANTOS, [1996], 2006, p. 62). Ou ainda levando em conta "o forte atributo da disciplina geográfica", como disse Mário Lamas Ramalho em "Uso do Território- Técnica e Fome".

> Novas são as dinâmicas do espaço nas últimas décadas e, portanto, novas precisam ser as formas de interpretação da realidade, exigindo assim uma evolução do pensamento geográfico. (RAMALHO, 2003, p. 548).

Sendo assim, ratificamos a importância de buscar a geografia para entender alguns processos, principalmente, aqueles com características do presente, dentre as quais a globalização que de maneira direta acaba por intensificar antigos problemas. Sendo cada vez é mais perceptível:

> (...) a preparação de espaços específicos para atender aos imperativos de uma produção destinada, eminentemente, à acumulação e à reprodução do capital. As determinações do capitalismo são, mais do que nunca, agentes do espaço e, assim, da sociedade. (Idem, p. 548).

Por isto acreditamos ser fundamental, o estudo da fome a partir do entendimento das características de funcionamento "mundo[22] globalizado", este cada vez mais acionado pelo desenvolvimento dos sistemas técnicos e científicos, para a atualização da compreensão da expansão, ainda, da fome no mundo. Pois:

> Em nossa época, o que é representativo do sistema de técnicas atual é a chegada da técnica da informação, por meio da cibernética, da informática, da eletrônica. Ela vai permitir duas grandes coisas: a primeira é que as diversas técnicas existentes passam a se comunicar entre elas. A técnica da informação assegura esse comércio, que antes não era possível. Por outro lado, ela tem um papel determinante sobre o uso do tempo, permitindo, em todos os lugares, a convergência dos momentos, assegurando a simultaneidade das ações e, por conseguinte, acelerando o processo histórico. (SANTOS, 2008, p.25)

> Essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle. (Idem, 2008, p. 39)

[22] Quando se fala em Mundo, está se falando, sobretudo, em Mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive da natureza; mercado da idéias, inclusive a ciência e a informação; mercado político. Justamente a versão política dessa globalização é perversa é a democracia de mercado. (SANTOS, Milton. ***Por uma Outra globalização: do pensamento único à consciência universal***. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008, p.18)

Embora posta, a globalização acaba por segregar alguns, já que, muitos não têm acesso às benesses deste mundo dito globalizado, e por este motivo, esta acaba por contribuir para o aumento das desigualdades sócio-espaciais já existentes. Conforme o autor, "As grandes contradições do nosso tempo passam pelo uso do território" (SANTOS, 1996, p. 19). Nesta perspectiva de raciocínio ele continua,

> (...) a fome é uma das consequências da incrível engrenagem que transforma o corrente processo de globalização em algo perverso, num mundo insistentemente convidado, pelo próprio processo, a se tornar egoísta, em todas as escalas: a dos países e dos blocos, a dos indivíduos e dos grupos sociais[23]. (SANTOS, 1994).

Por isso falar em fome em um momento onde a aceleração do mundo e o constante avanço da ciência e da técnica se fazem cada vez mais presentes na vida das pessoas é algo marcadamente complexo, sobretudo porque é difícil ponderar o fato de que algumas desigualdades se manifestem e continuem a se perpetuar de uma maneira tão perversa.

Intriga-nos, portanto, pensar que em pleno período de crescente modernização ainda seja possível convivermos de forma

[23] Artigo: **"Fome só acaba com um pacto duradouro"**. Publicado originalmente no Jornal "O Estado de São Paulo" em 15 de janeiro de 1994 e retirado do informa AGB, nº 51 de março do mesmo ano.

pacífica com esta cruel manifestação de desigualdades reveladas a partir dos usos do território, pois,

> Sua preparação técnica permite uma produção agrícola capaz de alimentar sua população, mas a fome, uma das manifestações das perversidades do período, se amplia. A produção de alimentos e de famintos, de novas necessidades (de abundância e de escassez), é essencial ao aprofundamento do modo de produção em sua fase atual de reprodução, em suas escalas de ação, em suas manifestações territoriais. (TOZI, 2003, p. 495).

Portanto, neste mundo globalizado, aonde as informações chegam mais longínquos lugares, a forma como a fome atual se apresenta acaba sofrendo modificações, se antes era atribuída tão e somente às catástrofes naturais. Hoje ela,

> [...] deixa de ser esporádica e pontual, para se tornar algo normal, persistente e generalizado. Por isso mesmo, a fome atual globalizada é diferente daquela fome localizada do passado, fruto de grandes catástrofes naturais e sociais, como as secas, as inundações, os terremotos ou as guerras. Antes, os imigrantes fugiam dos seus lugares para escapar do flagelo, enquanto hoje continuam famintos no lugar onde chegam. (SANTOS, 1994, p.1)

Pois é exatamente nos lugares que a fome se manifesta e por isso deve ser entendida como resultante de um processo histórico desigual e contraditório, e mesmo estando em toda a parte, ela fica

mais evidente em lugares que "favorecem" a sua manifestação. Sendo assim, o lugar deve ser inferido como sendo,

> [...] o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares. (SANTOS, 2008, p.112).

Ainda neste sentido, este mesmo autor chama atenção para a importância de se compreender o papel lugar, pois ele:

> Não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo. (SANTOS, 2008, p. 114)

> O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados. (Idem, p.114)

Portanto, na compreensão de Maria Adélia de Souza (1995) não se pode perder de vista o lugar, pois o lugar do pobre não tem passado. Esta esperança é o que move o presente. Os pobres e famintos são seres moventes, mutantes mas solidários. "Para eles o lugar é o futuro." (SOUZA, 1995).

Sendo assim, o estudo da fome é um componente importante e que possibilita o entendimento da (ainda) permanência das desigualdades sócio-espaciais.

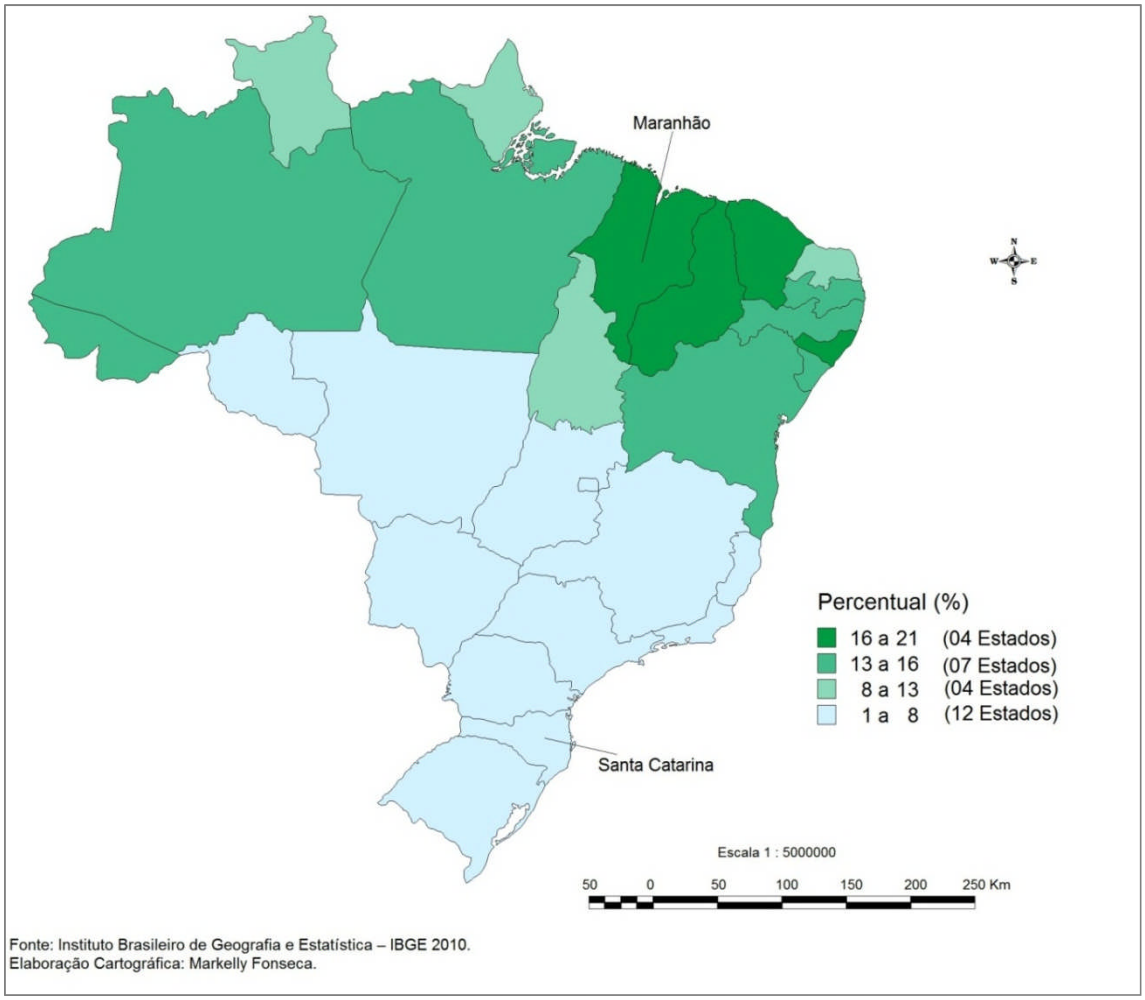
No caso do Brasil, vivemos ainda as implicações de uma estrutura[24] deficiente que teve suas bases na desigual formação do nosso país e que, portanto, ainda reflete nos processos de manutenção das desigualdades sócio-espaciais.

Desta forma, entendemos somente ser possível uma análise mais coerente se partimos da compreensão dos processos e das transformações, pois só assim conseguiremos entender os resultados vistos hoje, no caso específico da nossa pesquisa, os caminhos que levam à perpetuação da fome, e principalmente, por que esse problema é mais perceptível em lugares historicamente definidos.

Confirmando a ideia de que as desigualdades são resultantes de um processo intrínseco a uma formação sócio-espacial desigual e que, portanto, são mais perceptíveis em lugares anteriormente determinados, utilizamos o caso da região nordeste e alguns estados da região norte do Brasil, no **Mapa 1,** é possível observar onde se concentra a população com renda de até R$ 70,00 reais consideradas, desse modo, pobres; de acordo com a classificação feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

[24] Discussão aventada no capítulo 2: "Da Formação Territorial e Econômica a formação sócio-espacial brasileira: A desigualdade e o problema da fome".

MAPA 1- BRASIL: População com Rendimento de até 70,00 por Estado da Federação, 2010.



Por isso consideramos ser fundamental estudar a fome a partir de uma perspectiva geográfica, que leve em consideração o território. De modo que identificar o problema, (a fome) através da cartografia é indispensável. Neste sentido fizemos um mapeamento[25] para

[25] Este mapeamento é a proposta do capítulo 4: "TERRITÓRIO USADO BRASILEIRO: Produção de Alimentos e Distribuição de Famélicos". Que antecede o capítulo no qual levantamos a discussão sobre as políticas compensatórias de combate à fome.

identificar as áreas de produção de alimentos, bem como a distribuição de famélicos[26] no território usado brasileiro.

Território, fome e a dialética Abundância e Escassez

No mundo da globalização, cujo paradigma é o mercado, abundância e escassez se constituem em moeda indispensável. Por isso estudar a fome [...] é, sem dúvida, percorrer os caminhos da ciência e da técnica no território, mediadas pelo mercado. (SOUZA, 1995).

É na sociedade de Abundância que se exacerbam tanto a produção de alimentos quanto a produção de famintos. (CASTILLO, s.d) Nesta sociedade não é possível satisfazer as novas indigências de toda ordem e que surgem a todo o momento, por isso: Em "A sociedade de Consumo", o sociólogo francês Jean Baudrillard, diz ser:

> [...] necessário abandonar a ideia recebida que temos da sociedade da abundância como sociedade na qual todas as necessidades materiais (e culturais) se satisfazem com facilidade. (BAUDRILLARD, s.d, p. 66)

[26] Para esta identificação utilizamos uma metodologia própria, uma vez que, não conseguimos dados específicos a este respeito.

É perceptível que, quanto mais possibilidades se têm, maior será o número de pessoas que por algum motivo serão excluídas e não terão acesso a essa exacerbada produção e, consequente oferta mercadológica, pois as coisas tendem a se valorizar e desvalorizar com a mesma velocidade com a qual são produzidas. Ou seja,

> Quanto mais se produz, mais se sublinha, no próprio seio da profusão, o afastamento irremediável do termo final que seria a abundância- definida como o equilíbrio da produção humana e das finalidades humanas. Porque as necessidades da ordem de produção, e não as <<necessidades>> do homem, sobre cujo desconhecimento assenta todo o sistema, é que constituem o objeto de satisfação na sociedade de crescimento e satisfação tanto maior quanto mais intensa a produtividade, é evidente que a abundância recua indefinidamente; melhor, encontra-se irremediavelmente negada em proveito do reino organizado da rareza (a penúria estrutural). (Idem, p. 66-67)

Portanto, esta mesma sociedade de abundância, que de um lado produz modernizações, a partir de sua técnica, do outro, dialeticamente reproduz as mais diversas necessidades. Para ilustrar, vejamos,

> [...] "<<Era uma vez um homem que vivia na Raridade. Depois de muitas aventuras e de longa viagem através da ciência Econômica, encontrou a sociedade da abundância. Casaram-se e tiveram muitas necessidades.>>" (Idem, s.d, p. 68).

Se de um lado temos uma sociedade de abundância, no outro está a produção de alimentos que evolui concomitante ao avanço da técnica e da ciência. Isto por si só poderia levar à dissipação do problema, aqui discutido. Mas ao contrário, parece até que conforme ocorre o crescimento da produção de alimentos cresce a produção de famintos.

A sociedade de abundância, por sua vez produz também uma sociedade onde o consumo sem medida está em toda parte e as necessidades são cada vez mais ávidas, ou seja, quando mais se tem mais se deseja. Neste sentido, Baudrillard em "O sistema de objetos" definiu o consumo como sendo,

> [...] uma modalidade característica de nossa civilização industrial- com a condição de desembaraçar de uma vez por todas de sua acepção corrente: a de um processo de satisfação das necessidades. O consumo não é este modo passivo de absorção e de apropriação que se opões ao modo ativo da produção para que sejam confrontados os esquemas ingênuos de comportamento (e de alienação). (BAUDRILLARD, 1973, p. 205-206)

Por isso, em meio a essa discussão sobre a sociedade de abundância é importante, também, entender o consumo e as formas por meio dos quais ele se apresenta cotidianamente, pois ele não deve ser entendido, apenas como,

> [...] uma prática material, nem uma fenomenologia da "abundância", não se define nem pelo alimento que se digere, nem pelo vestuário que veste, nem pelo carro que se usa, nem pela substância oral e visual das imagens e mensagens, mas pela organização de tudo isto em substância significante; é ele *a totalidade virtual de todos os objetos e mensagens constituídos de agora então em um discurso cada vez mais coerente.* O consumo, pelo fato de possuir um sentido, *é uma atividade de manipulação sistemática de signos.* (BAUDRILLARD, 1973, p. 206)

Anteriormente entendida tão somente como natural e decorrente da ausência de alimentos não mais se aplica, atualmente o que percebemos é que, invariavelmente a escassez acaba por ser produzida, ou seja, vivemos em um momento onde ela se apresenta não somente do ponto de vista da falta de alimentos, mas também da falta de estrutura. Desta forma a,

> [...] passagem de uma escassez natural para uma escassez produzida é intrínseca à passagem de um espaço (e um meio) natural para um espaço (e meio) geográfico, e do predomínio do ritmo social sobre o ritmo da natureza, dado pelo conhecimento, previsão e alteração das condições naturais. Portanto as privações contemporâneas não são mais fruto de catástrofes naturais uma vez que podem ser evitadas ou sanadas, mas sim resultantes de opções políticas. (TOZI, 2001, p. 20)

Sendo assim, "O social fabrica a escassez necessária à distinção do bem e do mal, e a toda ordem moral em geral". (CASTILLO, s.d). Para este autor:

> Demanda e necessidade são, assim, indissociáveis no caso dos elementos básicos da reprodução material da vida. É desse modo que se pode qualificar escassez

> como escassez produzida (pelo mercado), já que a mercadoria é a forma que os produtos assumem quando a produção das condições materiais de existência é regida por meio da troca, ou seja, produzir é produzir para trocar. (Idem, s.d, p. 1).

> Fato fundamental da economia de mercado, a escassez, outrora vinculada a aspectos do meio natural e a processos ditados pela primeira natureza, deve, hoje, sua existência aos imperativos das relações mercantis, num mundo regido pela ciência, pela técnica e pela informação e, por isso mesmo, globalizado. (Idem, s.d, p. 1).

Inferimos que a esperança em abolir o problema da fome a partir dos avanços da técnica acaba por ficar no caminho diante da nova ordem imposta pelo capitalismo vigente. Pois, na medida em que a ciência e a técnica avançam cada vez mais elas estão a serviço das grandes empresas. Para Milton Santos, estas fazem a política no mercado global e dessa forma não tem preocupações éticas. E ele completa,

> [...] no mundo da competitividade, ou se é cada vez mais individualista, ou se desaparece. Então é a própria lógica de sobrevivência da empresa global sugere que funcione um todo e sem nenhum altruísmo. Mas se o Estado não pode ser solidário e a empresa não pode ser altruísta, a sociedade como um todo não tem que a valha. (SANTOS, 2008 p.67)

Desta forma, deduzimos que o problema da fome e suas consequências não expressam os interesses das corporações, no caso

específico desta pesquisa – as empresas de alimentos - desde que estas continuem a produzir. Porém, o mais preocupante é que tais consequências atingem com mais ênfase os países pobres.

Por este motivo é tão importante entender e, principalmente, conhecer o território, pois este, "[...] tornou-se indispensável dada a sua importância nos processos de globalização e fragmentação que se verificam no mundo contemporâneo". (SOUZA, 2002, p.1). Portanto não podemos inferir questões acerca da fome sem levar em consideração as características do território usado. Sendo imprescindível,

> Um exame do território brasileiro hoje, revelador dessas desigualdades nos propõe pelo menos dois tipos de espaços: os espaços que mandam e os espaços que obedecem gerados pelo permanente embate do par dialético da abundância/escassez. Isto seria o fundamento maior das Geografias da Desigualdade. (Idem, p.2).

Não podemos perder de vista o território e sua relação com as técnicas e a manifestação das desigualdades sócio-espaciais, pois é nele que estas se manifestam e, considerando a fome como aquela mais cruel e dramática. Pois,

> Sabendo-se como as densidades técnicas estão relacionando com o território, é possível estabelecer

> relações socioespaciais[27] e também contribuir para um estudo mais consistente das desigualdades espaciais e do processo dialético de produção da fome- sendo uma de suas manifestações o par dialético *abundância-escassez.* (RAMALHO, 2003, p. 549).

> Nesse contexto, reafirma-se a inadmissibilidade da existência da fome, demandando um novo olhar sobre este problema humano. Não é possível resolvê-los com práticas assistencialistas, mas apenas com uma ação politica, questionando-se o mercado mundial e os agentes econômicos determinantes da produção e do consumo, mediadores perversos da alimentação do homem. (Idem, p. 559).

Concordamos quando este autor diz não ser possível resolver tão grave problema apenas com práticas assistencialistas, pois como dito anteriormente neste trabalho, compreendemos a fome como sendo um problema estrutural[28] e, portanto, passível, tão somente, de uma resolução quando houver políticas que assim o enfrentem. Por isto tão importante é o papel da política para resolução dente problema, pois como disse Milton Santos,

> [...] nada se resolve a partir do domínio da técnica sem que o dado político seja posto em primeiro lugar. Quando eu falo em p o l í t i c a não estou me referindo à política com o "p" minúsculo da qual estamos desgraçadamente muito longe, mas àquela outra que é o desejo dos homens que pensam e que desejam e que pretendem, com o seu trabalho, melhorar o mundo para que melhore o seu país e o seu lugar. (SANTOS, p. 309, 2000)

[27] Grafia utilizada no texto do autor.

[28] Discussão feita no capítulo 2: "Da Formação Territorial e Econômica a formação sócio-espacial brasileira: A desigualdade e o problema da fome".

Mas, enquanto o problema não é tratado em sua estrutura, não se pode deixar pessoas padecendo, por isso enquanto políticas de fato estruturais são pensadas é necessário agir de forma conjuntural para, ao menos amenizar o sofrimento de quem ainda sofre com este drama. Por isso,

> [...] é preciso que entendamos o que é a fome no atual período não como algo que possa ser compreendido isoladamente, mas como parte de um conjunto de desigualdades que se combinam de maneiras complexas nos diferentes lugares simultaneamente, e também hoje, instantaneamente. [...] Precisamos estar atentos para as fomes do mundo, para as carências da existência dos homens do nosso tempo. (TOZI, 2003, p. 496).

No capítulo 5 desta dissertação, para buscar refletir sobre formas de enfrentar essa questão discutimos as principais políticas compensatórias de combate à fome, pois acreditamos ser necessário entender como estas se apresentam no território brasileiro, já que, como dito anteriormente, a forma como estas são colocadas não tem propostas estruturais para supressão do problema.

O meio técnico, científico e informacional em tese nos ajuda a entender e, consequentemente, a explicar o problema da fome. No entanto, cremos somente ser possível resolvê-lo, quando houver vontade e ação política , pois o acesso à técnica e à informação gera inúmeras outras necessidades, e também, prolifera uma sociedade de abundância e escassez. Pois,

> O território brasileiro se atualiza e serve, política e tecnicamente, aos interesses hegemônicos e ao capital, deixando de ser usado para e pela população como um todo; as relações sociais acabam sendo tecnicizadas e a política das empresas, baseadas em lógicas monetárias, acaba banalizando as políticas governamentais, com consequências espaciais desastrosas e desnecessárias do ponto de vista da coletividade. Tem-se assim que o progresso político não acompanha o ritmo do desenvolvimento técnico e econômico, com o projeto de uma minoria sendo imposto ao conjunto da sociedade [...] A sociedade acaba ficando à mercê do espaço, diante do uso cada vez mais corporativo do território. (RAMALHO, 2003, p. 550).

O que antes era resultado unicamente das catástrofes naturais, hoje assume toda a perversidade por trás das relações de exploração, sobre a qual se estrutura a reprodução material das sociedades. Desta forma,

> Demanda e necessidade são, assim, indissociáveis no caso dos elementos básicos da reprodução material da vida. É desse modo que se pode qualificar escassez como escassez produzida (pelo mercado), já que a mercadoria é a forma que os produtos assumem quando a produção das condições materiais de existência é regida por meio de troca, ou seja, produzir é produzir para trocar. (CASTILLO, s.d)

Neste sentido, o par dialético: abundância e escassez são importantes para compreender a reprodução do capital, que no caso da produção de alimentos prevalece à lei do mercado (oferta e procura), que por sua vez é comandada por grandes empresas. "No

entanto, o alimento é valor de troca para poucos, que nos mercados mundiais lidam com as leis da abundância e da escassez, objetivando o processo de acumulação capitalista". (SOUZA, 1995, p. 3).

Sendo assim a fome deve ser pensada, e consequentemente, estudada em uma totalidade, que leve em consideração o lugar e o mundo, além do território, seus usos e suas desigualdades. "Numa releitura da Geografia da Fome, o território (...) é revelador dessa dialética escassez/abundância." (SOUZA, 1995, p.7). De tal modo que,

> À alimentação– necessidade vital – acrescentam-se outras necessidades, produzidas, induzidas pela expansão de um modo de produção que se estrutura na reprodução do capital. Que tem nessa reprodução seu próprio fim e cuja decorrência é a rápida proliferação de desigualdades, de novas abundâncias, mas também de novas formas de escassez. (TOZI, 2003, p. 496).

Diante do exposto, é perceptível que a geografia muito pode contribuir para compreensão do problema a partir do uso do território, pois é nele que se manifestam as desigualdades sócio-espaciais, bem como a interpretação dos processos de manutenção da fome, levando em consideração as características do mundo atual, com o acelerado desenvolvimento da técnica, ciência e informação, que de forma direta influem na propagação do par dialético: *"Abundância e Escassez"*.

Para uma melhor compreensão da discussão aqui aventada, no capítulo seguinte propomos exibir dados que apontam a produção de

alimentos bem como a distribuição de famélicos no território usado brasileiro.

CAPÍTULO 4: TERRITÓRIO USADO BRASILEIRO: Produção de Alimentos e Distribuição de Famélicos.

"Para boa parte da população que come todo dia, a fome aparece como algo abstrato e contábil (...)".

(Milton Santos, Fome só acaba com um pacto duradouro, 1994).

Produção de Alimentos e Distribuição de Famélicos, o Território Usado Brasileiro em Evidência

Neste capítulo buscamos entender como a fome se revela no território usado brasileiro. Para esta análise usamos como variável a produção de alimentos no país, contrapondo-a a distribuição de famélicos.

Para a primeira variável, utilizamos alguns dados referentes à produção de alimentos no Brasil, dentre os quais aqueles que compõem a cesta básica[29] brasileira. Enquanto que para chegar às pessoas que passam fome, lançamos mão de outras formas de análises como, por exemplo, correlações entre população: população beneficiada pelo programa Bolsa Família, rendimento familiar e domicílios com saneamento inadequado, uma vez que, não encontramos a mesma precisão dados para a produção de alimentos.

A escolha dessas variáveis se deu por entendermos que, de certa maneira elas apontam condições de vida da população e nos dão pista sobre aqueles que ainda passam fome no país. Quanto ao

[29] A cesta básica brasileira ou Ração Essencial Mínima foi instituída pelo Decreto Lei nº 399 de 30 de abril de 1938, que criou o salário mínimo nacional. Esta é composta por treze gêneros alimentícios são eles: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, tomate, pão, café, banana, açúcar, óleo e manteiga. Outros produtos de alimentação, higiene pessoal e limpeza podem, no entanto, ser acrescentados à lista conforme as políticas de isenção de impostos adotadas pelos entes federativos. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-399-30-abril-1938-348733-publicacaooriginal-1-pe.html

Bolsa Família[30] é um programa de auxílio, ou seja, um benefício básico, destinado à famílias que estão em situação de extrema pobreza[31]. Utilizamos aqui o rendimento familiar para relacioná-lo com poder de aquisição de determinados bens necessários à sobrevivência, sendo neste caso, a comida.

Para a variável saneamento procuramos interpretá-la no que diz respeito ao tipo de moradia de uma dada parte da população, pois acreditamos que a partir do local onde essas pessoas moram pode se extrair uma leitura do modo como vivem.

As variáveis (Produção de Alimentos *versus* Famélicos) são conteúdos atuais dessa problemática numa perspectiva geográfica e, portanto, imprescindíveis tanto para o desvelamento da questão expressa no território usado brasileiro, quanto para a difusão do meio técnico, científico e informacional, presente em grande parte da produção de alimentos no Brasil e no mundo.

Atentamo-nos a tais correlações, a fim de que estas possam nos ajudar a entender como as desigualdades sócio-espaciais se manifestam no território usado brasileiro, pois, "O sujeito [...] é duplamente penalizado, ele é penalizado socialmente e espacialmente". (SOUZA, 2010), este sujeito do qual fala a autora é

[30] Programa instituído pela **lei nº 10.836, de 9 de Janeiro de 2004.**, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm

[31] Renda *per capita mensal* de até R$ 70,00. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica

penalizado de várias formas, pois ele mora mal (isto quando tem onde morar), e não tem acesso a direitos constitucionais básicos, como saúde, educação e alimentação.

As informações referentes à produção de alimentos foram pesquisadas em diferentes órgãos do governo, dentre os quais: Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola- EMBRAPA, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento- MAPA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Companhia Nacional de Abastecimento- CONAB, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, através da Coordenação de Agropecuária, divulga os resultados da pesquisa Produção Agrícola Municipal - PAM, referentes ao ano de 2010.

A pesquisa Produção Agrícola Municipal - PAM investiga um elenco de 64 produtos, dentre eles, encontram-se algumas *commodities*[32] e outros que compõem a cesta básica no Brasil, são eles: Grãos, Leguminosas e Frutas, oriundos de lavouras temporárias[33] e permanentes[34] da agricultura nacional, dos quais

[32] Produto primário, com grande participação no comércio internacional, como café, soja, minérios. (Aurélio, 2007).

[33] Lavouras de curta ou média duração, geralmente com ciclo vegetativo inferior a um ano, que após a colheita necessita de novo plantio para produzir. (PAM, 2010)

[34] Lavouras de longo ciclo vegetativo, que permitem colheitas sucessivas sem necessidade de novo plantio. (PAM, 2010)

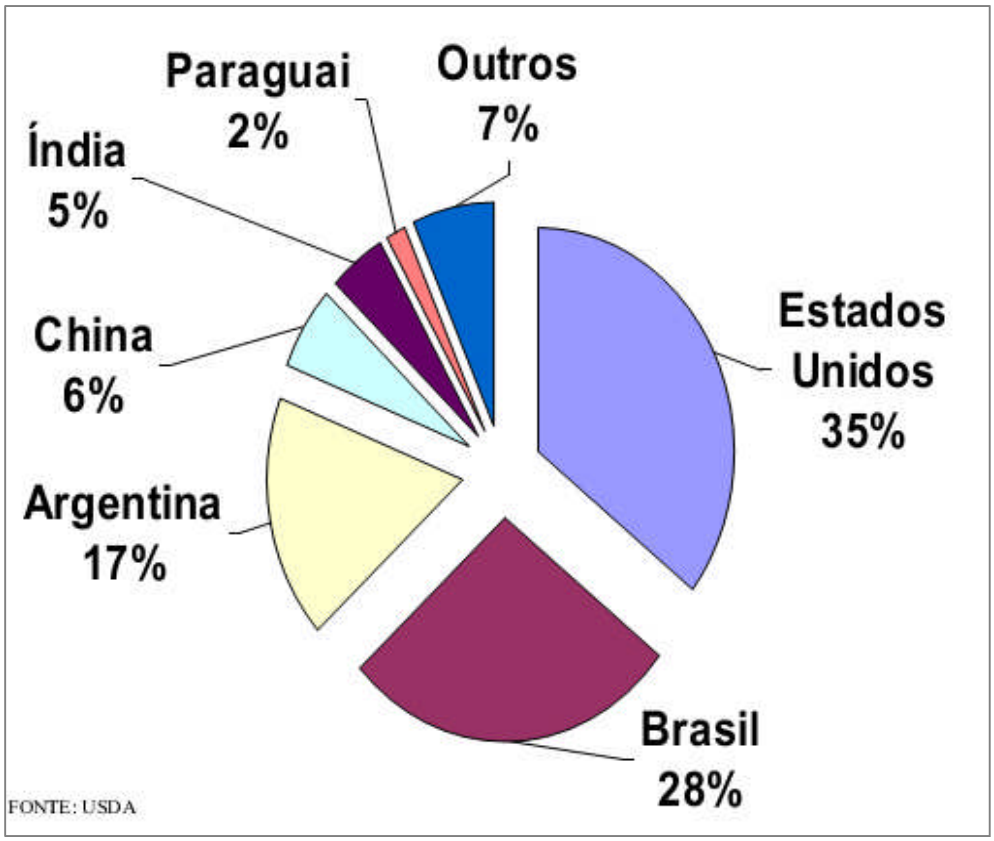
escolhemos alguns componentes da cesta básica para a nossa caracterização.

Produção de Frutas e Grãos

Inicialmente elegemos a soja[35] que é a matéria-prima para a produção de óleo, que por sua vez está entre os itens da cesta básica. Segundo dados da CONAB, o Brasil é o segundo maior produtor do mundo, ficando atrás somente dos Estados Unidos. Em 2012 o Brasil foi responsável por 28%, enquanto os Estados Unidos plantaram 35% da produção mundial do grão, como pode ser visto no **Gráfico 1**.

[35] A soja é a cultura agrícola brasileira que mais cresceu nas últimas três décadas e corresponde a 49% da área plantada em grãos do país. O aumento da produtividade está associado aos avanços tecnológicos, ao manejo e eficiência dos produtores. O grão é componente essencial na fabricação de rações animais e com uso crescente na alimentação humana encontra-se em franco crescimento. Cultivada especialmente nas regiões Centro Oeste e Sul do país, a soja se firmou como um dos produtos mais destacados da agricultura nacional e na balança comercial brasileira. (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento- MAPA, 2012)

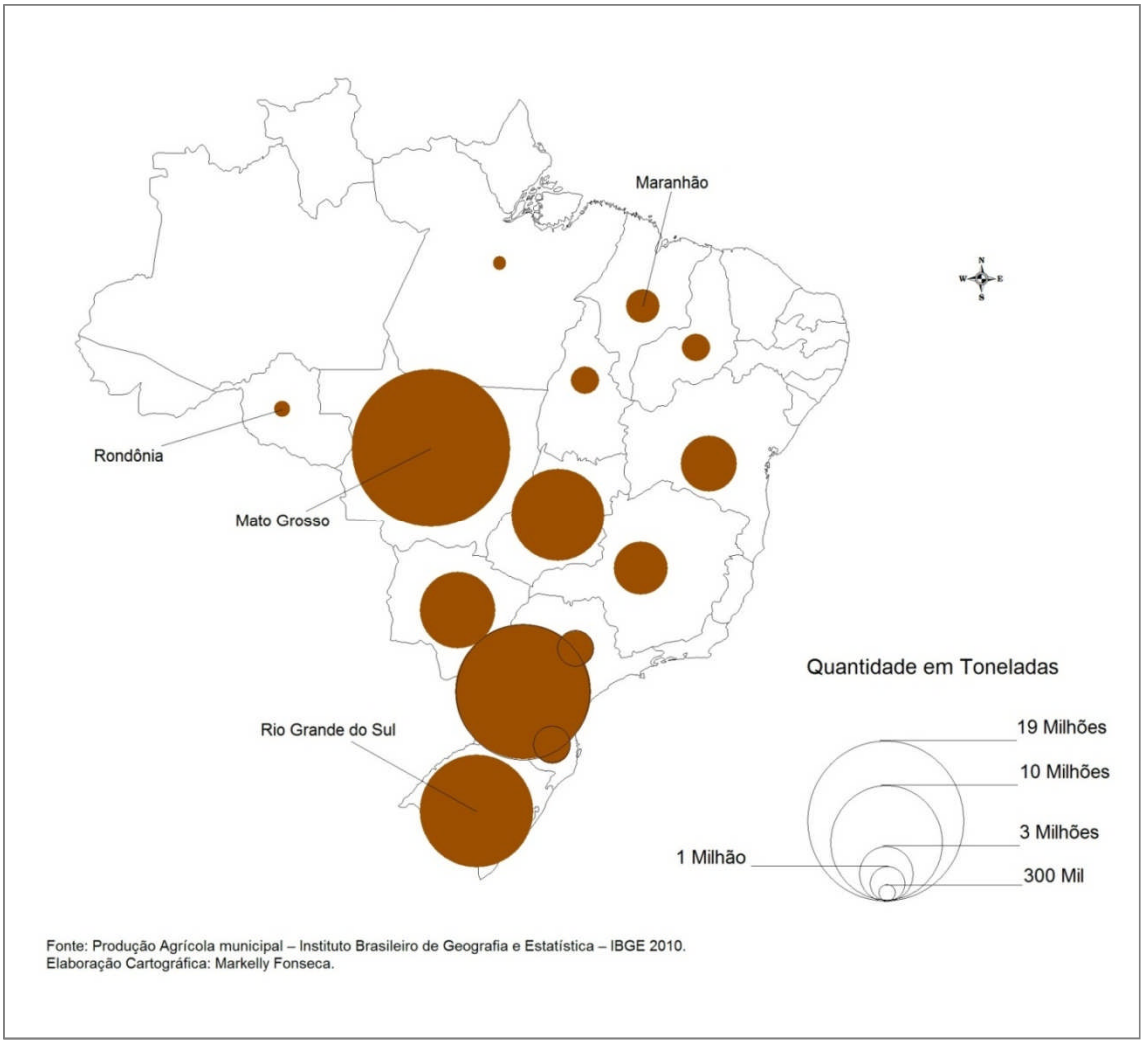
Gráfico 1- Produção mundial de Soja, 2011-2012 (%)



Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB, 2012.

No Brasil, o Estado com a maior produção desse grão é o Mato Grosso com uma área plantada de 6,4 milhões de hectares e em seguida o Estado do Paraná com área plantada de 4,6 milhões de hectares. (CONAB, 2012) No **Mapa 2,** é possível ver a produção de soja no território brasileiro.

MAPA 2 BRASIL: Produção de Soja por Estado da Federação, 2010.

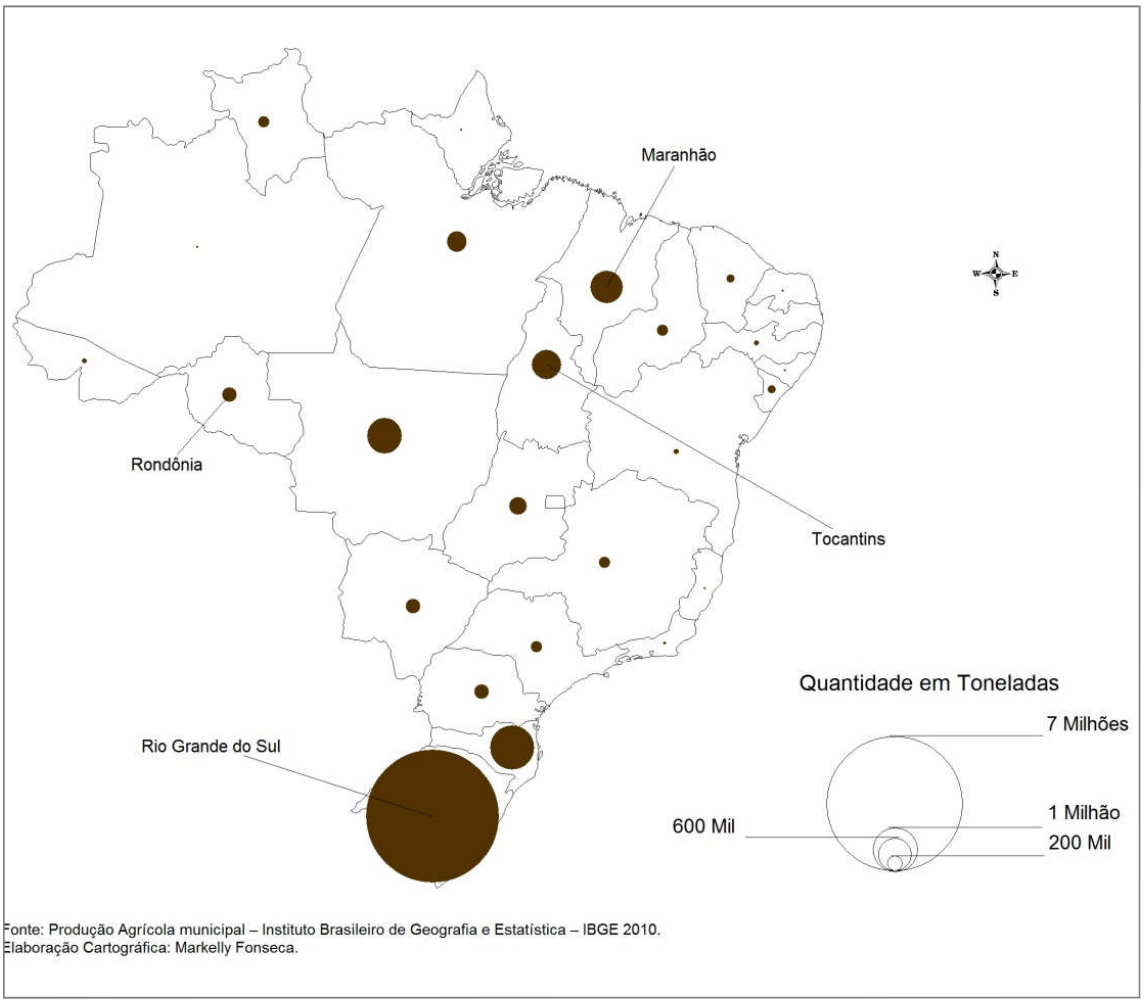


No entanto, grande parte desta produção não fica no Brasil. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estima-se que em 2019 a produção nacional do complexo de soja (grão, farelo e óleo) que é o principal gerador de divisas cambiais do Brasil deverá representar 40% do comércio mundial do grão e 73%

do óleo de soja. Sendo assim, o país é autossuficiente na produção e não necessita importar grãos.

Outro produto constante na cesta é o arroz, que por sua vez figura entre os grãos mais consumidos no mundo. Ainda com egundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Brasil é o nono maior produtor mundial tendo colhido em 2010 aproximadamente 11,26 milhões de toneladas. (MAPA, 2011). Tendo como principais produtores os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso, o **Mapa 3** corrobora esta informação.

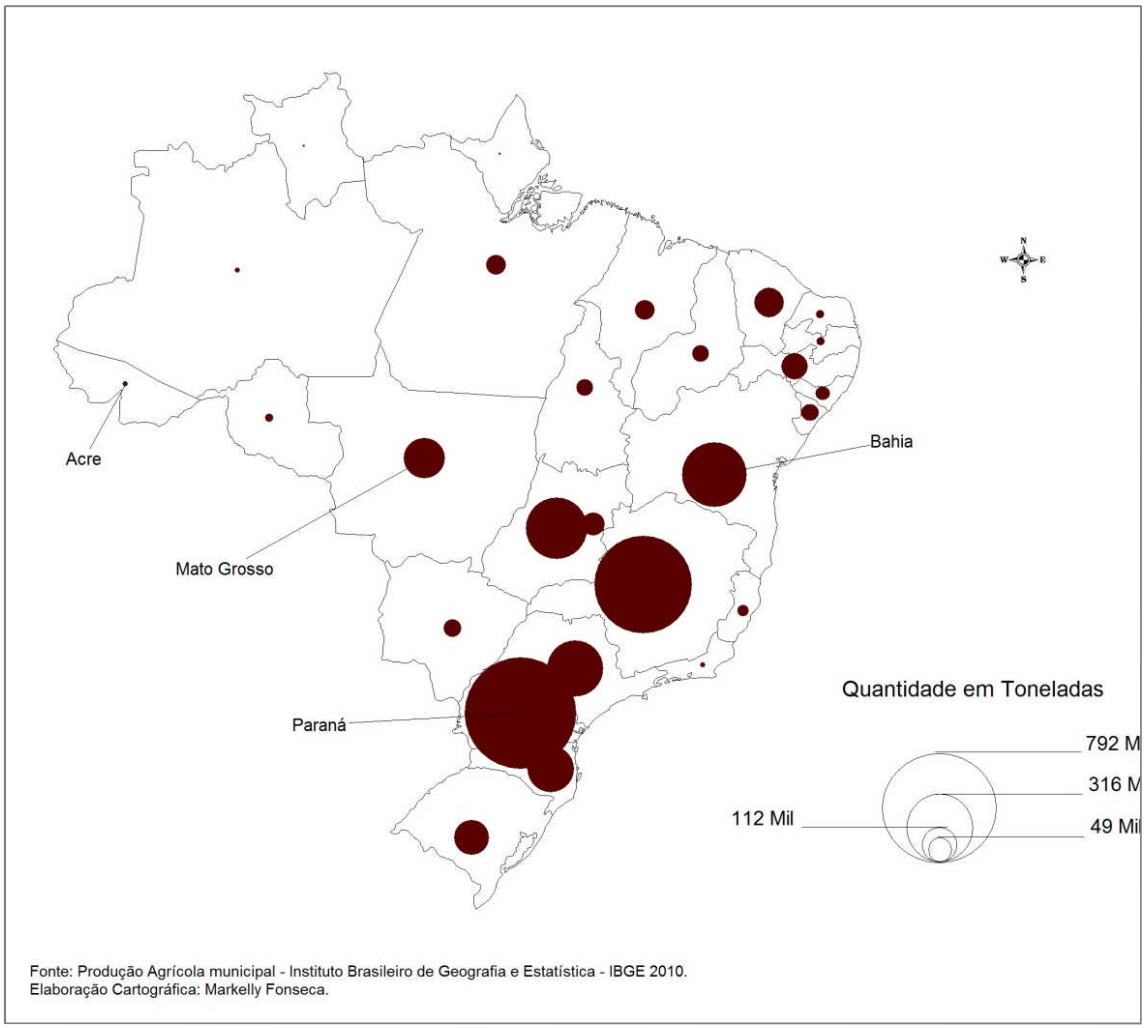
MAPA 3- BRASIL: Produção de Arroz por Estado da Federação, 2010.



No **Mapa 4,** é possível ver a distribuição do feijão no território brasileiro, item de alto valor nutricional e culturalmente presente na alimentação do brasileiro.

Segundo informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o nosso país é o maior produtor mundial deste grão, com uma produção média anual estimada em 3,5 milhões de toneladas. Paraná e Minas Gerais figuram entre os maiores produtores nacionais. Vale ressaltar que grão é produzido também por pequenos agricultores, fato que é revelado com a distribuição deste grão no território usado brasileiro.

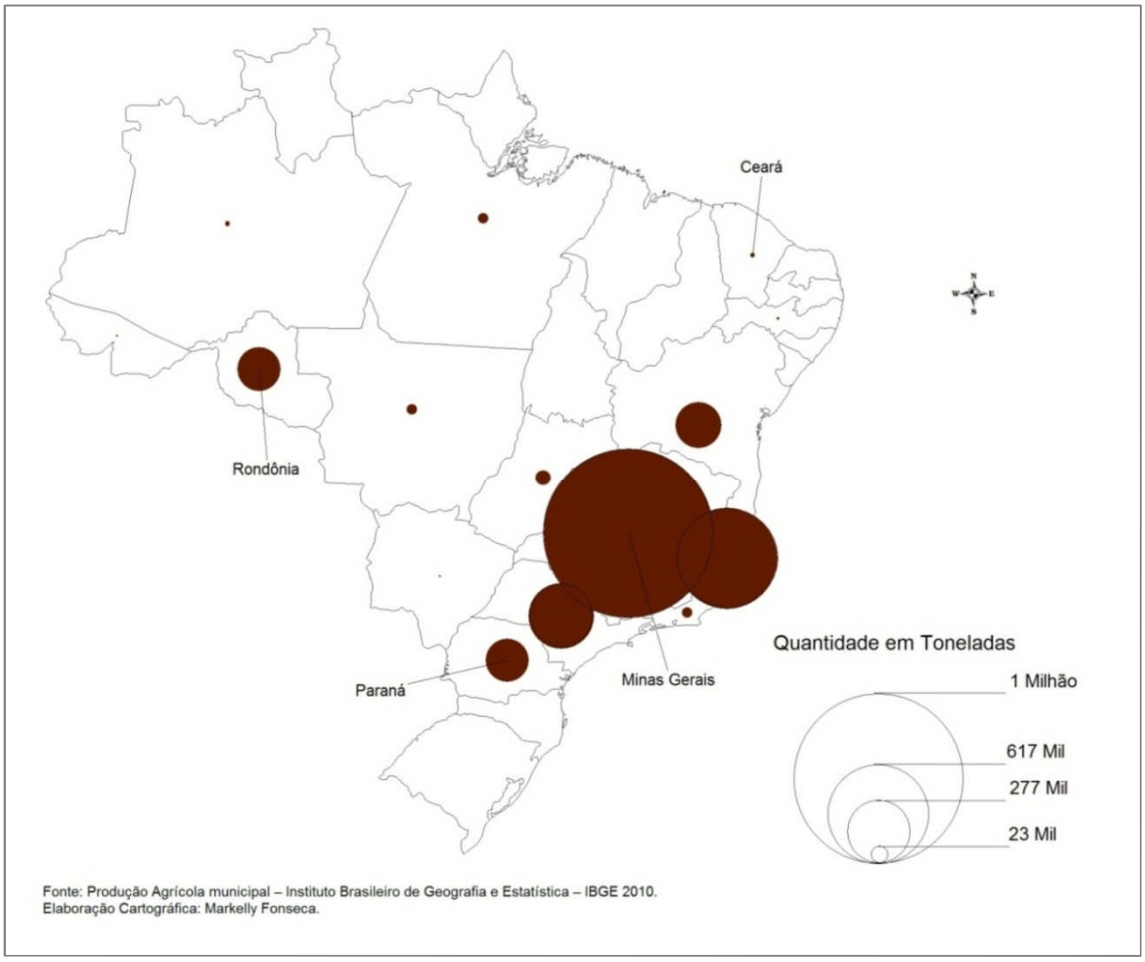
MAPA 4- BRASIL: Produção de Feijão por Estado da Federação, 2010.



Segundo dados do IBGE, em 2010 a produção de café aumentou cerca de 19% na produção nacional, em relação ao ano anterior, totalizando 2,9 milhões de toneladas. No **Mapa 5**, podemos ver que Minas Gerais é o maior produtor nacional, em 2010 o Estado colheu 1,5 milhão de toneladas tendo sua produção aumentada em cerca de 25% em comparação ao ano anterior, em seguida vem o

Estado do Espirito Santo como o segundo maior produtor brasileiro do grão.

MAPA 5- BRASIL: Produção de Café por Estado da Federação, 2010.

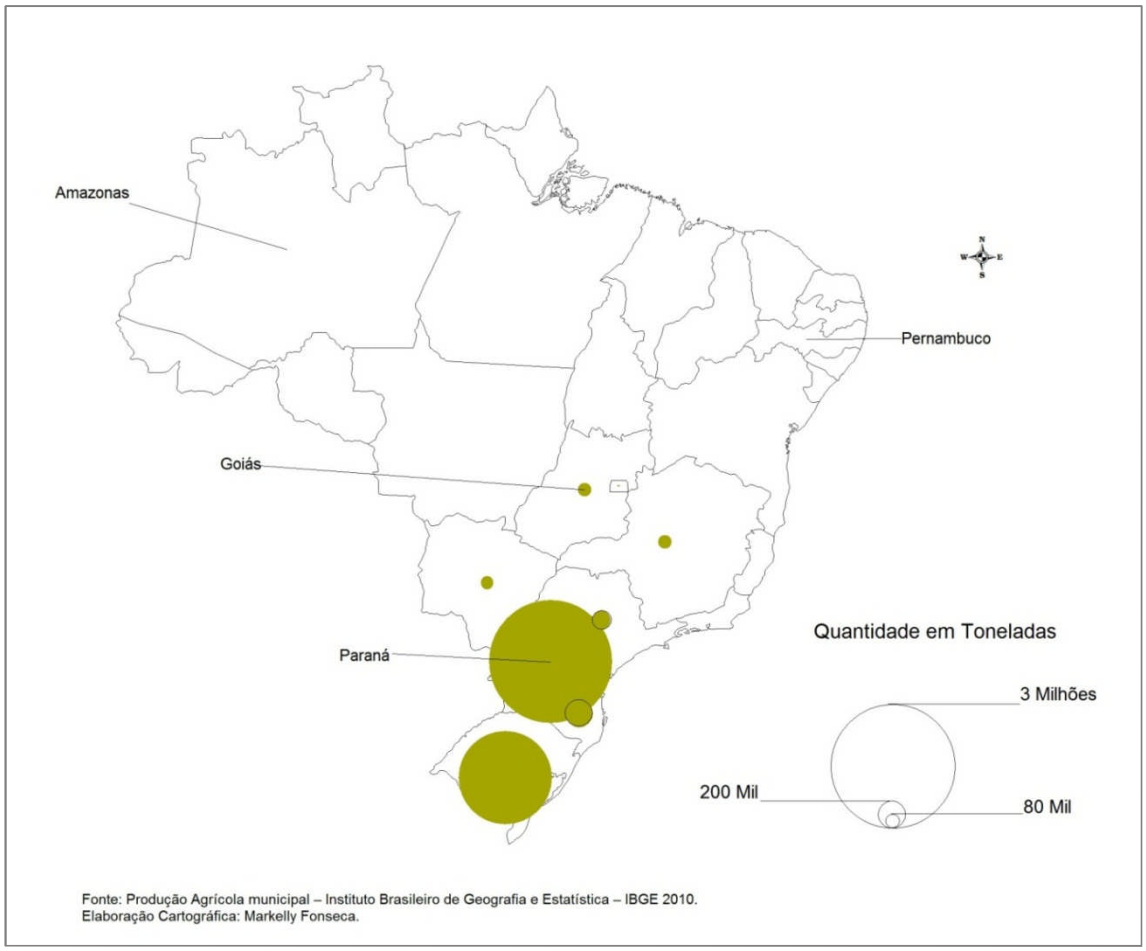


O pão que está presente na mesa do brasileiro é também um item com importante valor nutricional e cultural na alimentação, para representá-lo elegemos a cultura do trigo, responsável pela produção do principal insumo para a fabricação de pães- a farinha. O trigo é o

segundo cereal mais produzido no mundo, com significativo peso na economia agrícola global. No Brasil, o cereal é cultivado nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

A produção recebe reforço sistemático dos órgãos de governo, uma vez que as condições climáticas são desfavoráveis ao cultivo. Segundo o IBGE (2001) o plantio de trigo é considerado uma cultura de inverno, sendo assim os principais produtores no Brasil são os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, como pode se ver no **Mapa 6**.

MAPA 6- BRASIL: Produção de Trigo por Estado da Federação, 2010.



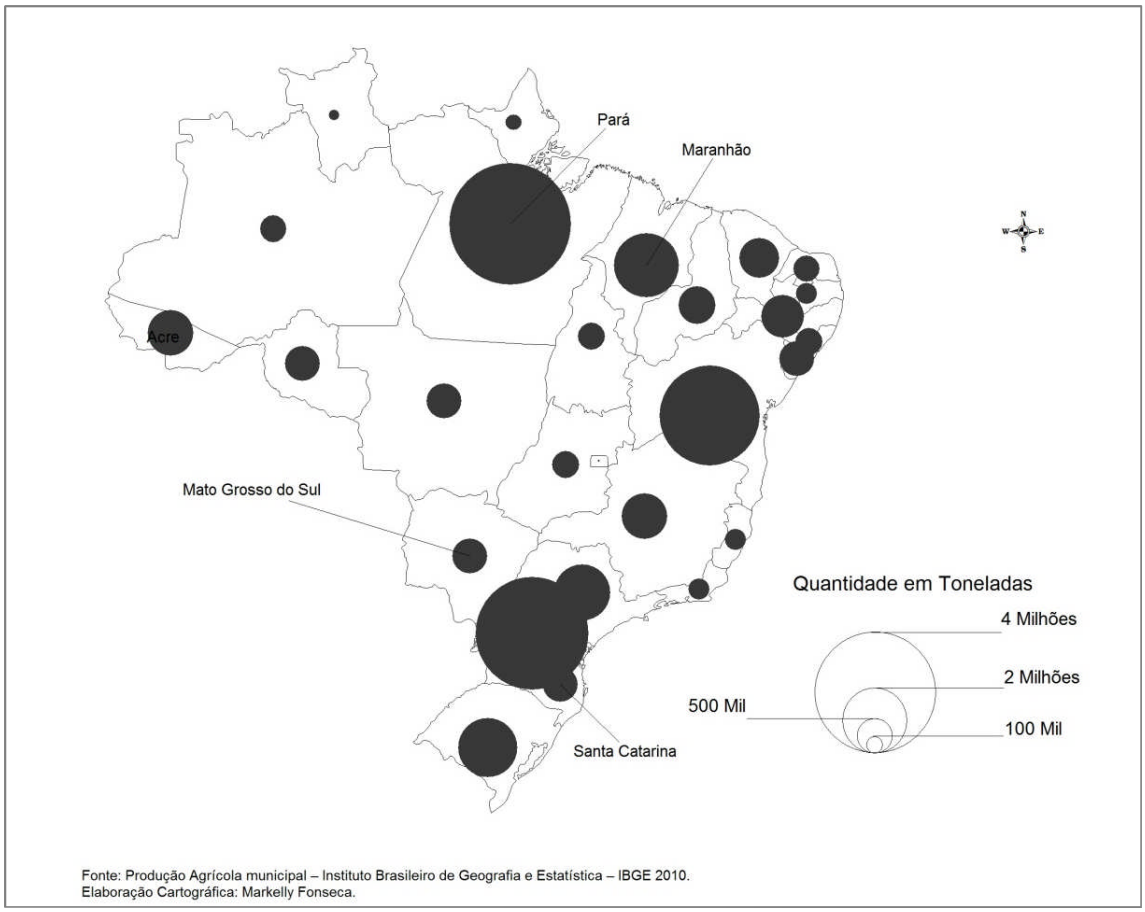
Outro importante produto que compõe a cesta básica é a mandioca, constituindo um dos principais alimentos energéticos para cerca de 500 milhões de pessoas no mundo, sobretudo nos países em desenvolvimento, onde é cultivada em pequenas áreas com baixo nível tecnológico. Segundo dados do IBGE, atualmente mais de 80 países produzem mandioca, sendo que o Brasil participa com mais de 15% da produção mundial.

Por ser uma raiz tuberosa[36] de fácil adaptação, a mandioca é cultivada em todos os estados brasileiros como observamos no **Mapa 7**, a mandioca está entre os nove primeiros produtos agrícolas do país, em termos de área cultivada e o sexto em valor de produção (IBGE, 2010).

Ressalte-se que, contrariamente aos demais produtos que constituem a sexta-básica, a mandioca a está presente em todas as regiões do Brasil, e muito especialmente no Nordeste e Norte, dada a sua importância na dieta alimentar dessas regiões, onde a fome ainda está presente.

[36] Vegetal onde a reserva de nutrientes está na raiz. Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/ciencias/fundamentos/qual-diferenca-entre-raiz-tuberosa-tuberculo-bulbo-caule-cebola-batata-beterraba-511193.shtml

MAPA 7- BRASIL: Produção de Mandioca por Estado da Federação, 2010.

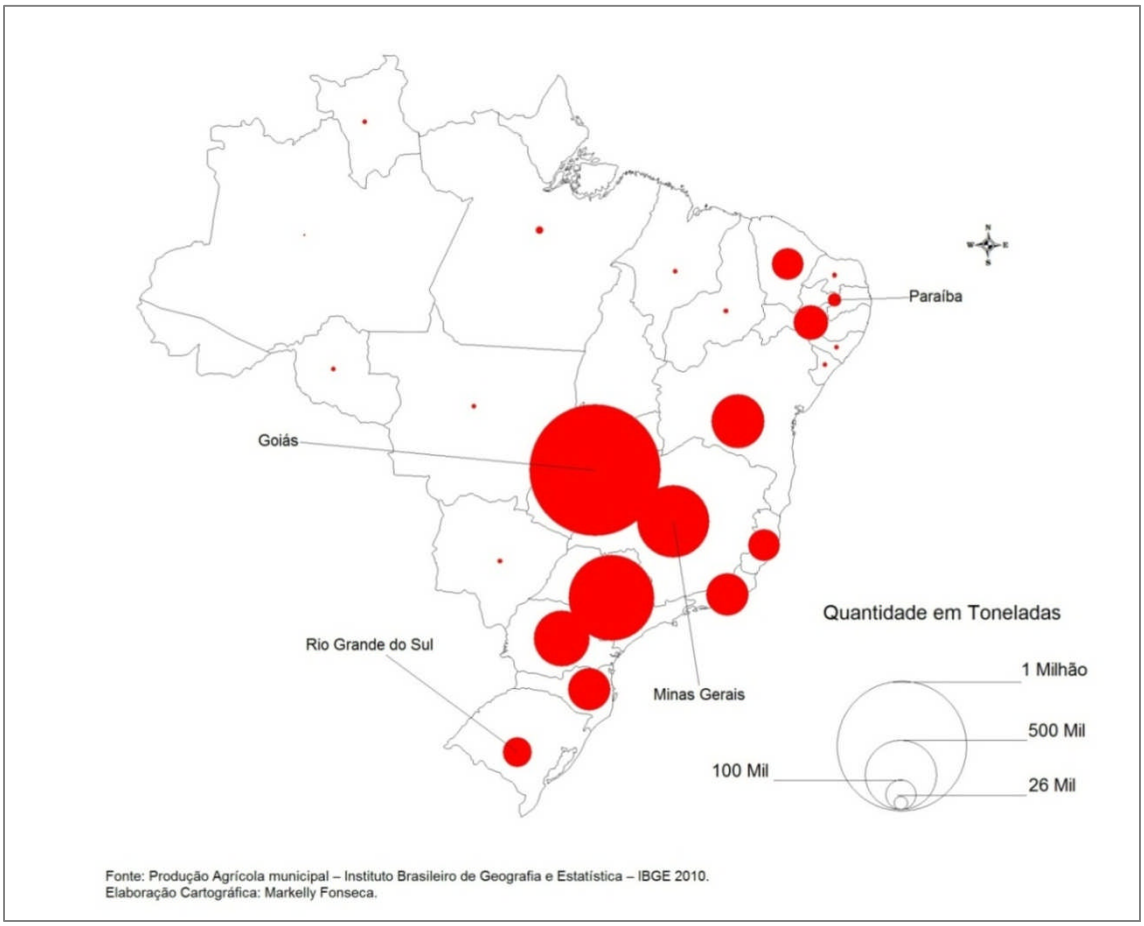


Ainda na cesta básica, o tomate está entre as culturas oleaginosas mais difundidas e que apresenta o maior consumo no mundo, seja *in natura* ou processado pela indústria, rico em propriedades nutricionais nos quais se destaca o licopeno[37], que é responsável por benefícios para a saúde.

[37] Carotenoide com importantes propriedades antioxidantes, além de ser um supresso biológico de radicais livres, é também o responsável pela coloração vermelha do tomate. Disponível em: http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/viewFile/196/201

O tomate tem uma grande variedade de tipos, dentre os quais: italiano, cereja, carmem e santa cruz; Goiás, São Paulo, minas Gerais e Paraná lideram a produção. No **Mapa 8** é possível observar a distribuição desta cultura no território nacional.

MAPA 8- BRASIL: Produção de Tomate por Estado da Federação, 2010.

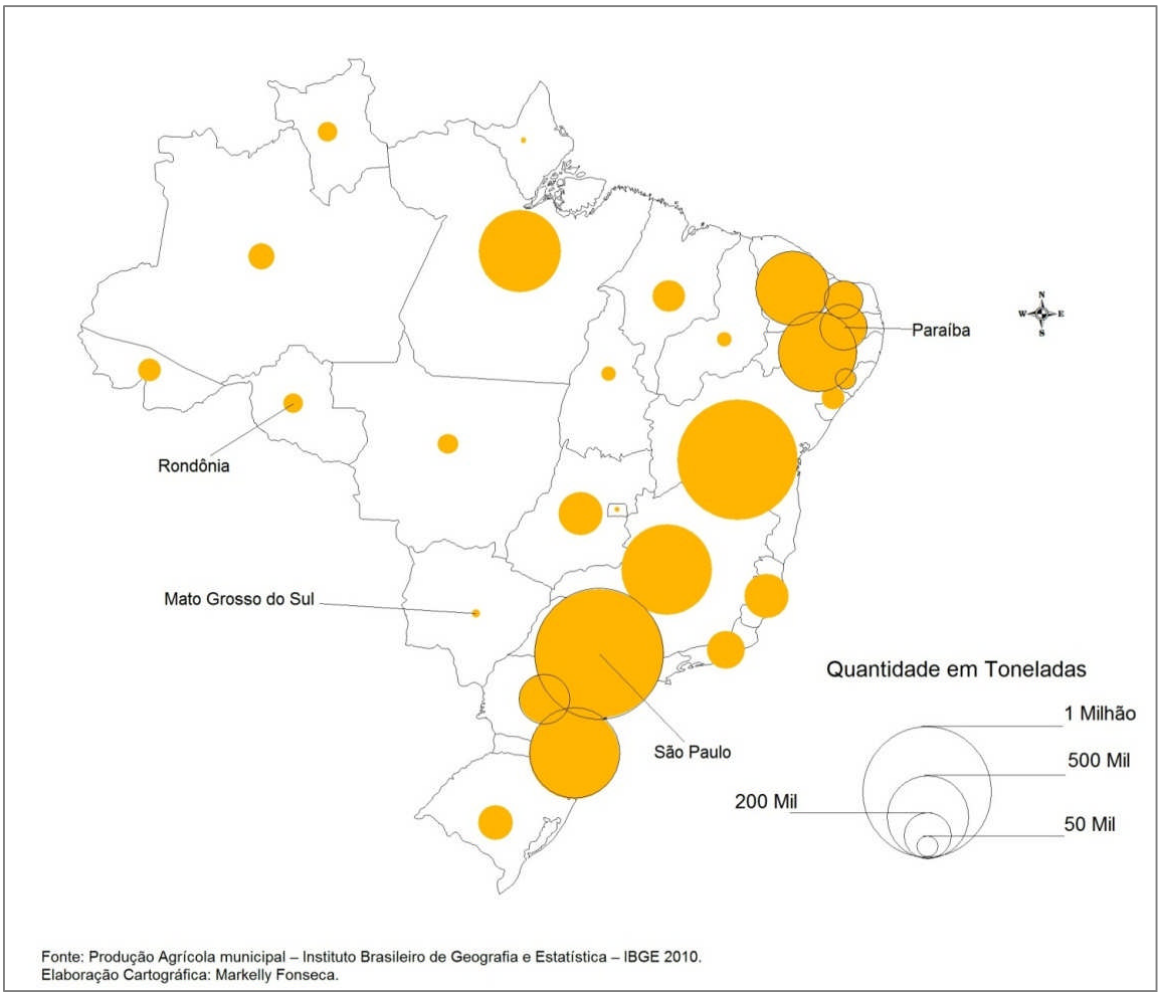


Pra ilustrar a porção de frutas constantes na cesta básica, elegemos a banana e a laranja, duas frutas presentes no cardápio do brasileiro e que, além de ricas em nutrientes, têm importante participação na fruticultura nacional.

A banana tem fácil aceitação pelo brasileiro, além de ter uma variedade de tipos, tais como a nanica, a da terra, a prata, a ouro e a maçã. No que diz respeito à produção, a de banana é mais espraiada no território, como pode ser visto no **Mapa 9,** os maiores produtores nacionais de banana são respectivamente: São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Santa Catarina, juntos produzem aproximadamente 4 milhões de toneladas da fruta. (EMBRAPA, 2011).

Importante nesta dissertação é a correlação entre o processo estudado (produção da fome) e o uso do território pela produção de alimentos. Como no caso da mandioca acima referido, a banana também se constitui em um importante componente da ração alimentar dos pobres e famélicos.

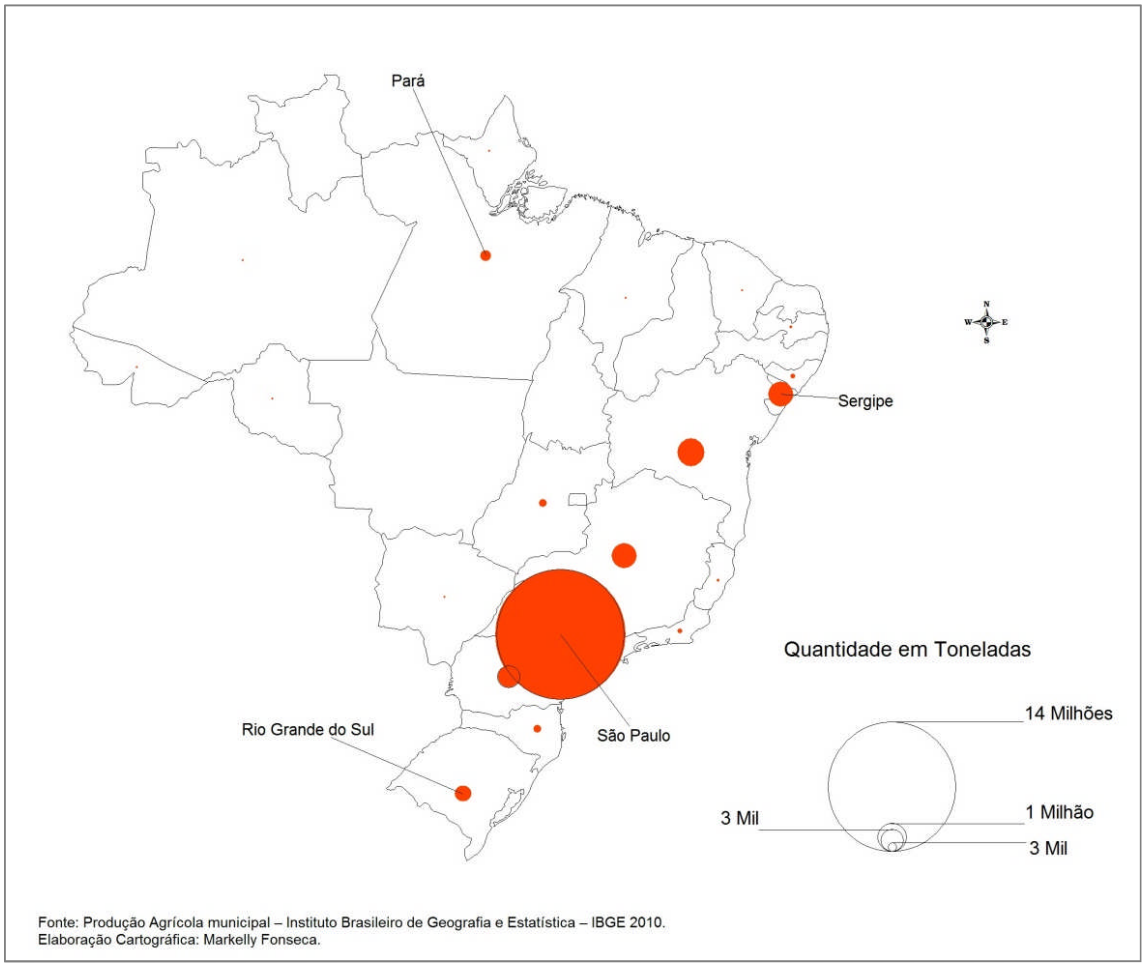
MAPA 9- BRASIL: Produção de Banana por Estado da Federação, 2010.



Quanto à laranja o Brasil é líder mundial na produção, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O país detém 60% da produção de suco, são colhidas, anualmente no país, mais de 18 milhões de toneladas de laranja o que significa cerca de 30% da safra mundial da fruta. O Estado de São Paulo responde sozinho por cerca de 76% da produção nacional da fruta e de suco de laranja, no **Mapa 10** é possível

observar o destaque do Estado de São Paulo, no que diz respeito ao cultivo de laranja.

MAPA 10- BRASIL: Produção de Laranja por Estado da Federação, 2010.



Produção de Proteína Animal

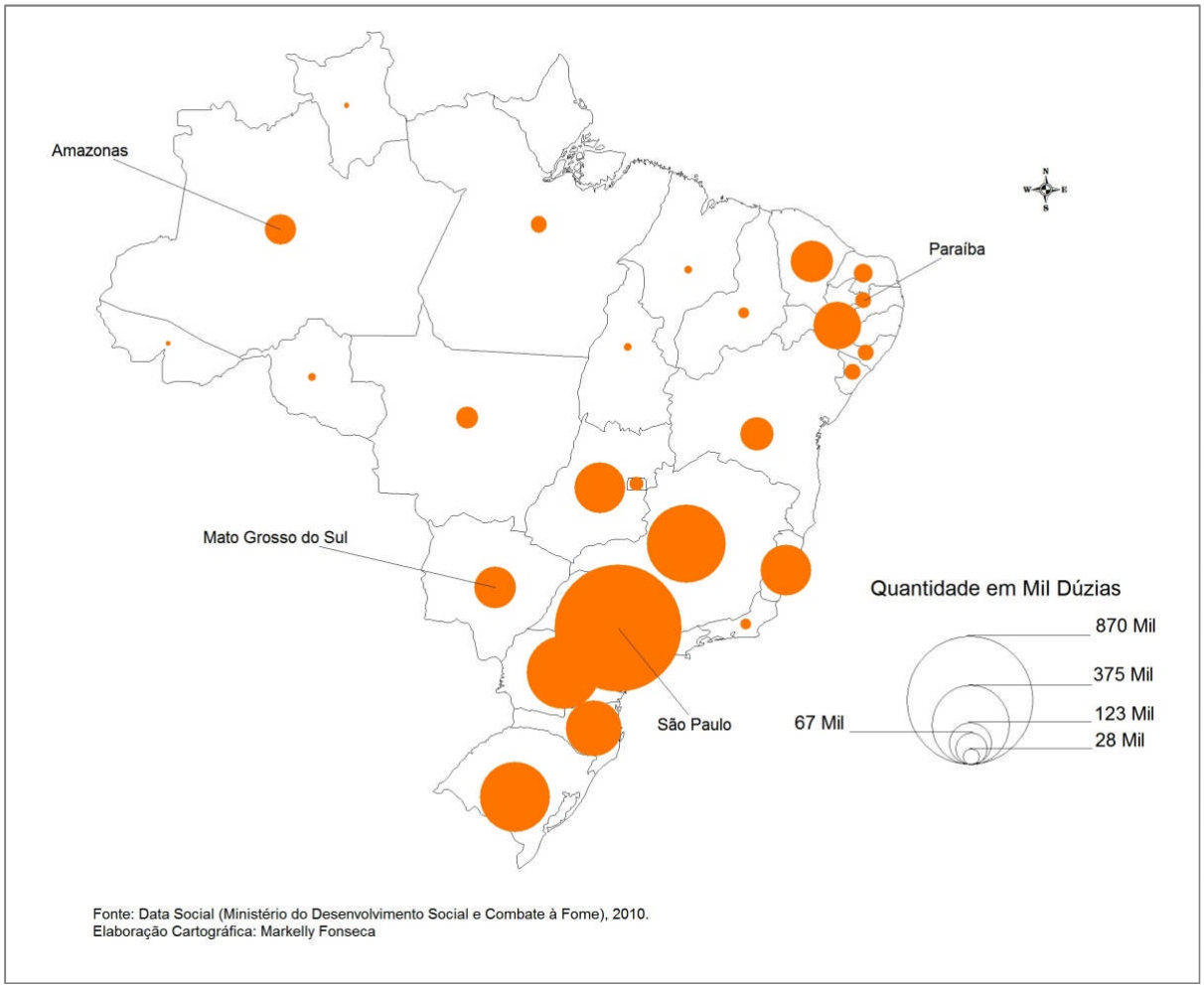
No que diz respeito à produtos de origem animal, o Brasil está entre os principais produtores do mundo, em 2010. O país figurava como o segundo maior produtor mundial de carne bovina, ficando atrás somente dos Estados Unidos e sendo também, o terceiro produtor de carne de frango e o quinto produtor de carne de porco, além de ser a sexta maior produção de leite de vaca. (IBGE, 2011)

Ainda segundo estatísticas do IBGE, em 2011 foram abatidas aproximadamente 30 milhões de cabeças de gado, havendo um crescimento de 4,3% em relação à produção do ano anterior. Os Estados do Mato Grosso, de Minas Gerais e do Mato Grosso do Sul detinham os maiores efetivos de bovinos.

Neste mesmo período também houve uma produção de aproximadamente 5,3 bilhões de unidades de frango, o que representou um aumento de 5,6% sobre o volume abatido no ano anterior. A carne de frango por ter um preço menor é uma alternativa à carne bovina. Somente a região sul foi responsável quase 60% de toda a produção nacional, dentre os quais se destaca o Estado do Paraná que sozinho foi responsável por 26% da produção, mais do que toda a região Sudeste que totalizou 22% do volume total abatido no país.

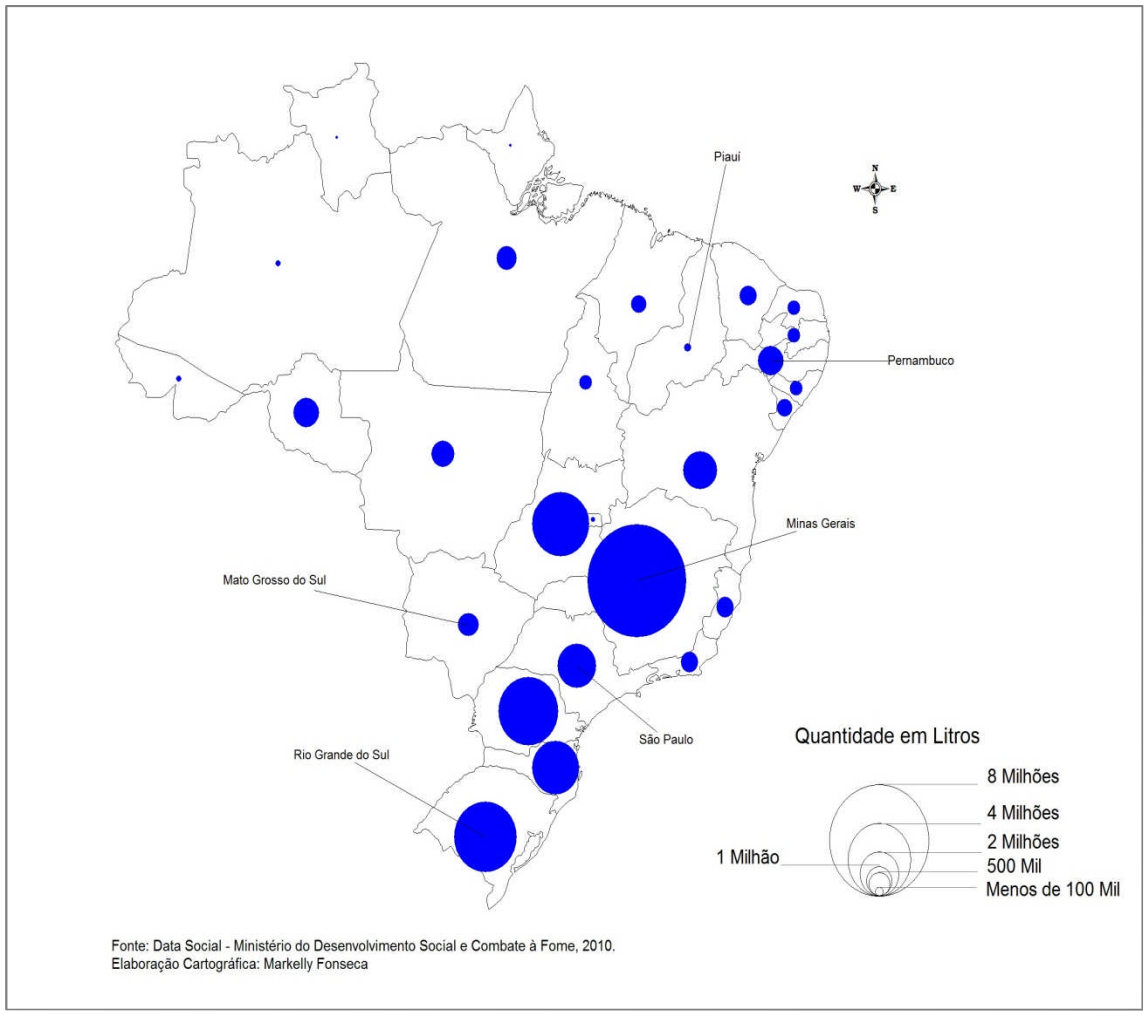
A exportação de carne de frango foi de aproximadamente 3,5 milhões de toneladas em 2010, cerca de 6% a mais que o volume produzido no ano anterior, neste mesmo período o Brasil foi responsável pela produção de mais de dois bilhões de dúzias de ovos de galinha, tendo como maiores produtores os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. No **Mapa 11** podemos ver os dados apresentados.

MAPA 11- BRASIL: Produção de Ovos por Estado da Federação, 2010.



No **Mapa 12** podemos observar a produção de outro produto de origem animal, o leite de vaca, que teve em 2010 sua produção aumentada em 7% quando comparado ao ano anterior, Minas Gerais mantém sua tradição histórica e continua sendo o Estado como a maior produção de leite, seguido pelos Estados de Goiás e Rio grande do sul.

MAPA 12- BRASIL: Produção de Leite por Estado da Federação, 2010.



Diante do exposto surge uma importante questão: Como é possível explicar diante das estatísticas e cartografias apresentadas o fato de tantas pessoas ainda não terem acesso ao mínimo de alimento para a sua sobrevivência?

A busca em responder esta questão permeia a construção deste capítulo, uma vez que, como já foi dito nesta dissertação ciência e a técnica estão cada vez mais presentes e não sendo diferente com a produção de alimentos, (seja nas universidades ou em empresas públicas, como é o caso da EMBRAPA). As informações obtidas em órgãos oficiais confirmam nossa ideia de que não faltam alimentos e que a produção é pujante, fato que não justifica a ainda existência de famélicos o nosso país.

O Brasil se consolidou como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de alimentos e fibras, exportando parte de sua produção para mais de 180 países, tendo como principais compradores a China, União Europeia e Estados Unidos, além dos países do Mercosul. (MAPA, 2013).

Alguns fatores contribuíram para o avanço alcançado pela na agricultura nacional, dentre os quais: pesquisas realizadas por empresas como a EMBRAPA, que investe em biotecnologia e melhoramento genético de grãos. Estas pesquisas contribuem de forma expressiva para o aumento de produtividade das lavouras, outro fator importante é a grande demanda por alimentos brasileiros

por parte de alguns países, principalmente, os asiáticos e os do oriente médio.

Neste sentido, inferimos que a união entre ciência, técnica e informação, ao menos em tese, já possui recursos para resolver o problema, de modo que a pujante produção de alimentos corrobora nossa reflexão. No entanto: "[...] união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente a ciência e a técnica, torna-se um mercado global." (SANTOS [1996] 2006, p. 238). Neste sentido ele continua:

> Neste período, os objetos técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também informação. (SANTOS [1996] 2006, p. 238)

Portanto, o avanço da ciência e da técnica propicia um constante aumento da produção de alimentos, mas, paradoxalmente alguns milhões de pessoas ainda vivem, diariamente, o drama da fome pelo mundo. São exatamente aqueles que não tem poder aquisitivo para acessar nem mesmo o mercado de alimentos!

De acordo com o relatório publicado pela FAO, em setembro último, uma em cada oito pessoas passa fome, ultrapassando um total de 800 milhões ao redor do mundo. Destes 13,6 milhões de famintos encontram-se no Brasil.

Entre os anos de 1992 e 2013 o país alcançou a "meta" estabelecida pela FAO e conseguiu reduzir em 40% o número de famélicos, embora tendo havido esta redução, é assustador imaginar que tantas pessoas ainda convivam cotidianamente com este drama.

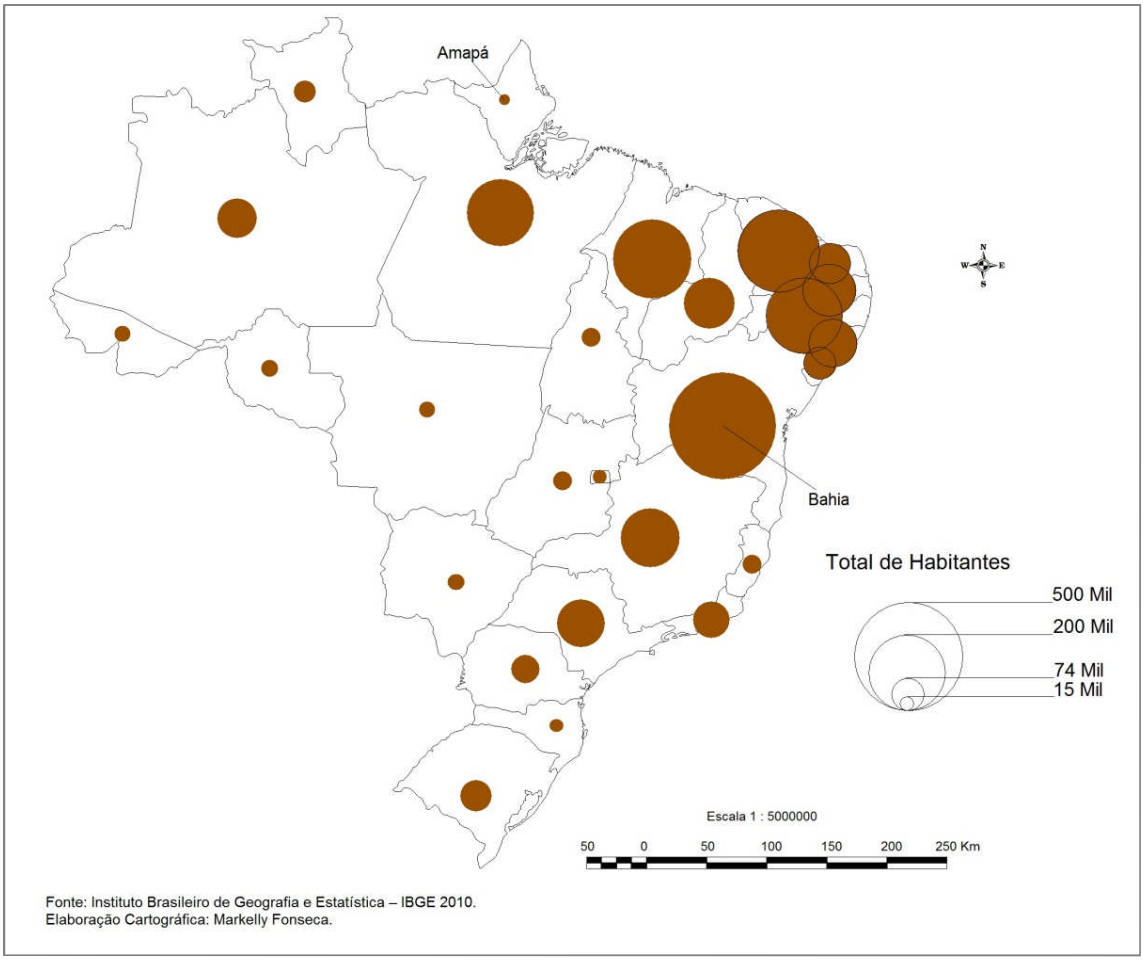
Pelo fato de não termos encontrado dados sistematizados acerca do número de famélicos no território brasileiro, adotamos uma metodologia para atingir o objetivo proposto para este capítulo, que é a de exibir a produção de alimentos *versus* distribuição de famélicos no território usado brasileiro. Para o primeiro usamos dados sobre a produção de alimentos por Estado da Federação, no segundo caso, como não encontramos dados sobre esta distribuição, empregamos uma metodologia na qual por meio de alguns indicadores sociais (nomenclatura usada por órgãos oficiais, dentre eles o IBGE), inferimos como potenciais famélicos.

Para iniciar as correlações, escolhemos as pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, por entendermos que estas estão potencial situação de fome, bem como a população que se beneficia de algum programa do governo federal, para tanto utilizamos aqui o Bolsa família[38] como exemplo desse cenário.

[38] Falaremos mais sobre este programa no capítulo 5: "BRASIL e as Políticas Compensatórias, a Fome ainda esquecida".

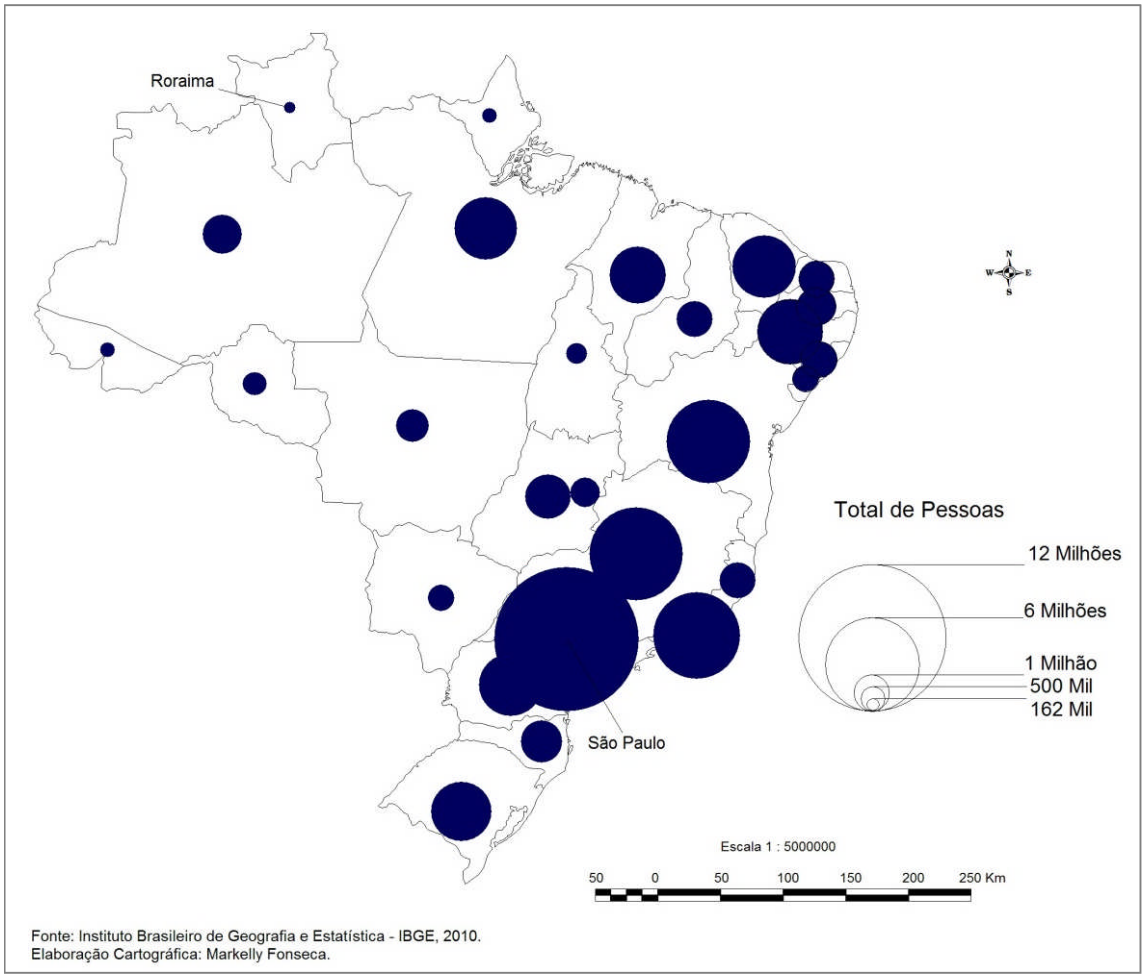
Neste sentido, o **Mapa 13** mostra a distribuição no território brasileiro da população com rendimento de até R$ 70,00 *per capita*, (IBGE, 2010), e que, portanto, são consideradas extremamente pobres. A partir deste mapa percebemos que ainda existe uma concentração de extremamente pobres no nordeste brasileiro.

MAPA 13- BRASIL: População com rendimento de até R$ 70,00 por Estado da Federação, 2010.



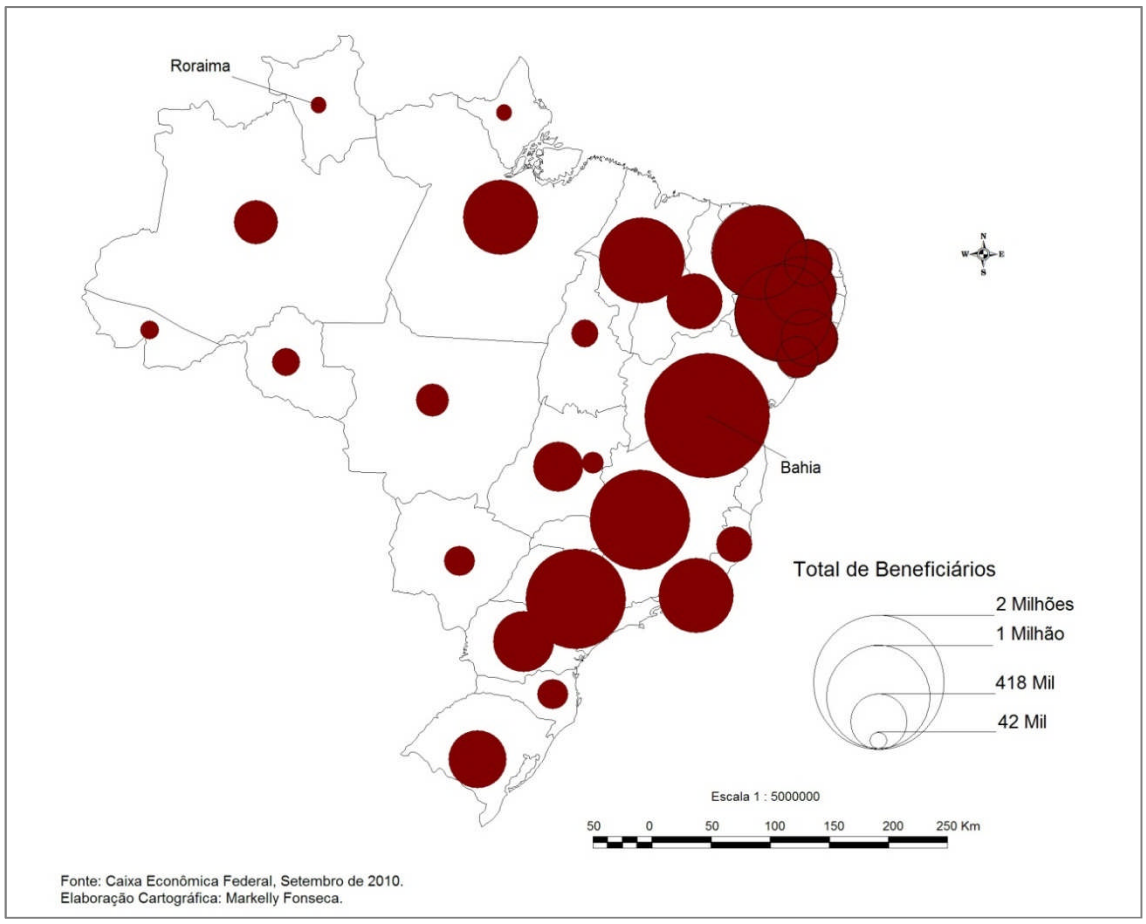
Quando analisamos o **Mapa 14**, que mostra a população sem rendimentos, percebemos que o nordeste ainda concentra uma boa parte destas pessoas, no entanto nos damos conta também de que há um espraiamento desta desigualdade pelo território, atingindo assim outros Estados, como por exemplo, São Paulo.

MAPA 14- BRASIL: Pessoas sem Rendimento por Estado da Federação em 2010



Essa cartografia se assemelha com a repartição de beneficiários do Bolsa família, a região nordeste aparece como pode ser visto no **Mapa 15,** como aquela que concentra boa parte desta população, no entanto é importante ressaltar que outros Estados também aparecem com uma importante parcela de beneficiários deste programa.

MAPA 15- BRASIL: Beneficiários do Bolsa Família por Estado da Federação, em setembro de 2010.



Sendo assim, acreditamos que a pobreza, não está apenas, e tão somente, concentrada em regiões historicamente determinadas, como é o caso do norte e nordeste brasileiro, mas também a encontramos em outras localidades.

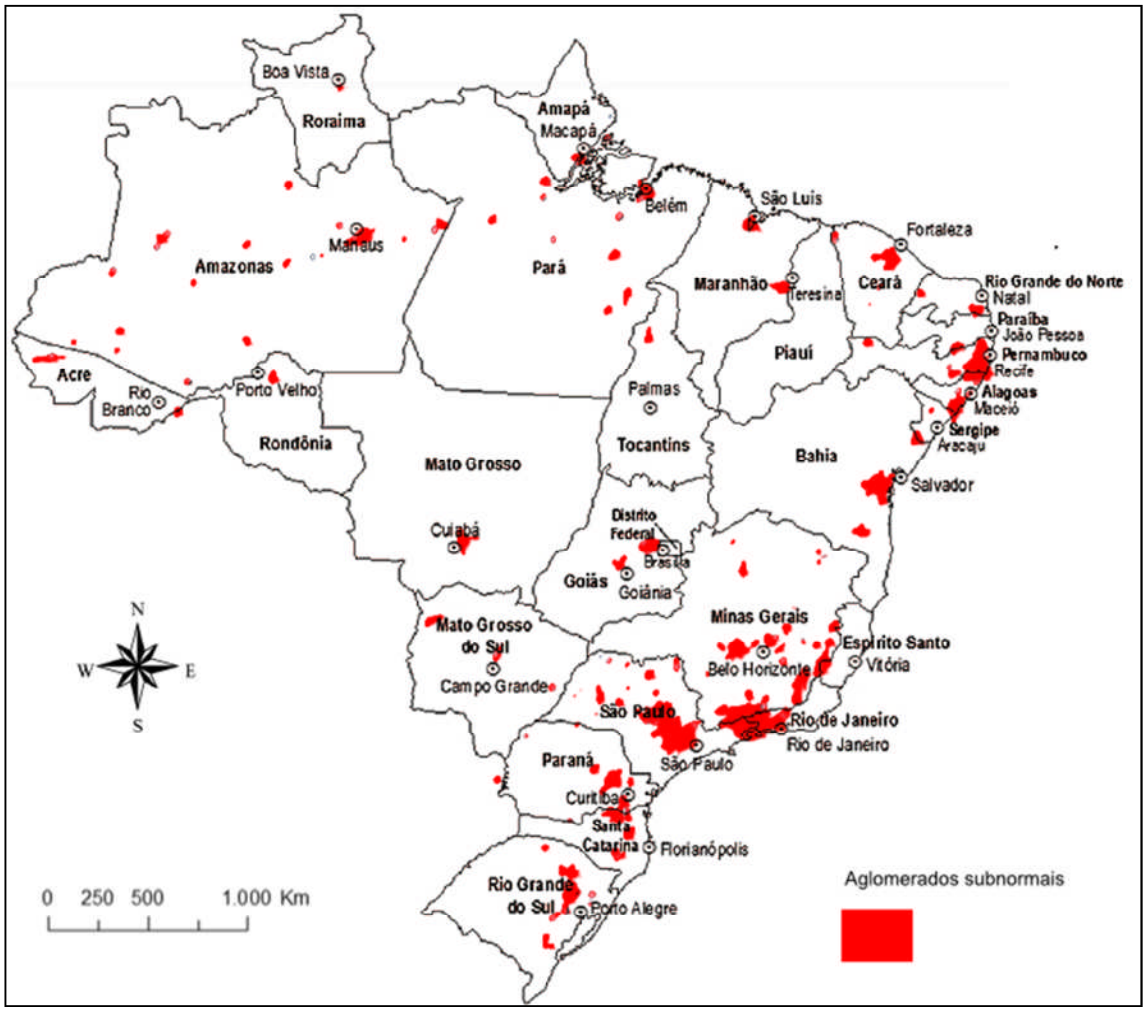
Inferimos então que os pobres deixam de o serem em seu lugar para serem pobres em outro é o caso, por exemplo, das grandes metrópoles que acabam por receber estes desprovidos vindos das mais longínquas partes.

São nesses locais, portanto, que se encontram grande parte da população sem rendimentos, e em consequência acabam morando em situações precárias, o que mais recentemente o IBGE passou a classificar como aglomerados subnormais[39]. No **Mapa 16** podemos ver a distribuição destes aglomerados.

As manchas que os caracterizam estão por todo o território brasileiro, no entanto, a intensificação destas manchas incide, sobretudo, em Estados como Rio de Janeiro e São Paulo, bem como nas capitais.

[39] É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, estes são caracterizados como Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) [...] além de possuir urbanização fora dos padrões vigentes refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; precariedade de serviços públicos essenciais. (IBGE,2010)

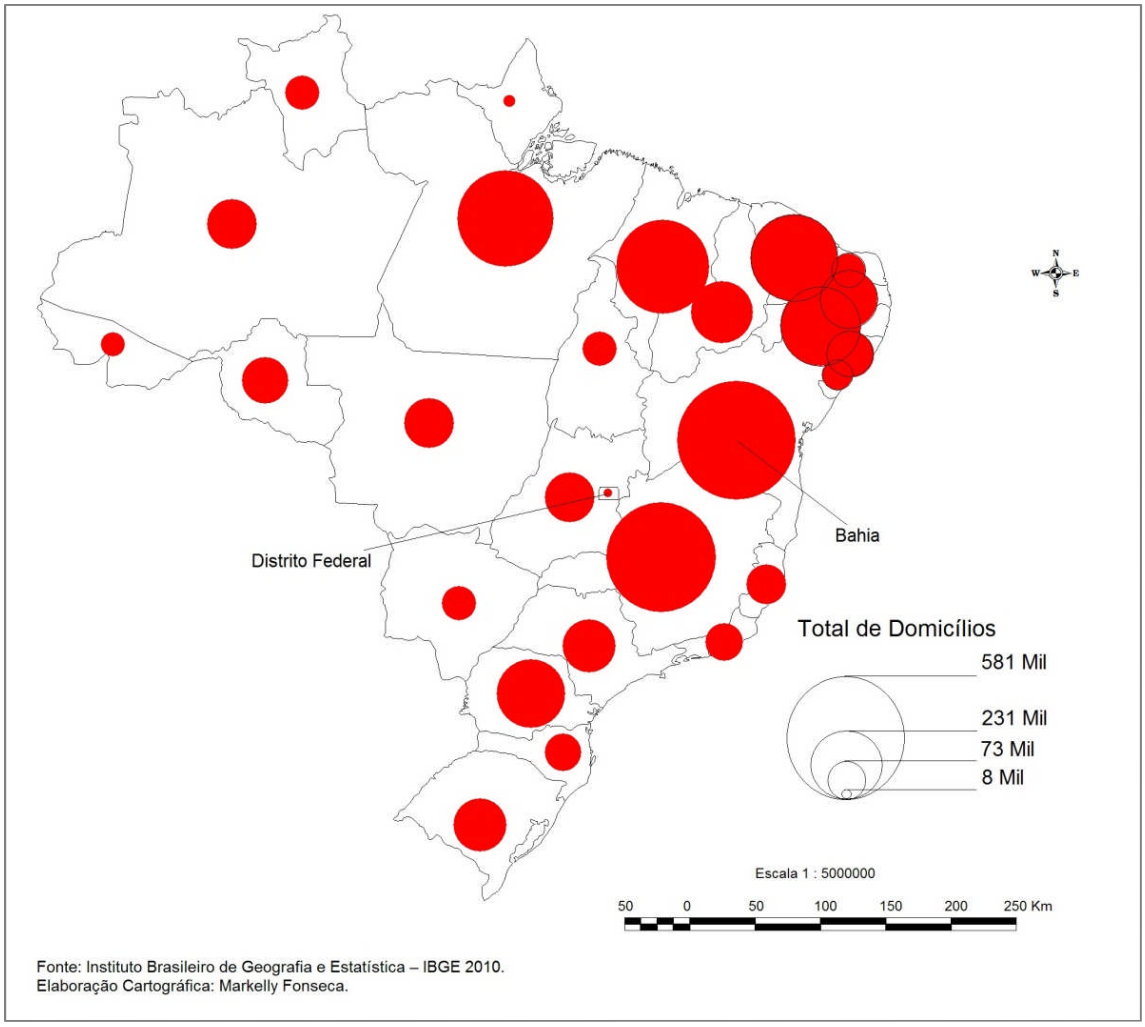
MAPA 16- BRASIL: Aglomerados Subnormais, 2010.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, 2010.
Elaboração cartográfica: Leandro Henrique da Silva

Entendemos que esta mesma população que vive em habitações precárias também enfrenta outros problemas de estrutura, como por exemplo, o saneamento inadequado (segundo classificação do IBGE). No **Mapa 17**, mostramos a distribuição de domicílios com este tipo de saneamento.

MAPA 17- BRASIL: Domicílios com Saneamento Inadequado por Estado da Federação em 2010



Logo, o nosso interesse em discutir este tema como disse Maria Adélia de Souza, é também entender,

> A questão da espacialidade, da territorialidade brasileira, é sempre deixada de lado nas discussões políticas brasileiras e nas formulações dos planos e Políticas Públicas. Os discursos produzidos sobres estas questões insistem em ignorar que as características

> essenciais da economia brasileira, ou, melhor dizendo, a formação sócio-espacial brasileira, a formação do território brasileiro, é produto das relações sociais no Brasil. A sociedade e o espaço brasileiros precisam ser considerados concomitantemente. O viés economicista, que há duzentos anos domina a elaboração das políticas econômicas e sociais, no entanto, impede esse tipo de análise e consideração. (SOUZA, 1996, p. 25)

Assim sendo, inferimos que a partir do momento em que o Estado passa a controlar processos especulativos de toda ordem, ou mesmo implementar políticas que desconsiderem a totalidade nas condições das localidades, ele gera enormes desigualdades, com espantosos contrastes entre riqueza e pobreza, que passam a conviver no mesmo território.

Aqui abrimos um parêntese para falar sobre o consumo alimentar, que está relacionado de maneira direta com as condições de vida da população, pois entendemos que estas pessoas são duplamente penalizadas, pois estas têm carências de toda ordem, moram mal, não tem acesso a serviços básicos, como mostram os mapas e, principalmente, não se alimentam de forma adequada.

No que diz respeito ao consumo alimentar no Brasil, nos chama atenção às áreas urbanas, onde se destaca o consumo de produtos processados e industrializados como: pães, biscoitos recheados, sanduíches, salgados, pizzas, e refrigerantes, sucos e cerveja, caracterizando uma dieta com alto teor energético, particularmente referido pelos adolescentes (IBGE, 2011).

Atualmente, cerca de 40% das refeições são feitas fora de casa, com exceção da região Nordeste, onde este percentual cai com 33%, os jovens se alimentam cada vez mais de alimentos prontos, refrigerantes, biscoitos e gorduras (IBGE, 2011, p. 65).

Essa informação nos faz lembrar os estudos de Josué de Castro que aventava sobre o mito de que em áreas rurais se come mal, ao contrário, é exatamente nessas faixas onde há uma menor renda que está o maior consumo de alimentos considerados saudáveis, como mandioca, frutas, peixes, batata-doce, feijão, milho, para citar alguns. (Idem, 2011).

Segundo dados Pesquisa de Orçamentos Familiares- POF, do IBGE, menos de 10% da população atinge as recomendações de consumo de frutas, verduras e legumes; o consumo de leite também é muito aquém do recomendado, ocasionando um importante desajuste no consumo de vitaminas e cálcio, cerca de 61% da população consome açucares de forma excessiva e 82% consome de maneira exagerado as gordura saturadas. (Idem, 2011)

A partir do acima mencionado, inferimos que o consumo alimentar no Brasil é constituído de alimentos de alto teor energético, apresentando ao mesmo tempo um baixo teor de nutrientes, configurando uma dieta de risco e com déficits em importantes nutrientes, podendo causar obesidade e outras doenças diretamente relacionada ao baixo consumo de vitaminas e nutrientes

Diante da investigação realizada para a construção do presente capítulo, concluímos que o problema não é a falta de alimentos, pois ao contrário, esta nos parece ser justamente a solução, mas enquanto não houver intensões claras e ações objetivas em “resolver” o cerne do problema, este vai continuar se perpetuando. E esta crescente produção de alimentos não irá chegar de fato a mesa daqueles que ainda passam fome em nosso país.

Capítulo 5: BRASIL e as Políticas Compensatórias, a Fome ainda esquecida

"É, pois, a fome, indiscutivelmente, a mais fecunda matriz de calamidade e dela, no entanto, a nossa civilização sempre procurou desviar a vista, com medo de enfrentar sua triste realidade (...)".

(Josué de Castro, Geopolítica da Fome, 1953)

BRASIL: Origem das Políticas Compensatórias para alimentação e nutrição

A partir do final da década de 1930 e início de 1940, teve início no Brasil a implementação das primeiras políticas compensatórias voltadas para a alimentação e nutrição. Nesse sentido, este capítulo emerge da necessidade em compreender como estas discutiam o problema da fome. Para nos ajudar nesta tarefa fizemos um levantamento das principais políticas compensatórias implementadas em nosso país, o que propiciou a construção de uma matriz analítica, a partir da qual é possível perceber o movimento destas políticas. Pois,

> Na prática, o desenvolvimento econômico somente se realiza quando a parte do excedente econômico produzido pelos trabalhadores (isto é, pelo trabalho social produtivo) é investida produtivamente. Mas isto ocorre quando as relações e estruturas políticas estabelecem e preservam as condições "não econômicas" de produção, apropriação e utilização do excedente econômico. Esta é, provavelmente, a principal razão por que o Estado aparece como elemento essencial das relações e estruturas econômicas. (IANNI, p. 6-7, 1971).

Este levantamento compreende os anos 1939 (com a criação do serviço central de alimentação do Instituto de Aposentadoria e

Pensões), e 2003 com a criação do Programa Fome Zero e sua posterior incorporação ao programa Bolsa família[40] em 2004.

Tratamos a trajetória destas políticas em três momentos distintos[41]. O primeiro compreende os anos de 1930-1967; neste período são publicados os primeiros estudos de Josué de Castro sobre a fome, dentre os quais: "Geografia da Fome" (1946), o seu livro mais conhecido.

Depois de um difícil período da nossa história (a ditadura militar no Brasil) estas políticas voltam ao cenário nacional com mais força a partir da década de 1970. A partir daí tem início o segundo período, quando em 1972 é criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição-INAN[42].

O terceiro momento começa a ser delineado a partir da metade dos anos de 1980, mas precisamente em 1986, quando ocorrem as tentativas de democratização e modernização da sociedade brasileira.

---

[40] Este teve origem a partir da unificação de outros programas foram eles: Bolsa escola, cartão alimentação, auxílio-gás e bolsa alimentação. Curiosamente o programa Fome zero "não chegou a existir institucionalmente", esta afirmação pode ser comprovada a partir de pesquisas feita na legislação pertinente ao tema.

[41] Esta distinção foi feita por nós, para uma melhor reflexão sobre o processo.

[42] Tinha como objetivo assistir o governo na elaboração de programas de assistência alimentar destinados a atender prioritariamente, a população escolar de estabelecimentos oficiais de ensino do primeiro grau, gestantes, nutrizes, lactantes e população infantil de até seis anos de idade. Além de ser o responsável junto ao governo federal em formular política nacional de alimentação- PRONAN (Decreto Lei nº 5.829)

Este período é marcado por tentativas de incorporação das técnicas de planejamento nutricional ao planejamento econômico do país. Este momento segue até 2003, quando é criado o programa Fome Zero, esta discussão será feita no seguimento deste capítulo.

Para um melhor entendimento sobre estes acontecimentos, buscamos auxílio em Octávio Ianni (1971), que nos ajuda no sentido de compreendermos como se deu este processo. Em "Estado e Planejamento Econômico no Brasil", ele faz uma reflexão sobre as relações entre o Estado brasileiro e a economia, bem como uma análise das políticas adotadas pelos governos entre 1930 e 1970, período este que é marcado pela implantação de algumas políticas compensatórias voltadas para a alimentação e nutrição. Segundo ele,

> O exame dos conteúdos ideológicos e práticos da política econômica governamental pode esclarecer a maneira pela qual se organizam, funcionam e transformam as relações de dominação (políticas) e apropriação (econômicas) na sociedade brasileira. (IANNI, 1971, p. 4).

Este período foi marcado por profundas transformações no país, dentre as quais, destacaram-se o crescimento e hegemonia do setor industrial brasileiro. Este autor faz ainda um retrospecto das políticas econômicas adotadas pelo Estado brasileiro que, segundo ele, foram mais significativas pós-revolução de 1930, levando em conta as esferas da atividade econômica, dentre as quais:

industrialização[43], capital estrangeiro e força de trabalho. (Idem, 1971)

Sendo assim, Octávio Ianni discute as principais políticas governamentais e a forma como estas chegavam à sociedade, bem como a participação do Estado, através de políticas econômicas e de incentivo. Neste sentido,

> [...] o Executivo dispunha de bases constitucionais, recursos financeiros, condições organizatórias e pessoal especializado para atuar. Assim, êle podia modificar ou propor novos objetivos, diretrizes, técnicas e órgãos relativos às relações e estruturas econômicas do país. Seja quanto aos diversos setores econômicos (agricultura, minerações, divisão social do trabalho, indústria, comércio, moeda) seja quanto às várias forças produtivas (capital, tecnologia, força de trabalho, divisão social do trabalho), o Executivo sempre desfrutou de ampla capacidade e margem de ação. (IANNI, 1971, p. 7).

> Nos anos posteriores à Revolução de 1930, alteraram-se as funções e a própria estrutura do Estado brasileiro. Devido à derrota, ainda que parcial, das oligarquias dominantes até então, pelas novas classes sociais urbanas, a Revolução exprimiu as rupturas estruturais a partir das quais se tornou possível reelaborar as relações entre o Estado e a sociedade. (Idem, p. 14).

[43] É Neste momento de crescimento industrial que é pensada, a primeira política para alimentação e nutrição, esta tinha como principal objetivo melhorar a alimentação, neste caso específico a do trabalhador da indústria, em 1940 é criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social-SAPS, é também neste momento que são introduzidos os cursos de Nutrológos no Brasil, que posteriormente viraram cursos de nutrição.

Neste momento é criado o primeiro restaurante para operários da indústria vinculados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Portanto, é crível inferir que estas políticas são criadas a partir da necessidade vigente do capitalismo.

> Nos anos de 1930 a 1945, o governo brasileiro, sob Getúlio Vargas, adotou uma série de medidas econômicas e realizou inovações institucionais que assinalaram, de modo bastante claro, uma fase nova nas relações entre Estado o sistema político-econômico. Todavia, as medidas econômico-financeiras adotadas, as reformas político-administrativas realizadas e a própria reestruturação do aparelho estatal, não foram o resultado de um plano preestabelecido. E, muito menos, foram o resultado de um estudo objetivo e sistemático das necessidades reais das condições preexistentes. O próprio desenrolar das soluções adotadas após 1930 mostra o governo foi respondendo aos problemas e dilemas conforme eles apareciam no seu horizonte político, por injunção de interêsses[44] e pressões econômicos, políticos, sociais e militares. Às vezes as pressões e os interêsses- principalmente econômicos e financeiros- eram de origem externa. (IANNI, 1971, p. 14-15).

Dentre as medidas econômicas adotadas pelo governo, também foram implantadas algumas de cunho social, e é neste sentido que o pensamento do autor corrobora a nossa ideia de que a ação do poder público, aqui exemplificado através da criação dos restaurantes populares, como "soluções" que iam surgindo de acordo com as necessidades correntes. Neste sentido,

[44] Optamos por manter a ortografia original da edição citada.

> [...] a política salarial fazia parte da política operária. E esta, por sua vez exprimia o caráter das relações entre a classe dominante e os assalariados, principalmente o proletariado industrial. Afinal de contas, a política salarial diz respeito tanto ao mercado de força de trabalho como à produção de lucro: isto é, à produção do capital. (Idem, p. 101).

Corroboramos com a ideia do autor, pois entendemos que a fome não foi enfrentada como um problema de caráter estrutural necessitando, portanto, de ações que almejassem resolver o problema em sua origem.

Políticas Compensatórias e a Fome: Entendendo suas configurações

O Serviço de Alimentação da Previdência Social-SAPS[45], vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, emerge justamente no momento em que a industrialização brasileira toma corpo, este serviço tinha como objetivo: "Propiciar aos trabalhadores alimentação adequada e barata [...]", essa autarquia desenvolveu uma política de combate à fome e a nutrição no Brasil.

Em 1941, seguindo a ideia de encontrar soluções à medida que o "problema aparece" este mesmo foi reorganizado e, a partir de

[45] Esta autarquia foi criada pelo DECRETO-LEI Nº 2.478 - 05 de agosto de 1940.

então, se incluiu a família do trabalhador da indústria. O SAPS funcionou de 1940 até 1967, quando foi extinto.

Durante cinco anos o país, fica sem uma política específica para alimentação e nutrição, é justamente o momento correspondente ao período do regime militar brasileiro.

Durante o regime militar, o Brasil contou com o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição- INAN[46], como dito anteriormente, este que vigorou no país entre 1972 e 1997, e tinha como principal objetivo "ajudar o governo na formação de uma política nacional de alimentação e nutrição- PRONAN[47], que por sua vez funcionaria como um órgão central das atividades ligadas à alimentação e nutrição em território nacional".

Em 1973, é instituído no país o PRONAN, subordinado ao INAN, e tinha "a finalidade de acelerar a melhoria das condições de alimentação e nutrição da população, e consequentemente, contribuir para a elevação de seus padrões de saúde, índices de produtividade[48] e de renda". Assim sendo, entendemos, então que o interesse e preocupação com alimentação da população era também, uma preocupação direta com a "produtividade" dos trabalhadores.

[46] Instituído pelo DECRETO-LEI Nº 5.829 - 30 de novembro de 1972.

[47] O Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN),foi instituído pelo DECRETO-LEI Nº 72.034 - 30 de março de1973.

[48] Grifo nosso, por consideramos importante para a discussão levantada.

Percebe-se ao longo dos anos que as políticas para alimentação e nutrição acabam por ser "misturadas" a outras políticas do governo. É o caso, por exemplo, da criação, em 1982, do Fundo de Investimento Social-FINSOCIAL[49], contribuição social, que "destinava-se a custear investimentos de caráter assistencial em alimentação, habitação popular, saúde, educação, e amparo ao pequeno agricultor, aqui a alimentação aparece ao lado de outras necessidades da população".

Aqui aparece a palavra "assistencial" e lembra assistencialista e que, portanto, confirmando nossa ideia de que as políticas, de certa maneira, não tinham como principal objetivo resolver o problema de uma forma estrutural.

Neste sentido, houve por muito tempo no Brasil estímulos necessários para a implementação de programas oficiais do governo que tinham como objetivo a concessão de incentivos fiscais e de mercado.

A partir do final da década de 1980 e início da década de 1990 o tema (a fome) volta à pauta de discussões nos país, porém, com uma nova perspectiva de discussão: A da segurança alimentar- que se deve, principalmente, à realização, em Brasília, da Conferência

[49] Este fundo foi criado pelo DECRETO LEI Nº 1.940 – 25 de maio de1982.

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional[50], que aconteceu um ano após a criação Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- CONSEA[51],

> [...] Os anos 90 também foram marcados pela mobilização da sociedade civil em torno da questão da fome e da miséria, cuja expressão maior foi o Movi mento da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela ida, comandado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Nesse contexto, em 1993, criou-se o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) no governo Itamar Franco e elaborou-se o Plano de Combate à Fome e à Miséria. (DEL PORTO, 2006, p.3)

Entre os objetivos desta conferência, estava introduzir o debate sobre conceito de segurança alimentar e nutricional, considerado um importante componente de um projeto nacional transformador da realidade que produz e reproduz a fome, a miséria e a exclusão. (Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 1994).

Este debate sobre "Segurança Alimentar e Nutriciona-SAN[52]", ganha força e a discussão a sobre a fome "volta à tona", mesmo

---

[50] Esta conferencia teve como tema, "Fome: Uma Questão Nacional" e foi realizada em julho de 1994, na cidade de Brasília.

[51] Criado pelo DECRETO Nº 1.940 – 25 de abril de1993

[52] A segurança alimentar e nutricional-SAN, consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. E esta abrange: a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da

assim as políticas continuaram sendo compensatórias e praticadas de forma descentralizada. (VASCONCELOS, 2005).

Em "Políticas de combate à fome no Brasil", publicado em 2001, Walter Belik e José Graziano da Silva -atual diretor-geral da FAO- órgão para a agricultura e alimentação da Organização das Nações Unidas-ONU- traçam um perfil das políticas para o combate ~~a~~ à fome no Brasil, que segundo eles estão divididas em três momentos distintos. Para os autores:

> [...] Até os anos 30, os problemas de abastecimento estavam associados à questão da oferta de alimentos para a população que crescentemente se dirigia às metrópoles. Deste período até o final dos anos 80, a fome passou a ser encarada como um problema de intermediação e as políticas se voltaram para a regulação de preços e controle da oferta. Finalmente com o inicio dos anos 90, os problemas de abastecimento passaram a ser combatidos, supostamente, através da desregulamentação do mercado na esperança de que o crescimento econômico pudesse proporcionar renda, emancipando as famílias pobres e alcançando a cidadania. (BELIK;SILVA, 2001 P.123).

Assim sendo, observamos que tais políticas não buscavam resolver o problema em sua origem, ou seja, em sua estrutura, de modo que remediavam apenas temporariamente o problema. Em

---

industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda [...]. (Lei que institui o **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN**, Capitulo I, 15 de setembro de 2006).

"Fome, Desnutrição e Pobreza: além da Semântica" Carlos Augusto Monteiro faz a seguinte ponderação:

> [...] A luta contra a fome, ou ao que resta deste problema no país, igualmente se beneficiará do combate à pobreza. Contudo, as evidências indicam que ações específicas de combate à fome, em particular ações de distribuição de alimentos (diretamente ou através de cupons), deveriam ser empregadas no Brasil de modo limitado e apenas em condições excepcionais e devidamente justificadas. (MONTEIRO, 2003, p.07).

Partilhando desta ideia e entendemos que foi exatamente isso que aconteceu por anos no Brasil, o governo em certa medida distribuía alimentos e outros benefícios , desta forma remediando temporariamente o problema, porém este ainda persiste, à medida em que não são tomadas atitudes que sejam de fato estruturais.

Ainda seguindo a ideia das medidas paliativas implementadas pelo governo, é criado em 1993 o "Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos"- PRODEA, que tinha a finalidade de socorrer, com distribuição de cestas básicas, a população carente atingida pela seca no norte de Minas Gerais e no nordeste, sendo que posteriormente foi ampliado o número de municípios beneficiados pelo programa.

O Programa Comunidade Solidária.[53], criado em 1995, e ficou vigente até sua extinção em 2002, substituiu o PRODEA em âmbito nacional, e tinha como objetivo: coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento da parcela da população que não ~~dispõe~~ dispunha de meios para prover suas necessidades básicas e, em especial, o combate à fome e à pobreza.

> No período 1995-1998, o Programa Comunidade Solidária constituiu-se, de fato, no principal referencial governamental das ações do governo federal voltadas para o enfrentamento das situações agudas de pobreza. Mas, não só o programa passou por modificações expressivas, como outras opções (de) políticas de enfrentamento da pobreza foram se sucedendo após 1998 [...] (DEL PORTO, 2006, p.3).

Posteriormente, a Comunidade Solidária passou a incluir outros objetivos que não somente o combate à fome e à extrema

[53] O Programa Comunidade Solidária, portanto, previsto como programa assistencial baseado na parceria com a sociedade civil, conciliaria ações permanentes e emergenciais/assistenciais nas áreas de educação, saúde, habitação, saneamento, infra-estrutura e alimentação. Contaria, também, com um sistema de avaliação para garantir sua eficácia e permitira auditoria e o controle social .Foi instituído por meio do Decreto Presidencial nº 1.366, de 12/01/1995, que estabeleceu sua composição e competências. (Del Porto, 2006, p. 9). Este programa foi instituído pela Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, como primeira medida de Fernando Henrique Cardoso, recém eleito presidente da República.

pobreza, abrangendo, por exemplo, o conselho comunidade solidária[54] e alfabetização solidária[55]

O Fome Zero surgiu enquanto um projeto que visava suprir uma lacuna importante na agenda da política brasileira: a falta de uma política nacional de combate à fome, pensado em 2001 pelo Instituto de Cidadania.

A proposta desse programa de combate à fome estava a distribuição de cupons, que em tese deveria substituir a doação de cestas básicas. As cestas teriam um caráter estritamente emergencial, como em casos de calamidades públicas, no entanto, não se restringia a estes cupons, pois se previa a realização de uma verdadeira reforma agrária.

O projeto era formado por um conjunto de propostas divididas em três grupos:

1) Políticas emergenciais específicas para atender todas as famílias vulneráveis, com distribuição de cupons de alimentos, cestas básicas de caráter emergencial e criação de estoques alimentares de segurança;

[54] Tinha por finalidade promover o diálogo político e parcerias entre governo e sociedade para o enfrentamento da pobreza e da exclusão, por intermédio de iniciativas inovadoras de desenvolvimento social.

[55]i criado em 1996 com a finalidade de combater o analfabetismo existente em muitos municípios do Brasil.

2) Políticas complementares, com efeitos para a diminuição da vulnerabilidade das famílias, através do aumento da renda familiar, da universalização dos direitos sociais e do acesso à alimentação de qualidade;

3) Políticas de ações locais, geralmente em parcerias com a sociedade civil, de atendimento à população carente. (Projeto Fome Zero, 2001).

Em 2003 após a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, que foi um dos seus idealizadores, o programa comunidade solidária foi substituído pelo programa Fome Zero que, posteriormente, foi incorporado Programa Bolsa Família [56]. Salientamos ainda uma curiosidade: o fato de que programa Fome zero não chegou a "existir", pelo menos em termos institucionais.

Ainda em 2003 foi criado, em âmbito nacional, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA[57], que suas ações dirigidas ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional.

[56] O Bolsa família foi criado pela LEI N 10.836, de 9 de janeiro de 2004. É um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país e integra o programa Brasil sem miséria, que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capta de até R$ 70 mensais [...] (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2013)

[57] Criado pela Lei Nº 10.689, de 13 de junho de 2003. Tem suas ações dirigidas ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional.

Atualmente o "Fome Zero" vincula-se ao Programa Brasil sem Miséria[58], que por sua vez engloba as políticas sociais do governo, também integram o Brasil sem miséria os seguintes programas como: Bolsa Família e PNAA. O Fome Zero está dividido em 4 eixos de atuação, os quais sejam:

1. **Acesso aos Alimentos**

Este eixo contém programas e ações de transferência de renda, alimentação e nutrição e acesso à informação e educação.

2. **Fortalecimento da Agricultura Familiar**

Eixo que busca o desenvolvimento de ações específicas na agricultura familiar, de modo a promover a geração de renda no campo e o aumento da produção de alimentos para o consumo.

3. **Geração de Renda**

Incentivo à economia solidária e desenvolvimento de ações de qualificação da população de baixa renda no sentido de contribuir para a sua inserção no mercado de trabalho.

[58] Instituído pelo Decreto Nº 7.492 de 2 de Junho de 2011, Este tem a finalidade de superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações e é coordenado pela Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza.

4. Articulação, Mobilização e Controle Social

Este eixo tem como proposta estimular a sociedade a firmar parcerias com o governo federal para a realização de campanhas de combate à fome e de segurança alimentar e nutricional. (Ministério do desenvolvimento social e combate a Fome, 2013).

A partir da realização da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2004, o Estado consolidou o reconhecimento da necessidade de implementação de uma política pública de segurança alimentar e nutricional fortemente apoiada na participação da sociedade brasileira. (Fome Zero, 2009).

Entendemos que a grande diferença do Fome zero em relação às políticas anteriores localiza-se no fato de que ele foi pensado para resolver o problema da fome na sua estrutura, e não somente de forma emergencial, mesmo que tal objetivo de fato não tenha sido alcançado, haja vista o fato de esse programa "não ter existido". Como dito anteriormente. Ele tinha em tese, objetivos,

> [...] estruturais, no entanto e de forma emergencial seria fornecido "o cartão de alimentação" para as famílias muito pobres, possibilitando-lhes comprar os alimentos de que necessitam. (Projeto Fome Zero, 2001).

O grande diferencial deste programa em relação aos outros até então implementados, foi o fato de este ter despertado:

> [...] a consciência popular brasileira para o paradoxo da existência de milhões de famílias vivendo sem o suficiente para comer em um país de abundância de alimentos e com um "*boom*" do setor de exportação de produtos agrícolas. O compromisso do recém-eleito Presidente de erradicar a fome, tocou a consciência nacional de forma expressiva, obtendo um apoio massivo da população. (FAO, 2006, p. 2).

> [...] **O FOME ZERO** é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. (Ministério do desenvolvimento social e combate a Fome, 2010).

Após esta reconstituição das principais políticas voltadas para a alimentação, nutrição e consequente combate à fome implantadas no Brasil nas últimas décadas, podemos sugerir que estas só terão resultados consistentes quando de fato forem politicas estruturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa de mestrado pudemos entender alguns processos que tem como resultante as desigualdades sócio-espaciais e, principalmente, percebemos a manifestação daquela que consideramos a mais perversa de todas as desigualdade (a fome).

A partir do resgate histórico sobre a formação territorial brasileira, foi possível analisar que muitas desigualdades ainda presente no cotidiano de alguns, são na verdade reflexo da constituição de um processo desigual e contraditório.

O diálogo com outras disciplinas dentre as quais destacamos a: a história, sociologia e economia, bem como a contribuição de alguns importantes autores, se constituiu como elemento fundamental para compreender como se deu a formação econômica, histórica e territorial, e o posterior entendimento sobre a formação sócio-espacial brasileira, as desigualdades e o problema da fome. E também se constituiu no alcance de um dos objetivos de aprendizagem de uma dissertação de mestrado: o diálogo multidisciplinar.

Ao longo da pesquisa chegamos à constatação de que o problema é estrutural, resultado da nossa formação sócio-espacial desigual, intrinsicamente ligado às contradições econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira.

Para esta compreensão, analisamos os processos a partir das transformações e dos caminhos que ainda levam a perpetuação da fome e, principalmente, por que as desigualdades são mais perceptíveis em lugares historicamente determinados. O exame desses processos está expresso na periodização que produzimos, objeto de constituição e análise do capítulo 5.

Considerando os usos do território pela produção de alimentos. Pudemos então verificar que estes não faltam, principalmente, se levarmos em conta que a ciência e a técnica aumentam cada vez mais a possibilidade de sua produção.

Por isto falar em fome se torna ainda mais contraditório, sobretudo quando pensamos o atual momento, onde a aceleração do mundo e o constante avanço da ciência e da técnica estão cada vez mais presentes em todas as dimensões da vida. Sendo difícil então, ponderar porque algumas desigualdades ainda se manifestem e se perpetuem de uma maneira tão perversa!

Para tanto, é fundamental apreender a globalização, "[...] à luz dos seus efeitos sobre os chamados países pobres". Pois são nos países pobres que são mais perceptíveis as manifestações e consequências geradas pela fome. (SOUZA, 1995).

Neste mundo globalizado, aonde as informações chegam cada vez mais rápido e aos mais longínquos lugares, acaba por mudar a forma como a fome atual se apresenta, se antes ela era atribuída tão

e somente às catástrofes naturais. Hoje ela “deixa de ser esporádica e pontual, para se tornar algo normal, persistente e generalizado” (SANTOS, 1994).

A partir da cartografia apresentada no capítulo 4 é possível apreender que, se de um lado temos uma pujante produção de alimentos, o crescimento brasileiro na exportação de alimentos para alguns países do mundo, assim como a “liderança brasileira” na produção de determinados produtos agrícolas, grãos, frutas etc. De outro observamos em algumas regiões brasileiras sérios problemas estruturais intensificados, seja no que diz respeito à renda ou o direito a itens básicos para a sobrevivência humana.

Sendo assim, inferimos que a fome é o resultante de um processo histórico complexo, e que ainda está em todas as partes, porém ela se manifesta de forma mais pujante nos lugares com características que “favorecem” sua permanência.

Vimos que, ao longo da nossa história, as políticas para o combate a fome no Brasil, não tiveram de fato objetivos estruturais, apenas remediando temporariamente e não resolvendo o problema em sua estrutura.

O presente trabalho foi pensado como uma contribuição geográfica para a compreensão do problema da fome, pois entendemos que nossa disciplina, pode colaborar se não para extinção deste, ao menos para minimizar consequências perversas

geradas pela manifestação desta desigualdade discutida nesta dissertação.

Tamanha importância se deve ao fato de a alimentação ser fundamental para a manutenção da vida, alimentar-se é algo inato e, portanto, fundamental para a existência.

Pois como observado nesta dissertação os problemas e desigualdades brasileira nos acompanham desde a nossa formação, portanto para resolver um problema tão sério não é possível se limitar apenas a políticas assistenciais e sem caráter estrutural.

Por isto, entendemos ser necessária e urgente uma mudança nas relações sociais, como sendo este um caminho possível para a resolução de tão grave problema, entendemos que a fome já tem uma solução técnica faltando, portanto, uma solução política.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome.** 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. **Atualidade do método de Josué de Castro e a situação alimentar mundial.** *In:* CYRILLO, D.C. et al.Delineamento da pesquisa na nutrição humana aplicada. São Paulo, IPE/USP, 1996. p.57-76.

_____. **Integrar sociedade e natureza na luta contra a fome no século XXI**. Cad. Saúde Pública [online]. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n11/26.pdf. Acesso em: 12 de Julho de 2010.

ALENCAR, Álvaro Gurgel de. **Do conceito estratégico de segurança alimentar ao plano de ação da FAO para combater a fome**. Ver. 152P152s. Polít. Int. [online]. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000100009. Acesso em: 19 de Julho de 2010.

ANDRADE, Manoel Correia de. **O Nordeste e a questão regional.** 9ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

AVEGLIANO, Roseane Pagliaro. **Custos de Refeições em Unidades de Alimentação e Nutrição: Uma Aplicação para a Divisão de Alimentação COSEAS/ USP, em 1997.** São Paulo, 1999. 120f Dissertação (Mestrado em Nutrição Humana Aplicada). Orientador: Denise Cavallini Cyrillo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BANDONI, Daniel Henrique. **Índice de qualidade da refeição de empresas cadastradas no programa de alimentação do**

trabalhador na cidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 93f Dissertação (Mestrado em Nutrição). Orientador: Patrícia Constante Jaime, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BAUDRILLARD, J. **O Sistema dos Objetos.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. **A sociedade de consumo**. Portugal: Edições 70. S.d.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. **Políticas de combate à fome no Brasil**. São Paulo Perspec. [online]. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400013. Acesso em: 23 de Novembro de 2011.

BRASIL. **Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil.** Instituto Cidadania, 2001.

_____. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas, Acesso em 23 de abril de 2012.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.** http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/. Acesso em: 05 de junho de 2011.

_____. Portal Brasil. **Brasil avança na produção mundial de alimentos.** Disponível em: http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/06/brasil-avanca-na-producao-mundial-de-alimentos. Acesso em: 05 de junho de 2012.

_____. Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO. Fome Zero: Lições Principais. Disponível em:

http://www.rlc.fao.org/pt/programabrasilfao/publicacoes/fome-zero-licoes-principais/. Acesso em: 27 de junho de 2011.

BUENO, Ricardo. **Por que faltam alimentos no Brasil?** Petrópolis: Vozes, 1996.

CANESQUI, Ana Maria. **Pesquisas qualitativas em nutrição e alimentação**. Ver. Nutr. [online]. 2009, vol.22, n.1, 154P. 125-139. ISSN 1415-5273. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732009000100012. Acesso em: 30de setembro de 2011.

CÂMARA, Nilo Viera da. **Economia alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro: Acquarone, 1956.

CAMPOS, André Luzzi de. **Experiências em movimento: alimentação, cidadania e lutas sociais na zona leste de São Paulo (1993-2006).** São Paulo, 2010. 154f Dissertação (Mestrado em História Social). Orientador: Zilda Marcia GricoliIokoi. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CASCUDO, Luis da Camara. **História da alimentação no Brasil.** São Paulo: Global, 2007.

_____. **Antologia Alimentar no Brasil.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1977.

CASTRO, Ana Maria de. **Fome, um tema proibido: Últimos escritos de Josué de Castro.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1884.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa do estudante do Brasil, 1953.

_____. **Geografia da fome o dilema brasileiro: pão ou aço.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O Livro Negro da Fome.** 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1960.

_____. **O Problema da alimentação no Brasil.** Biblioteca Pedagogia Brasileira, S.d.

_____. **A alimentação brasileira á luz da geografia humana.** Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1937.

_____. **Ensaios de geografia humana.** 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. **Homens e caranguejos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,2003.

_____. Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o nordeste, uma área explosiva. São Paulo: Ed Brasiliense,1969.

_____. Documentário do nordeste. São Paulo: Brasiliense,1968.

_____. O drama universal da fome. Depoimentos de André Mayer [et al.] Rio de Janeiro: ASCOFAM,1958.

CARVALHO, Antonio Alfredo Teles de. **O pão nosso de cada dia nos dai hoje... Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos no Brasil.** São Paulo, 2007. 127f Tese (Doutorado em Geografia Humana). Orientador: Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CHONCHOL, Jacques. **A soberania alimentar**. Estud. Av. [*online*]. 2005, vol.19, n.55, p. 33-48. ISSN 0103-4014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000300003&script=sci_arttext. Acesso em: 12 de Julho de 2010.

CONSEA. **Lei de segurança alimentar e nutricional.** Disponível em: http://www2.planalto.gov.br/consea/biblioteca/publicacoes/cartilha-losan-portugues. Acesso em: 15 de Agosto de 2010.

COUTINHO, Marília; LUCATELLI, Márcio. **Produção científica em nutrição e percepção pública da fome e alimentação no Brasil**. Ver. Saúde Pública [online]. 2006, vol.40, n.spe, 156P. 86-92. ISSN 0034-8910. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40nspe/30627.pdf. Acesso em: 30 de outubro de 2011.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais: Clima, fome e imperialismo na Formação do Terceiro Mundo.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **Relatório da situação da fome no mundo**, https://www.fao.org.br/publicacoes.asp. Acesso em: Acesso em: 14 de Junho de 2011.

_____. **Organización de Las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación: Roma, 2009.** Disponível em: http://www.fao.org/docrep/013/i1683s/i1683s00.htm. Acesso em: 14 de Junho de 2010.

_____. **Nutrition Country Profiles/Brazil.** Disponível em: ftp://ftp.fao.org/es/esn/nutrition/ncp/BRAmap.pdf. Acesso em: 14 de Junho de 2010.

FREI BETTO. **A fome como questão política**. Estudo. av. [online]. 2003, vol.17, n.48, pp. 53-61. ISSN 0103-4014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000200005&script=sci_arttext. Acesso em: 30 de outubro de 2011.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. **Uma abordagem fenomenológica da fome**. Ver. Nutr. [online]. 2002, vol.15, n.1, 157P. 53-69. ISSN 1415-5273. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732002000100007. Acesso em:

FURTADO, Celso. **O Fantasma da Desfeita.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **A economia brasileira**: **contribuição à análise do seu desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Editora A Noite, 1953.

_____. **A Economia Brasileira: Contribuição à análise do seu Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora a Noite, S.d.

_____. **Em busca de novo modelo.** 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **O Capitalismo Global.** 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 4.ed.Brasília:Editora Universidade de Brasília, 1963.

IANNI, Octavio. **Estado e Capitalismo: Estrutura Social e Industrialização no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1965.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1971.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. PAM 2010: Valor da produção agrícola cresce 8,9% em relação a 2009**. Disponível em: http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2001. Acesso em: 12 de julho de 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. POF 2008/2009: Avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_aval_nutricional/pof20082009_avaliacao.pdf. Acesso em: 18 de julho de 2012

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Aglomerados subnormais, Primeiros resultados.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006960012162011001721999177.pdf. Acesso em: 14 de Setembro de 2011.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios.** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vol1.pdf. Acesso em: 23 de julho de 2012

LAMBRIOLA, Rodrigo. **A fome dos outros: Literatura, comida e alteridade no século XVI**. Niterói: EDUFF, 2007.

MARX, Karl. **A origem do capital.** 2ª Ed. São Paulo: Centauro, 2009.

MEDEIROS, Marlon Clovis**. A geografia do consumo de alimentos e a dinâmica do setor agroalimentar brasileiro.** Florianópolis: Departamento de Geociências- CFH/UFSC, 2010.

MELO FILHO, Djalma Agripino de. **Geografia da Fome**: **clínica de paisagens ou epidemiologia crítica?** Cad. Saúde Pública [online]. 2008, vol.24, n.11, 159P. 2698-2703. ISSN 0102-311X. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n11/25.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2011.

MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação.** São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

MONTEIRO, Carlos Augusto**. A Dimensão da Pobreza, da Fome e da desnutrição no Brasil.** Estud. Av. [*online*]. 2003, vol.17 n.48. ISSN 0103-4014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200002. Acesso em 10 de outubro de 2011.

_____.**Fome, desnutrição e pobreza**: **além da semântica**. Saude soc. [online]. 2003, vol.12, n.1, 159P. 7-11. ISSN 0104-1290. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902003000100003&script=sci_arttext. Acesso em 20 de outubro de 2011.

MENEZES, Francisco. **Segurança Alimentar e Nutricional.** Disponível em: http://amar-bresil.pagesperso-

orange.fr/documents/secual/san.html. Acesso em: Acesso em 22 de outubro de 2010.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação.** Disponível em: http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.HTM. Acesso em: 23 de outubro de 2011.

OSORIO, Mônica Maria. **Disponibilidade familiar de alimentos na Zona da Mata e Semi-Árido do Nordeste do Brasil**. Ver. Nutr. [online]. 2009, vol.22, n.3, 160P. 319-329. ISSN 1415-5273. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732009000300002. Acesso em: 29 de outubro de 2011.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

_____. **Evolução Política do Brasil e Outros Estudos.** 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

_____. **História e desenvolvimento:** A Contribuição as Historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.

RANGEL, Ignácio. **Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro.** 2ª ed. Editora Bienal, 1990.

RAMALHO, Mário Lamas. Uso do território **–** técnica e fome. In: SOUZA, Maria Adélia de (Org). **Território brasileiro**: **usos e abusos.** Campinas: Edições Territorial, 2003.

REBELLO, Lêda Maria de Vargas. **Loucuras da fome.** Cad. Saúde Pública [online]. 1998, vol.14, n.3, 161P. 643-646. ISSN 0102-311X. Disponível em: http://www.scielosp.org/pdf/csp/v14n3/0103.pdf. Acesso em: 09 de outubro de 2011.

RECLUS, Elisée. **A evolução, a revolução e o ideal anarquista.** São Paulo: Editora Imaginário, 2002.

RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo Sousa**. A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana.** São Paulo, 2008. 171f Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Orientador: Amélia Luisa Damiani, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova.** 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico internacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. (Organização RIBEIRO, Wagner Costa). **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania.** São Paulo: Publifolha, 2002.

_____**. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 17ª ed. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Pobreza Urbana.** São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **Da Totalidade ao Lugar.** 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Espaço e Método.** 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Pensando o Espaço do Homem.** 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **O Retorno do território.** In: SANTOS, Milton; SOUZA, M. Adélia; SILVEIRA, M. Laura. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Alimentation urbaine et planification régionale en pays sous-développé.** Paris: Tiers-Monde, 1969.

SAWAYA, Ana Lydia. **Dossiê**: **nutrição e pobreza**. Psicol.USP [online].2008, vol.19, n.4, pp. 591-594.

SERRUYA, Suzanne and VASCONCELLOS, Ana Beatriz. **A Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde e a pesquisa em alimentação e nutrição**. Cad. Saúde Pública [online]. 2008, vol.24, suppl.2, 162P. S361-s364. ISSN 0102-311X.

SOUSA, Leandra Andreia de. **Promoção - apoio ao aleitamento materno: binômio ou antítese? Uma caracterização das práticas do profissional de saúde na perspectiva da mulher no processo do aleitamento materno.** Ribeirão Preto, 2006. 188f Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública).

Orientador: Maria José Bistafa Pereira, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

SOUZA, Maria Adélia de. **Política e Território: A Geografia das Desigualdades.** Texto elaborado para o FORUM Brasil em Questão, organizado pela Universidade de Brasília e apresentado na Mesa Redonda A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA, no dia 05 de junho de 2002.

_____. **Globalização e efeitos perversos: Relendo a Geografia da Fome.** Texto elaborado para o I ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, realizado em Aracaju, de 5 a 9 de setembro de 1995.

_____. **Cidade: Lugar e Geografia da Existência.** Conferência elaborada para o 5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, realizado em Salvador, de 21 a 24 de outubro de 1997.

_____. **Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação**. in SANTOS, Milton; SOUZA, M. Adélia; SILVEIRA, M. Laura. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo, Hucitec, 1996.

TOZI, Fábio. **Geografias da desigualdade território e fome.** Monografia (Graduação em Geografia). Orientadora: Maria Adélia Aparecida de Souza. Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP, Campinas, 2001.

_____. **Geografias da desigualdade: Uso do Territótio Brasileiro e Fome.** In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Território brasileiro usos e Abusos** (org.), Campinas: Edições Territoriais, 2003.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. **Combate à fome no Brasil**: **uma análise histórica de Vargas a Lula**. Ver. Nutr. [online]. 2005, vol.18, n.4, 164P. 439-457. ISSN 1415-5273. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000400001&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 07 de novembro de 2011.

_____. **Josué de Castro e a geografiada fome no Brasil.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(11):2710-2717, nov, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n11/27.pdf. Acesso em: 07 de novembro de 2011.

VIANNA, Rodrigo Pinheiro de Toledo; SEGALL-CORREA, Ana Maria. **Insegurança alimentar das famílias residentes em municípios do interior do estado da Paraíba, Brasil**. Ver. Nutr. [online]. 2008, vol.21, suppl.,164P. 111s-122s. ISSN 1415-5273. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-52732008000700010&script=sci_arttext. Acesso em: 12 de novembro de 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fome Zero**: **uma política social em questão**. Saúde soc. [online]. 2003, vol.12, n.1, 164P. 43-50. ISSN 0104-1290. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/07.pdf. Acesso em: 20 de novembro de 2011.

APÊNDICE

Políticas compensatórias para alimentação, nutrição e combate à fome (1939 – 2006).

		BRASIL- PRINCIPAIS POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS DE COMBATE A FOME											CONHECIMENTO CIENTÍFICO
DATA	**Serviço Central de Alimentação e Pensões dos Industriários.**	**Serviço de Alimentação da Previdencia Social- SAPS**	**Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição- INAN**	**Programa Nacional de Alimentação e Nutrição- PRONAN**	**Fundo de Investimento Social- FINSOCIAL**	**Programa nacional do Leite para crianças carentes- PNLCC**	**Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional –CONSEA**	**Programa de Distribuição Emergencial de alimentos-PRODEA**	**Programa Comunidade Solidária**	**Programa Nacional de Renda Mínima-BOLSA ALIMENTAÇÃO**	**Programa FOME ZERO**	**Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN**	**PRINCIPAISPUBLICAÇÕES SOBRE O TEMA**
1934													CASTRO, Josué de.**O problema da alimentação no Brasil**
1939	DECRETO LEI Nº 1.469 de 1 de agosto de 1939,cria o Serviço Central de Alimentação e Pensões dos Industriários.												
1937													CASTRO, Josué de. **Alimentação brasileira à luz da geografia humana**.
1940		DECRETO-LEI Nº 2.478 - 05 DE AGOSTO- Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.) no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Para propiciar aos trabalhadores alimentação adequada e barata (...)											
1941		DECRETO-LEI Nº 3.709 - 14 DE OUTURO- Reorganiza o Serviço de Alimentação da Previdência Social- "Incluindo a família dos trabalhadores, com programas educativos".											
1942		DECRETO-LEI Nº 3.709 - 21 DE OUTURO - Cria uma Seção de Subsistência no Serviço de Alimentação da Previdência Social; O Serviço de Alimentação da Previdência Socal (S.A.P.S.) criará uma Secção de Subsistência destinada a fornecer aos trabalhadores, em postos especiais, nos seus próprios restaurantes ou naqueles sob seu controle, ou ainda por intermédio dos sindicatos, gêneros de primeira necessidade.											
1946													CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome.**
1952													CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome.**
1956													CÂMARA, Nilo Vieira da. **Economia alimentar no Brasil.**
1958													CASTRO, Josué de. **O drama universal da fome: depoimentos de André Mayer [*et al*]**.
1966													CASTRO,Josué de**. Livro negro da fome.** CASTRO,Josué de. Ensaios de Geografia Humana.
1967		DECRETO-LEI Nº 224 - 28 DE FEVEREIRO Dispõe sobre a extinção do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), transfere os respectivos bens, serviços e atribuições, com o respectivo pessoal, para outros órgãos e entidades, e dá outras providências: O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) será extinto pela forma estabelecida neste Decreto-Lei, passando suas atribuições a ser exercidas pelos órgãos a seguir mencionados, aos quais são igualmente transferido seus bens, serviços e pessoal: I - as vinculadas às atividades de abastecimento, subsistência e fornecimento de refeições, pela Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL); II - as vinculadas às atividades de ensino e pesquisa, pelo Ministério da Educação e Cultura ou da Saúde ou entidade sob sua jurisdição; III - as do Serviço Agropecuário, pelo Ministério da Agricultura ou entidades sob sua jurisdição.											
1968													CASTRO Josué de. **Documentário do Nordeste**.
1969													CASTRO, Josué de. **Sete palmos de terra eum caixão: ensaio sobre o Nordeste, uma areia explosiva**.
1972			DECRETO-LEI Nº 5.829 - 30 DE NOVEMBRO- Cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e dá outras providências. Art. 1º Fica criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), sob a forma de autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, com sede e foro na Capital Federal. Art. 2º Compete ao Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN): I - assistir o Governo na formulação da política nacional de alimentação e nutrição, inclusive quanto à educação nutricional; II - elaborar e propor ao Presidente da República o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), promover sua execução, supervisionar e fiscalizar sua implementação, avaliar periodicamente os respectivos resultados e, se necessário, propor sua revisão; e III - funcionar como órgão central das atividades de alimentação e nutrição. Art. 3º O Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) elaborará programas de assistência alimentar destinados a atender, prioritariamente, a população escolar de estabelecimentos oficiais de ensino do primeiro grau, gestantes, nutrizes, lactentes e população infantil até seis anos, assim como programas de educação nutricional, principalmente para população de baixa renda familiar.										
1973				DECRETO-LEI Nº 72.034 - 30 DE MARÇO -Institui o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), aprova o I PRONAN e dá outras providências. Art. 1º É instituído o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), com a finalidade de acelerar a melhoria das condições de alimentação e nutrição da população, e conseqüentemente, contribuir para a elevação de seus padrões de saúde, índices de produtividade e níveis de renda. Art. 2º Ao Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) compete elaborar e submeter ao Presidente da República o PRONAN, promover sua execução, supervisionar e fiscalizar sua implementação, avaliar periodicamente os respectivos resultados e, se necessário, propor sua revisão.									
1976				DECRETO-LEI Nº 77.116 - 06 DE FEVEREIRO - Estabelece diretrizes para a ação do Governo na área de Alimentação e Nutrição, aprova o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - PRONAN e dá outras providências. Art. 1º Fica aprovado o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - PRONAN, para o período de 1976 a 1979. Art. 2º São diretrizes gerais da ação do Governo na área de alimentação e nutrição: I - a racionalização da assistência e da educação na área da alimentação e da nutrição; II - o estimulo à produção, armazenagem, transporte e comercialização de alimentos básicos necessários aos programas oficiais de suplementação alimentar, mediante, especialmente, concessão de incentivos financeiros, fiscais e de mercado aos pequenos produtores cooperativados; III - o combate a carências nutricionais, sobretudo através de medidas preventivas; IV - o incentivo a estudos e pesquisas para melhoria dos padrões e das condições de alimentação e de nutrição; V - o apoio à capacitação de recursos humanos para os serviços técnicos referentes à alimentação e nutrição; VI - a expansão do sistema de alimentação do trabalhador, através de concessão de financiamentos e de incentivos às empresas e instituições civis de empregados e empregadores. VII - a organização de sistema integrado de aquisição, armazenamento e distribuição de alimentos destinados aos programas de suplementação alimentar.									
1982					DECRETO LEI Nº 1.940 – 25 DE MAIO - Institui contribuição social, cria o Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL) Art 1º É instituída, na forma prevista neste Decreto-lei, contribuição social, destinada a custear investimentos de caráter assistencial em alimentação, habitação popular, saúde, educação, e amparo ao pequeno agricultor.								
1983													CASCUDO, Luís da Câmara. **A história da alimentação no Brasil.**
1984													CASTRO, Ana Maria de. **Fome, um tema proibido: Últimos escrito de Josué de Castr**o.
1986						DECRETO Nº 93.120 – 18 DE AGOSTO -Dispõe sobre a execução do programa Nacional do leite para crianças carentes (crianças com idade até sete anos) "Tíquete do Leite"							
1989													
1991													ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome**.
1993							DECRETO LEI- Nº 807 24 de abril de 1993 - Institui o Conselho Nacional de Segurança Alimentar –CONSEA	Foi criado em 1993, em caráter emergencial o PRODEA, este Programa tinha a finalidade de socorrer a população careente atingida pela seca no norte de minas e no nordeste, posteriormente foi ampliado o número de municípios beneficiados ,A partir do mapa da fome elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA,. A partir de 1995, o PRODEA Passou a fazer parte do Programa Comunidade Solidária.					
1994													SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Geografias da desigualdade: Globalização e fragmentação**. In: Território, globalização e fragmentação**.**
1995									DECRETO Nº 1.366 - 12 DE JANEIRO- Dispõe sobre o Programa Comunidade Solidária e dá outras providências. Art. 1º O Programa Comunidade Solidária, vinculado à Presidência da República, tem por objeto coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas e, em especial, o combate à fome e à pobreza. Parágrafo único. Receberão atenção preferencial na implementação do Programa as ações governamentais nas áreas de alimentação e nutrição, serviços urbanos, desenvolvimento rural, geração de emprego e renda, defesa de direitos e promoção social.				
1996													ABRAMOVAY, Ricardo. **A atualidade do método de Josué de Castro e a situação almentar mundial.** São Paulo:IPE/USP, 1996.p.57-76. BUENO, Ricardo. Por que faltam alimentos no Brasil?
1999													AVEGLIANO, Roseane Pagliaro. **Cutos de refeições em unidades de alimentação e nutrição: Uma aplicação para a divisão de alimentação COSEAS/USP, em 1997.** São Paulo, 1999. 120f. Dissertação (mestrado em Nutrição Humana Aplicada). Orientador: Denise Cavallini Cyrillo. Universidade de São Paulo. CARVALHO, Antonio Alfredo Teles de. O pão nosso de cada dia no dai hoje… Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos no Brasil. São Paulo, 1999. 127f. Tesse (Doutorado em Geografia Humana). Orientador: Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
2001										MEDIDA PROVISÓRIA No 2.206-1 - 06 DE SETEMBRO- Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: "Bolsa-Alimentação". Art. 2º O Programa destina-se à promoção das condições de saúde e nutrição de gestantes, nutrizes e crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade, mediante a complementação da renda familiar para melhoria da alimentação. Art. 3º Serão beneficiados com o Programa as pessoas referidas no art. 2º, em risco nutricional, pertencentes a famílias com renda per capita inferior ao valor fixado nacionalmente em ato do Poder Executivo, para cada exercício financeiro.			TOZI, Fabio. **Geografias da desigualdade, território e fome.** Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade de Campinas - UNICAMP, Campinas,2001. ALENCAR, Álvaro Gurgel de. Do conceito estratégico de segurança alimentar ao plano de ação da FAO para combater a fome. Ver. 23P23s. Polit. Int. [online]. 2001 BERLIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. Políticas de combate á fome no Brasil. São Paulo Perspectiva [online], 2001.
2002													DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais: Clima, fome e imperialismo n**a formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Record, 2002. FURTADO, Celso.EM BUSCA DE novo modelo. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. FREITAS, Ana Maria do Carmo Soares de. Uma abordagem metodológica da fome. Ver. Nutr. [online]. 2002, vol. 15, n.1, 24P. 53-69. ISSN 1415-5273.
2003											LEI No 10.689, 13 DE JUNHO. Art. 1o Fica criado o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA, vinculado às ações dirigidas ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional.		TOZI, Fabio. Geografias da desigualdade: Uso do território e fome. In:SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. T**erritório brasileiro: Usos e abusos** (org.), São Paulo: Edições Territoriais, 2003.
2003											LEI No 10.696, 02 DE JULHO. Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. § 1o Os recursos arrecadados com a venda de estoques estratégicos formados nos termos deste artigo serão destinados integralmente às ações de combate à fome e à promoção da segurança alimentar. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos, compreendendo as seguintes finalidades. I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda; II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar; V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; I - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização.		FREI BETTO. A fome como questão política. Estudos Avançados [online]. 2003, vol. 17, n. 48, pp.53-61. ISSN 0103-4014
2004											LEI No 10.836, 9 DE JANEIRO- Art. 1o Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades. Art. 2o Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento: I - o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza.		
2005													CHONCHOL, Jacques. A soberania alimentar. Estudos Avançados [online].2005, vol.19,n. 55, pp. 33-48. ISSN 0103-4014
2006												Lei orgânica da segurança alimentar- LOSAN Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN	SOUSA, Leandra Andreia de. Promoção - Apoio ao aleitamento materno: Binômio ou antítese? Uma caracterização das práticas do proffissional de saúde na perspectiva da mulher no processo do aleitamento materno. Ribeirão Preto, 2006. 188f. Dissertação (mestrado em Enfermagem em Saúde Pública). Orientador: Maria José Bistafa Pereira, Universidadede São Paulo, Ribeirão Preto, 2006. BANDONI, Daniel Henrique. Índice de qualidade da refeição de empresas cadastradas no programa de alimentação do trabalhador na cidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 93f. Dissertação (Mestrado em Nutrição). Orientador: Patrícia Constance Jaime, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. COUTINHO, Marília; LUCATELLI, Márcio. Produção científica em nutrição e percepção pública da fome e alimentação no Brasil. Ver. Saúde Pública [online]. 2006, vol.40, n. spe, 24P. 86-92. ISSN 0034-8910
2007													CASCUDO, Luis da Câmara. **História da alimentação no Brasil.** São Paulo: Global,2007. FURTADO, Celso. O capitalismo global. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. LAMBRIOLA, Rodrigo. Afome dos outros: Literatura, comida e alteridade no século XVI. Niterói: EDUFF, 2007.
2008													CASTRO, Josué de. **Geografia da fome, o dilema brasileiro: pão ou aço**. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, 2008. RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo Sousa. A fome e a miséria na alimentação: Apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Humana. São Paulo, 2007.171f.Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Orientador: Amélia Luisa Damiani, Universidadede São Paulo, São Paulo, 2008. ABRAMOVAY, Ricardo. Integrar sociedade e natureza na luta contra a fome no século XXI. Caderno de Saúde Pública [online]. 2008. MELO FILHO, Djalma Agripino de. Geografia da fome: clínica de paisagens ou epidemiologia crítica? Caderno Saúde Pública [online]. 2008, vol. 24, n.11, 24P. 2698-2703. ISSN 0102-311X.
2009													MONTANARI, Massino. **História da Alimentação.** São Paulo: Estação da Liberdade, 2009. CANESQUI, Ana Maria. Pesquisas qualitativas em nutrição e alimentação. Ver. Nutr. [online]. 2009, Vol.22 n.1, 24P. 125-139. ISSN 1415-5273. OSÓRIO, Monica Maria.Disponibilidade familiar de alimentos na Zona da Mata e Semi-Árido do Nordeste do Brasil. Ver. Nutr. 2009
2010													CAMPOS, André Luzzi de. Experiências em Movimento: Alimentação, cidadanias e lutas sociais na zona leste de São Paulo (1993-2006). São Paulo, 2010. 154f. Dissertação (Mestrado em História Social). Orientador: Zilda Marcia Gricoli Iokoi. Universidadede São Paulo, São Paulo, 2010.

TRABALHOS SOBRE GEOGRAFIA E FOME[59].

Palavra chaves para busca: GEOGRAFIA DA FOME, FOME, SEGURANÇA e INSEGURANÇA ALIMENTAR, NUTRIÇÃO E SUBNUTRIÇÃO

AUTOR (A)	TÍTULO	ANO	TIPO [60]	LOCAL	ÁREA DE PESQUISA	ORIENTADOR (A)	PALAVRAS-CHAVE
Sirlandia Schappo	Josue de Castro por uma agricultura de sustentação	2008	D	UNICAMP	Sociologia	Fernando Antonio Lourenço	Fome , Agricultura sustentavel , Economia agrícola
Lina Maria de Oliveira Azoubel	Fome: ideologia e capitalismo	1988	M	UNICAMP	Educação	Nilson Joseph Demange	Fome - Aspectos sociologicos , Fome - Aspectos economicos , Capitalismo
Ana Paula Fioreti	(In)segurança alimentar e sua relação com pobreza e ações de proteção social em domicilios com crianças menores de cinco anos	2010	M	UNICAMP	Saúde Coletiva	Ana Maria Segall Correa	Fome , Política social , Pobreza
Fábio Tozzi	Geografias da Desigualdade Território e Fome	2001	TG	UNICAMP	Geografia	Maria Adélia Aparecida de Souza	
Luciana Rosa de Souza	Uma análise da interrelação entre os programas de transferência condicionada de renda e as políticas de segurança alimentar implantadas em três países da América Latina : México, Brasil e Peru	2011	D	UNICAMP	Economia	Walter Belik	Políticas públicas , Política alimentar , Programas de sustentação de renda , Renda - Distribuição

[59] Este levantamento foi feito nas Bibliotecas digitais de Universidades como USP, UNICAMP, UNESP e UFRJ, para citar algumas.
[60] Os trabalhos estão divididos em D para Doutorado M para Mestrado e TG para trabalho de graduação.

Giseli Panigassi	Inquérito populacional sobre a percepção da segurança alimentar intrafamiliar no municipio de Campinas, SP	2005	D	UNICAMP	Saúde Coletiva	Ana Maria Segall Correa	Fome, Consumo alimentar, Pobreza , Nutrição , Desigualdade social
Maria Antonieta G. Penteado	Estrategia da fome : trabalhadores e trabalhadoras da cana, maio de 1984 : (movimentos sociais em São Paulo)	1995	M	UNICAMP	História	Sidney Chalhoub	Trabalhadores - Guariba (SP), Sindicatos , Classes sociais , Fome , Organização
Luiz Antonio Dombek	Autoconsumo e segurança alimentar em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema	2006	M	UNICAMP	Engenharia Agrícola	Mauro Jose Andrade Tereso	Assentamentos rurais , Segurança alimentar , Fome , Alimentos - Consumo , Reforma agraria , Pobreza
Jose Rocha Fogaça	Complementando a renda no ramal da fome : o estudo de um programa de renda minima	1998	M	UNICAMP	Sociologia	Gilda Figueiredo Portugal Gouvea	Programas de sustentação de renda - São Paulo (Estado), Assistencia social - São Paulo (Estado), Pobreza - São Paulo (Estado
Maya Takagi	A implantação da politica de segurança alimentar e nutricional no Brasil : seus limites e desafios	2006	D	UNICAMP	Economia	Walter Belik	Segurança alimentar - Brasil , Politica alimentar , Nutrição - Aspectos politicos
Maria de Fatima Archanjo Sampaio	Analise comparativa do consumo de alimentos : America Latina e União Europeia	2001	M	UNICAMP	Engenharia Agrícola	João Luiz Cardoso	Alimentos, Abastecimento de alimentos , Grupo de interesse economico ,
Cristiane Ramos Voorpostel	Percepções de professores e funcionarios de escola rural sobre a alimentação	2007	M	UNICAMP	Enfermagem	Maria Cristina Faber Boog	Alimentação escolar , Nutrição - Educação , Promoção da saude , Segurança alimentar -

							Brasil , Politicas publicas , Pesquisa qualitativa
Juliana Pires de Arruda Leite	Politicas municipais de segurança alimentar : o caso do municipio de Campinas	2005	M	UNICAMP	Engenharia Agrícola	Nilson Antonio Modesto Arraes	Segurança alimentar , Politicas publicas , Abastecimento de alimentos
Daniela Sanches Frozi	Segurança alimentar e nutricional de familias do municipio de Campinas	2003	M	UNICAMP	Engenharia de Alimentos	Maria Antonia Martins Galeazzi	Alimentos - Consumo , Bem-estar social , Politica alimentar , Nutrição
André Luzzi de Campos	Experiências em movimento: alimentação, cidadania e lutas socias na zona leste de São Paulo (1993-2006).	2010	M	USP	História	Zilda Marcia Gricoli Iokoi	
Antônio Alfredo Teles de Carvalho	O pão nosso de cada dia nos dai hoje...Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos no Brasil	2007	D	USP	Geografia Humana	Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta	Josué de Castro, Geografia, Fome, Brasil
Marta Battaglia Custódio	"A caracterização da demanda do banco de alimentos municipal de São Paulo. A exclusão social e a procura por alimentos doados institucionalmente"	2004	M	USP	Nutrição Aplicada	Denise Cavallini Cyrillo	Alimentos doados, Banco de alimentos, Necessidades nutricionais, Programas sociais de nutrição, Segurança alimentar
Marta Battaglia Custódio	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: arranjo institucional e alocação de recursos	2009	D	USP	Nutrição Aplicada	Denise Cavallini Cyrillo	Política de segurança alimentar e nutricional - orçamento público Política de saúde
Christiane Gasparini Araujo Costa	Segurança alimentar e nutricional: significados e apropriações	2008	M	USP	Saúde Pública	Claudia Maria Bógus	Alimentação adequada e saudável, Alimentação e nutrição, Conselhos, Direito humano à alimentação, Educação nutricional, Intersetorialidade,

							Participação social, Segurança alimentar e nutricional
Violeta Magdalena Rojas Huayta	Transferência condicionada de renda e segurança alimentar em espaços rurais: uma análise do Programa JUNTOS na comunidade indígena de Pilpichaca no Peru	2011	M	USP	Administração	Claudia Souza Passador	Nutrição infantil, Segurança alimentar, Transferência condicionada de renda
Claudia dos Reis Lisboa Novaes	Segurança alimentar e nutricional: um estudo da contribuição do Banco Municipal de Alimentos de Diadema	2008	M	USP	Nutrição Aplicada	Heron Carlos Esvael do Carmo	Alimentação (Aspectos socioeconômicos), Banco de alimentos, Programas e políticas de nutrição e alimentação, Segurança alimentar
Nayara Côrtes Rocha	Análise de programas de segurança alimentar e nutricional no município de São Paulo: o conjunto dos programas compõe uma política de segurança alimentar e nutricional promotora da saúde?	2011	M	USP	Saúde Pública	Claudia Maria Bógus	Nutrição e Saúde Pública, Política de Alimentação e Nutrição, Promoção da Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional
Ana Paula Lara Michelin Sanches	Insegurança alimentar domiciliar e estado nutricional de crianças de creches municipais de Ribeirão Preto	2012	M	USP	Saúde na Comunidade	Daniela Saes Sartorelli	Creche, criança, estado nutricional, Insegurança Alimentar Domiciliar
Jorginete de Jesus Damião Trevisani	Avaliação da implementação das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família e seu papel no cuidado à saúde: estudo de caso do município do Rio de Janeiro	2012	D	USP	Nutrição em Saúde Pública	Patrícia Constante Jaime	Avaliação em Saúde, Bolsa Família, Equidade em Saúde Programas de Transferência de Renda, Programas de

							Alimentação e Nutrição
Viviane Laudelino Vieira	Insegurança alimentar e vínculo mãe-filho como determinantes da desnutrição de crianças de quatro a seis anos de área de alta vunerabilidade social	2007	M	USP	Nutrição	Ana Maria Cervato Mancuso	Desenvolvimento infantil, Desnutrição, Nutrição Relações mãe-filho, Segurança alimentar e nutricional, Vulnerabilidade social
Viviane Laudelino Vieira	Segurança alimentar e nutricional em crianças no município de São Paulo: desafios na formação do nutricionista	2011	D	USP	Nutrição em Saúde Pública	Ana Maria Cervato Mancuso	Atenção Primária à Saúde Cuidado da Criança Educação Superior Formação de Recursos Humanos Pesquisa Qualitativa Segurança Alimentar e Nutricional
Silvia Maria Voci	Padrões alimentares, participação em programas sociais e demais fatores associados à insegurança alimentar e nutricional de adolescentes de escolas públicas do município de Piracicaba, São Paulo	2011	D		Nutrição em Saúde Pública	Betzabeth Slate Villar	Adolescentes, Alimentação Escolar, Consumo Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional
José Raimundo Sousa Ribeiro Júnior	A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana.	2008	M	USP	Geografia Humana	Amélia Luisa Damiani	Crítica da vida cotidiana, Fome, Geografia urbana, Miséria na alimentação